

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE ENGENHARIA  
CAMPUS DE ILHA SOLTEIRA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA**

**GABRIELA DOS SANTOS SOUZA**

Engenheira Agrônoma

**QUEM SÃO OS NOVOS AGRICULTORES FAMILIARES? Um estudo de  
caso da microrregião de Jales-SP**

Ilha Solteira  
2013

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE ENGENHARIA  
CAMPUS DE ILHA SOLTEIRA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA**

**GABRIELA DOS SANTOS SOUZA**

Engenheira Agrônoma

**QUEM SÃO OS *NOVOS* AGRICULTORES FAMILIARES? Um estudo de  
caso da microrregião de Jales-SP**

Dissertação apresentada à Faculdade de Engenharia-  
UNESP – Campus de Ilha Solteira, para obtenção do  
título de Mestre em Agronomia. Especialidade: Sistemas  
de Produção.

**Orientador:** Prof. Dr. Antonio Lázaro Sant’Ana

Ilha Solteira  
2013

FICHA CATALOGRÁFICA  
Desenvolvido pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação

S731q Souza, Gabriela dos Santos.  
Quem são os novos agricultores familiares?: um estudo de caso da microrregião de Jales -SP / Gabriela dos Santos Souza. -- Ilha Solteira: [s.n.], 2013  
111 f. ; il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. Especialidade: Especialidade, 2013

Orientador: Antonio Lázaro Sant'Ana  
Inclui bibliografia

1. Sucessão. 2. Estratégias de reprodução social. 3. Agricultura familiar. 4. Microrregião geográfica de Jales-SP.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
CAMPUS DE ILHA SOLTEIRA  
FACULDADE DE ENGENHARIA DE ILHA SOLTEIRA

### **CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO:** Quem são os novos agricultores familiares? Um estudo de caso na microrregião de Jales-SP

**AUTORA:** GABRIELA DOS SANTOS SOUZA

**ORIENTADOR:** Prof. Dr. ANTONIO LAZARO SANT'ANA

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de MESTRE EM AGRONOMIA ,  
Área: SISTEMAS DE PRODUÇÃO, pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. ANTONIO LAZARO SANT'ANA  
Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia / Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira

Profa. Dra. MARIA APARECIDA A TARSITANO  
Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia / Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira

Prof. Dr. ANTONIO NIVALDO HESPANHOL  
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciencias e Tecnologia de Presidente Prudente

Data da realização: 11 de setembro de 2013.

## **Dedico**

Aos meus pais, Nair e Aparecido,  
que são os responsáveis por todas as conquistas da minha vida.

Amo vocês.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela minha vida tão rica em benção e por me fornecer força durante essa caminhada.

Aos meus pais (Nair Damião dos Santos Souza e Aparecido Caetano de Souza) por me apoiar durante toda minha formação, nos momentos mais difíceis. Em especial ao meu pai, que se dispôs do seu tempo para me ajudar nas pesquisas de campo. Pai, muito obrigada!

À minha irmã Helô, que mesmo de longe pude compartilhar cada momento dessa etapa da vida e é mais uma pessoa responsável pela minha conquista. Agradeço também ao meu cunhado Rodrigo com quem sempre pude contar.

Ao meu orientador Prof. Dr. Antônio Lázaro Sant'Ana, a quem sempre serei grata por me deixar participar e conhecer essa área de pesquisa. A quem agradeço sua compreensão e paciência nessa caminhada e ainda por ter sido uma das pessoas mais importantes para minha formação acadêmica. Muito obrigada, professor!

Aos amigos que fiz na faculdade e na pós-graduação, que mesmo longe ou próximos fisicamente, pôde contribuir de alguma maneira para minha conquista. Obrigada: Douglas Gonzaga, Flaviana Cavalcanti, Murilo Didonet, Michel Vianna, Flavio Gomes (Suzi), Diego Feitosa, Islaine Fonseca, Ana Heloisa Maia e Thais Maciel (Mineira). A você Mineira (e claro também, à Cecilinha), obrigada pela estadia em sua casa!

A todos os funcionários e docentes da Unesp de Ilha Solteira, principalmente aos docentes do curso de graduação e pós-graduação em Agronomia. Agradeço em especial a Professora Maria Aparecida Tarsitano, que sempre esteve presente de alguma forma durante essa caminhada, e ao saudoso Professor Carlos Augusto (Cory), que mesmo nos deixando tão cedo, foi parte importante para minha formação e de todos os outros integrantes do Grupo de Extensão Guatambu.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido por meio da bolsa de pesquisa.

Aos responsáveis técnicos pela CATI de Jales (Engenheiros Agrônomos: Gilberto Pelinson e Marcelo Casteleti), pelas Casas da Agricultura dos municípios em que foram realizadas as entrevistas (Engenheiros Agrônomos: Nedson Silva, Orivaldo e Valdecir Pinotti) e ainda aos Presidentes das Associações de Rubinéia e Santa Fé do Sul (Carlos Faria e Fernando Cursi). Obrigada por ter disponibilizado de vosso tempo e dedicação para contribuir tão significativamente para com esse trabalho.

E finalmente, porém não mais importante, a todos os agricultores familiares que participaram das entrevistas para realização desse trabalho, que deixaram muitas vezes seus afazeres para colaborar de maneira tão importante e atenciosa para o desenvolvimento dessa pesquisa, e sem tais ajudas a mesma não seria possível de ser realizada. Realmente, muito obrigada!

## RESUMO

Quase todos os trabalhos confirmam a crise de sucessão e delineiam uma perspectiva negativa para a agricultura familiar. Muitas pesquisas também apontam que a sucessão tem ocorrido cada vez mais tarde, mas não têm buscado investigar quem são esses sucessores recentes, aqueles agricultores que assumiram nos últimos anos a gestão da unidade familiar. Dados do Censo Agropecuário de 2006 apontam um aumento do número de estabelecimentos familiares, isso mostra que seja por meio de heranças ou por criação de novas unidades familiares (assentamentos rurais e/ou pela via do mercado de terras) de alguma forma esse processo de sucessão vem ocorrendo. O objetivo desta pesquisa foi realizar a caracterização e análise das estratégias dos produtores familiares que assumiram a gestão das propriedades nos últimos dez anos, visando identificar os processos de sucessão que estão efetivamente ocorrendo e/ou as outras formas de entrada desses produtores na agricultura, na Microrregião Geográfica de Jales-SP. Foram utilizadas fontes secundárias e primárias para a definição da amostra de produtores pesquisados e aplicado um questionário a 50 produtores dessa microrregião que apresentavam um período de tempo de um a treze anos de gestão autônoma da propriedade. Constatou-se que o *novo* agricultor familiar na microrregião de Jales, em sua maioria, tem origem rural e adquiriu a propriedade por meio de compra, utilizando recursos provenientes tanto de trabalho agrícola, como não-agrícola. Foi amplamente positiva a avaliação desses produtores em relação às mudanças ocorridas em suas vidas e/ou em suas rendas depois da aquisição ou ter assumido a propriedade de forma autônoma. Apesar de avaliarem que um dos filhos será o sucessor da propriedade, a maioria desses produtores considera que a agricultura familiar pode não ter um futuro promissor se os incentivos governamentais continuarem escassos. Entre aqueles que assumiram a propriedade por meio de herança predominou a partilha igualitária, considerada a maneira correta e satisfatória de dividir os bens, segundo os entrevistados, tanto que pretendem agir da mesma quando ocorrer à sucessão com seus filhos.

**Palavras-chave:** Sucessão. Estratégias de reprodução social. Agricultura familiar. Microrregião geográfica de Jales-SP.

## ABSTRACT

Almost all studies confirmed the succession crisis and delineate a negative perspective for the family farm. Many surveys also point out that succession has occurred increasingly later but have not searched to investigate who these recent successors, those farmers who have taken in recent years the management of the family farm. Results of the Censo Agropecuário for 2006 indicate an increase in the number of family farms, it shows that either by inheritance or by creating new family property (rural settlements and / or via the land market) somehow this succession process has occurred. This paper adopts an innovative approach is proposed to investigate who these new farmers. The purpose of this study was therefore to characterize and analyze the strategies of family farmers who assumed the management of the properties in the last ten years to identify the processes of succession that are actually occurring and / or other forms of input such producers in agriculture, microregion of Jales-SP. Were used secondary and primary sources for defining the characteristics of the sample of farmers surveyed and applied a questionnaire to 50 producers of the microregion of Jales with a time period of three to ten years of propriety management. With the results may notice that the new farmer family in the microregion Jales mostly despite having some link with the urban, he has rural origins e acquired his property by purchase by rural work or urban. Was largely positive assessment of these producers in relation to the changes in their lives and / or their incomes after purchase or have assumed the property unattended. Although they assess that one of the sons will be the successor of the property, most of these producers consider that the family farm can't have a promising future if government incentives are still scarce. Among those who took the property through inheritance predominated equal share, considered satisfactory and the proper way to divide the property, according to the interviewees, both seeking to act in the same place when the succession to their sons.

**Key-Words:** Succession. Strategies of social reproduction. Family farming. Microregion Jales-SP.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função da idade.....40
- Figura 2** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função do grau de escolaridade.....41
- Figura 3** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função do tempo que trabalham na área rural e do tempo que estão na atual propriedade.....44
- Figura 4** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função do número de pessoas família que moram e trabalham na propriedade.....45
- Figura 5** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função de possuir filhos que estudaram até o Ensino Superior que trabalham ou não na propriedade.....47
- Figura 6** - Distribuição percentual dos membros das famílias pesquisadas, na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função da participação em atividades não agrícolas.....50
- Figura 7** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, de acordo a utilização de mão-de-obra de terceiros.....51
- Figura 8** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função do tamanho da propriedade.....52
- Figura 9** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados da Microrregião Geográfica de Jales-SP, de acordo com o tipo de criação que possuem no estabelecimento.....53
- Figura 10** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados que possui criação bovina na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função do número de cabeças de gado.....54

|                                                                                                                                                                                                                 |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Figura 11</b> - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados que possuem criação bovina na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função do destino da produção.....                    | 55 |
| <b>Figura 12</b> - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função das culturas mais cultivadas em suas propriedades.....                    | 57 |
| <b>Figura 13</b> - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função dos principais destinos da produção vegetal.....                          | 59 |
| <b>Figura 14</b> - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados, que participam de algum tipo de organização na Microrregião Geográfica de Jales-SP, de acordo com o tipo de organização..... | 61 |
| <b>Figura 15</b> - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função da renda bruta mensal média da família destes.....                        | 62 |
| <b>Figura 16</b> - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função de mudanças em sua renda após a aquisição da propriedade.....               | 63 |
| <b>Figura 17</b> - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função as decisões tomadas pelos membros da família.....                         | 64 |
| <b>Figura 18</b> - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP que realizaram financiamento no último ano, em função da finalidade do crédito.....  | 66 |
| <b>Figura 19</b> - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função da frequência da assistência técnica recebida.....                        | 67 |
| <b>Figura 20</b> - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função ao recebimento de benefícios de políticas públicas.....                   | 69 |

|                                                                                                                                                                                                                                              |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Figura 21</b> - Distribuição percentual dos agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função da forma de sucessão ou acesso à propriedade.....                                                     | 70 |
| <b>Figura 22</b> - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP que adquiriram a propriedade por compra, herança ou ambos, em função do tempo de experiência como agricultor..... | 72 |
| <b>Figura 23</b> - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP que adquiriram a propriedade por compra, herança ou ambos, em função do tempo na propriedade.....                 | 73 |
| <b>Figura 24</b> - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP que herdaram sua propriedade, em função do proprietário anterior da área.....                                     | 74 |
| <b>Figura 25</b> - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função dos possíveis sucessores da propriedade.....                                                           | 92 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                                                                                    |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Tabela 1</b> - Distribuição percentual do número e área dos estabelecimentos rurais (familiares ou não familiares) na Microrregião Geográfica de Jales-SP.....                  | 33 |
| <b>Tabela 2</b> - Municípios da Microrregião Geográfica de Jales-SP onde se localizam as propriedades familiares rurais participadoras das pesquisas.....                          | 38 |
| <b>Tabela 3</b> - Profissões não-agrícola exercida em algum período da vida do agricultor familiar entrevistado na Microrregião Geográfica de Jales –SP.....                       | 42 |
| <b>Tabela 4</b> - Número e percentual de tipos de rendas não-agrícolas advindas da família dos agricultores pesquisados na Microrregião Geográfica de Jales –SP.....               | 48 |
| <b>Tabela 5</b> - Motivo pelos quais os agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP, não recorreram ao crédito rural no último ano.....          | 65 |
| <b>Tabela 6</b> - Tipos de Assistência Técnica recebida pelos agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP.....                                   | 68 |
| <b>Tabela 7</b> - Motivos pelos quais a divisão ocorreu de maneira equivalente, de acordo com os agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP..... | 73 |
| <b>Tabela 8</b> - Motivos pelos quais os demais herdeiros, irmãos dos agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP, deixaram a propriedade.....   | 78 |
| <b>Tabela 9</b> - Possíveis mudanças na vida após adquirir a propriedade como herança, entre os agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP..... | 79 |
| <b>Tabela 10</b> - A forma que ocorreu a compra da propriedade de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP.....                               | 80 |
| <b>Tabela 11</b> - Motivos que levaram a compra da propriedade de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP.....                               | 82 |
| <b>Tabela 12</b> - Principais mudanças na vida dos agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP, após a compra da propriedade.....                | 83 |
| <b>Tabela 13</b> - Opinião dos agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP sobre morar na área rural, após a compra da propriedade.....          | 84 |

|                                                                                                                                                                                    |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Tabela 14</b> - Avaliação do trabalho realizado pelos agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP.....                                        | 86 |
| <b>Tabela 15</b> - Mudanças realizadas nas propriedades agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP, após a aquisição ou autonomia da mesma..... | 87 |
| <b>Tabela 16</b> - Dificuldades encontradas por agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP, no trabalho ou na vida na propriedade.....          | 88 |
| <b>Tabela 17</b> - Planos para o futuro dos agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP .....                                                    | 89 |

## SUMÁRIO

|          |                                                                                                            |            |
|----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                    | <b>15</b>  |
| <b>2</b> | <b>A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE SUA REPRODUÇÃO SOCIAL .....</b>                              | <b>17</b>  |
| <b>3</b> | <b>SUCESSÃO HEREDITÁRIA: UMA ESTRATÉGIA PARA REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR .....</b>           | <b>21</b>  |
| 3.1      | A SUCESSÃO E A REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR ..                                                | 21         |
| 3.2      | O PAPEL DETERMINANTE DO JOVEM RURAL NA SUCESSÃO HEREDITÁRIA .....                                          | 24         |
| <b>4</b> | <b>ESPERANÇA NA AGRICULTURA FAMILIAR E A VOLTA AO CAMPO: NOVAS REALIDADES .....</b>                        | <b>28</b>  |
| <b>5</b> | <b>METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA .....</b>                                                            | <b>32</b>  |
| <b>6</b> | <b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>                                                                        | <b>35</b>  |
| 6.1      | CARACTERIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE JALES-SP .....                                                | 35         |
| 6.2      | CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS, DA FAMÍLIA E DO TRABALHO. ....                              | 37         |
| 6.3      | RENDA DA FAMÍLIAS PESQUISADAS .....                                                                        | 63         |
| 6.4      | CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE E DA PRODUÇÃO .....                                                          | 51         |
| 6.5      | ACESSO DOS AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS .....                                 | 64         |
| 6.6      | FORMA DE ACESSO À TERRA .....                                                                              | 69         |
| 6.7      | ESTRATÉGIAS DE ACESSO À TERRA DOS NOVOS AGRICULTORES FAMILIARES .....                                      | 73         |
| 6.7.1    | Obtenção da terra por meio de sucessão hereditária .....                                                   | 73         |
| 6.7.2    | Obtenção da terra por meio de compra .....                                                                 | 80         |
| 6.8      | OPINIÃO DOS NOVOS AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE O MEIO RURAL, A PROPRIEDADE E A AGRICULTURA FAMILIAR ..... | 83         |
| <b>7</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                          | <b>95</b>  |
|          | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                   | <b>97</b>  |
|          | <b>APÊNDICE A – Questionário aplicado aos <i>novos</i> agricultores de Jales-SP .....</b>                  | <b>105</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar contemporânea convive com vários desafios cuja superação ou adaptação é necessária para viabilizar sua reprodução social. Os avanços tecnológicos direcionados a ganhos de escala e as mudanças no padrão competitividade no capitalismo moderno resultaram na exclusão de milhões de agricultores familiares no mundo todo. O trabalho pesado e as difíceis condições de vida em termos econômicos, entre outros fatores, também têm gerado uma crise de sucessão na agricultura familiar, tanto em países desenvolvidos, como no Brasil (ABRAMOVAY et al., 1998; BOURDIEU, 2002; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Silvestro et al. (2001) ao analisar a questão da sucessão entre agricultores do oeste de Santa Catarina identifica dois problemas que desafiam a continuidade das unidades familiares: a falta de interesse da maioria dos filhos pelo trabalho agrícola, o que resulta em muitas propriedades sem sucessores; e a tendência de se transferir a gestão da propriedade para o filho que apresenta menor aptidão para o estudo, o que pode aumentar as dificuldades de manter a propriedade em um mundo cada vez mais competitivo e exigente em conhecimento tecnológico e de mercado.

A perspectiva adotada por quase todos os trabalhos (BATTESTIN, 2009; MENDONÇA; RIBEIRO; GALIZONI, 2008; SPANEVELLO, 2005), de verificar quais são os mecanismos que têm causado o êxodo de jovens, permitiu identificar alguns impasses, como a dificuldade de diversificação da geração de renda nas unidades familiares, as exigências do trabalho na agricultura combinada com a sua desvalorização social, a dificuldade de conciliar o trabalho não-agrícola e o modo de vida rural, a falta de infraestrutura geral no campo, especialmente aquelas ligadas ao lazer, dentre outros, apontando assim uma crise da sucessão da agricultura familiar.

Embora seja importante analisar a sucessão na agricultura familiar a partir da migração ou permanência dos jovens na agricultura, é necessário também entender os dados divulgados pelo Censo Agropecuário de 2006 que mostram um ligeiro aumento do número de estabelecimentos familiares em comparação com o Censo Agropecuário de 1995/96. Este acréscimo indica que de alguma forma o processo de sucessão vem ocorrendo (embora possa haver diferenças regionais) ou ocorreu o surgimento de novas unidades familiares por meio dos assentamentos rurais e/ou pela via do mercado de terras. Também como a expectativa de vida da população tem aumentado, a transferência da terra está se dando bem mais tarde,

tornando insuficiente ou mesmo equivocada a análise da sucessão somente a partir das ideias e das perspectivas dos jovens. Frequentemente são os pais ou avós destes jovens que ainda dirigem o estabelecimento familiar.

Este trabalho buscou de uma forma inovadora fazer uma investigação sobre quem são estes *novos*<sup>1</sup> agricultores familiares que assumiram, de forma autônoma, a gestão das unidades familiares no período recente (de 1 a 13 anos) identificando a via que utilizaram para ter acesso à terra, as características das famílias, o que estão produzindo e quais estratégias estão utilizando para se manter na terra. Este enfoque permitiu ter uma visão mais objetiva e concreta dos mecanismos de sucessão e de outras dinâmicas ligadas a agricultura familiar; já que são analisados processos e fatos que estão ocorrendo, o que não acontece quando se pesquisam jovens, enquanto possíveis sucessores.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa um pouco mais ampla, ainda em andamento, denominada “Quem são os *novos* agricultores familiares? A reprodução social dos agricultores familiares e a formação de novas unidades familiares na Microrregião Geográfica de Jales-SP”<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> O sentido de *novos* é de que estão há pouco tempo à frente da gestão da propriedade e não referencia a questão etária.

<sup>2</sup> Esta pesquisa mais ampla é coordenada pelo orientador da autora desta dissertação e recebeu auxílio pesquisa do CNPq. Tem objetivo semelhante ao dessa dissertação, porém com um recorte um pouco maior de entrevistados e uma segunda fase de campo, com entrevistas dirigidas a parte dos agricultores familiares que responderam ao questionário, de acordo com a diversidade de tipos identificada.

## **2 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE SUA REPRODUÇÃO SOCIAL**

Para início da discussão sobre a agricultura familiar, é interessante levantar a questão conceitual do tema, já abordada em diversos trabalhos científicos, mas ainda motivo de controvérsias. Wanderley (1999) coloca a definição de agricultura familiar como sendo aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Abramovay (1998) também propõe uma definição semelhante, resumindo-a em três atributos: gestão, propriedade e trabalho familiar, sendo que o trabalho é realizado por indivíduos que mantêm entre si laços consanguíneos ou de matrimônio.

O termo “familiar” não é apenas um detalhe descritivo, mostrando a importância de uma estrutura produtiva associar família, produção e trabalho; ou seja, esse fator traz consequências fundamentais para forma como esse setor age econômica e socialmente. Este aspecto se torna mais claro quando se compara a dinâmica da agricultura familiar com a agricultura patronal, já que a primeira leva em conta, primordialmente, as necessidades da família e sua reprodução ao efetuar sua produção e a segunda a lógica empresarial, de garantia da lucratividade (WANDERLEY, 1999; WANDERLEY, 2001).

Com isso esta autora mostra a complexidade do termo agricultura familiar, que muitas vezes nas vistas do sistema capitalista brasileiro, o produtor pode agir sem a “lógica” econômica da agricultura patronal, ou seja, sem visar em primeira instância o lucro e a geração de riqueza e sim o bem estar da família e a permanência de seus membros na propriedade. Juchen, Boscarin, e Céspedes (2005) assim resumem essa questão: “A família é o personagem principal. Por mais que haja diferenças internas e trajetórias individuais, é, ainda, um trabalhador coletivo” (JUCHEN; BOSCARIN; CÉSPEDES, 2005, p. 6). A ação do agricultor e de sua família pode envolver também outras alternativas para manter-se no mercado, sem prejudicar a estrutura familiar.

Apesar de o termo “agricultura familiar” ter emergido no contexto brasileiro apenas na década de 1990, de forma tardia em comparação a outros países desenvolvidos que possuem tradição no tema (SCHNEIDER, 2003), nos últimos anos vem ganhando força o debate sobre a sua importância, alavancada pela relevância de temas como desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. Outros fatores que potencializam este debate em meio à sociedade são também o aumento de produtores

assentados pela reforma agrária e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf (GUANZIROLI; CARDIM, 2000).

Segundo Guilhoto et al. (2007), quando se fala do setor agropecuário familiar remete-se quase sempre a sua importância à absorção de emprego e na produção de alimentos, porém voltada para o autoconsumo, ou seja, lembra-se sempre do fator social da atividade e não o econômico. De acordo com esses autores, isso se dá porque esse setor é visto como menos produtivo e pouco incorporador de tecnologia. Porém essa visão é relativa, já que como a produção familiar é redutora do êxodo rural e fonte de recursos para famílias como menor renda, esta promove diretamente na diminuição do desemprego urbano e rural, aumentando a geração de riqueza e influencia positivamente os índices econômicos não só do setor agropecuário, mas também de todos demais setores do país.

Os resultados observados no Censo Agropecuário de 2006 (FRANÇA et al., 2006) mostram essa importância econômica da agricultura familiar para o Brasil, seu destaque cada vez mais notório e os investimentos maiores atribuídos a esse segmento. Os dados também explicitam a permanência de uma estrutura fundiária concentrada do país, ou seja, a agricultura familiar representa 85% dos estabelecimentos rurais, porém detém apenas 25% da área total agrícola, mas mesmo assim é responsável por quase 33% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional (FRANÇA et al., 2006). Ainda segundo o levantamento, é agricultura familiar que ocupa maior contingente de pessoas do setor agropecuário, cerca de 74%, e o número total de pessoas ocupadas na agricultura familiar em 2006 foi mais de duas vezes superior ao número de ocupações geradas pela construção civil (FRANÇA et al., 2006). Em relação a sua importância social, no que se diz respeito à produção de alimentos básicos, fica evidente já que apesar de cultivar em uma área menor com lavouras, é a principal produtora de alimentos que estão diariamente na mesa da maioria dos brasileiros, como: a mandioca (87%), feijão (70%) e milho (46%); e ainda tem participação significativa em produtos como café (38%), arroz (34%) e trigo (20%). E é o que ocorre também com os produtos de origem animal, ou seja, é responsável por 58% da produção leiteira brasileira, 50% da produção de aves e 59% da produção suína (FRANÇA et al., 2006).

Pode-se observar que não são poucos os trabalhos e dados que mostram a importância econômica e o social da agricultura familiar. Apesar de o setor apresentar resultados econômicos significativos no âmbito nacional, como foi discutido anteriormente, o produtor familiar também contribui para maior diversidade ecológica e ambiental (CARMO, 1998).

Por outro lado, a agricultura familiar também enfrenta diversos desafios, não somente em termos estritamente produtivos. Atualmente, um tema muito debatido é em relação à reprodução social da agricultura familiar e os impasses na questão sucessória, ou seja, o produtor encontra dificuldade em encontrar um herdeiro para permanecer no local e perpetuar seu trabalho e modo de produzir e viver.

Para Schwartz e Salamoni (2009, p.3) a reprodução social da agricultura familiar “está relacionada à presença de uma racionalidade vinculada às suas tradições culturais e valores herdados dos seus antepassados”. Ou seja, muitas vezes a forma de produzir e realizar as tarefas (o como fazer), a maneira de passar os conhecimentos do trabalho para os seus descendentes, como é realizada a divisão das atividades com membros da família, até o interesse pela “profissão” de produtor rural são reproduzidas pelas gerações seguintes e provavelmente foram adquiridas de gerações anteriores dos produtores. Schwartz e Salamoni (2009) complementam a ideia explicando que as unidades de produção familiares se caracterizam como uma organização interna fundamentada no trabalho familiar (assim sendo, quem movimenta o processo é também proprietário dos meios de produção) e também em processos específicos e personalizados de sucessão hereditária, uma vez que a terra, para seus produtores, não é apenas um meio de produção e nem somente seu maior patrimônio, mas é parte de seu “modo de vida”.

Segundo Almeida (1986), a forma de reprodução social pode ser diferenciada em dois vieses de análise que caracterizam suas questões econômicas e não econômicas. O primeiro foco trata da ideia de um “modo de vida camponês”, ou seja, estuda como a unidade familiar se reproduz no **ciclo curto ou anual**, com trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional que atende o consumo da família, assim repondo os insumos necessários ao reinício do processo; resumindo, trata-se de uma lógica econômica da família, que a preserva por meio do trabalho e consumo. Já o segundo foco mostra como há uma reprodução da unidade família em um **ciclo longo ou geracional**, ou seja, como as famílias se perpetuam, como se reproduzem no ciclo geracional; assim o foco dessa perspectiva é a questão do parentesco que perpetua famílias via nascimento, casamento, morte e herança.

As respostas dos produtores familiares para as pressões do capitalismo (como o avanço da grande propriedade, preços altos da terra, comercialização prejudicada, alto preço de insumos, baixos preços do produto agrícola e muitos outros obstáculos que subjulga o produtor rural) ou pressões internas (como a fragmentação da terra por herança e propriedades

excessivamente pequenas) podem também se comportar em ciclo curto e longo, assim como a reprodução; até porque a resposta a problemas e/ou benefícios poderão se tornar uma estratégia de reprodução social de uma determinada unidade familiar. Em **ciclo curto** a família pode responder intensificando o trabalho (seja mais membros trabalhando ou os mesmo começando mais cedo), dispensando da unidade de trabalho familiar (membros trabalhando fora como assalariados) e ainda a redução do consumo (ALMEIDA, 1986).

Segundo Almeida (1986) todas essas estratégias interferem negativamente na qualidade de vida, porém é interessante ressaltar que algumas vertentes, como Schneider (2003)<sup>3</sup> e Fuller e Brun (1988)<sup>4</sup>, defendem o trabalho fora da propriedade (pluriatividade) não como um dispensor dos membros e sim como uma forma de estratégia de reprodução social da família, assim sendo, possuir um trabalho não-agrícola pode ser uma maneira de o produtor ou os familiares conseguirem manter o vínculo com o campo.

As respostas de longo prazo (**ciclo longo**) estão relacionadas à manutenção geracional da atividade na família, com a reprodução a longo prazo. Almeida (1986) exemplifica: filhos que migram precocemente; controle de natalidade; aumento do controle sobre o patrimônio, excluindo, por exemplo, herdeiros legais (mulheres, filhos homens não primogênitos ou sem interesse na atividade agrícola) ou ainda as famílias e parentes podem adquirir uma dimensão corporativa (toda a família não opta pela divisão da propriedade, preferindo trabalhar todos em conjunto).

Ao relacionar os conceitos de Almeida (1986) com o trabalho de Schwartz e Salamoni (2009), percebe-se que as autoras apresentam estratégias de reprodução social mais vinculadas com a questão geracional, com permanência das famílias na atividade e a perpetuação de seu modo de vida. A dissertação discutirá a reprodução social da agricultura familiar no sentido mais geracional do que econômico, dando ênfase às estratégias de sucessão hereditária e outras forma de acesso à terra.

---

<sup>3</sup> O autor conceitua pluriatividade como “[...] um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural [...]” (SCHNEIDER, 2003, p.112).

<sup>4</sup> O termo pluriatividade “[...] preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural, como com a terra e as questões agrícolas [...]” (FULLER e BURN, 1988, p. 150). O autor coloca também que o termo pluriatividade dá a chance de se tornar questionável a premissa de que o trabalho agrícola em tempo integral (sem complementos externos) seja a norma correta a ser seguida; sem chances para outras estratégias de manter a atividade agrícola familiar.

### **3 SUCESSÃO HEREDITÁRIA: UMA ESTRATÉGIA PARA REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR**

#### **3.1 A SUCESSÃO E A REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Os produtores familiares, diante das várias dificuldades que enfrentam resultantes do processo de competição capitalista e de fatores internos ou específicos da unidade familiar, adotam várias estratégias que incluem a diversificação da produção; o processamento dos produtos visando à agregação de valor aos produtos; a comercialização direta ao consumidor; o aumento da produtividade de determinadas culturas ou criações; o incremento da produção para autoconsumo; além de outras estratégias não ligadas diretamente à produção, como as estratégias educacionais e fundiárias (BOURDIEU, 1990; 1994; SANT'ANA, 2003; TEDESCO, 1999). O sucesso dessas estratégias para garantir a reprodução social desses produtores, no entanto, depende da formação de sucessores.

Schwartz e Salamoni (2009) notaram essa necessidade ao estudar a reprodução social de descendentes de imigrantes pomeranos no município em São Lourenço do Sul (RS). Nesse trabalho, constataram que a terra é o principal fundamento sobre o qual apóiam aqueles agricultores para promoverem a reprodução social da família na terra. Portanto, a forma de transmissão do patrimônio fundiário para as gerações seguintes, um dos elementos essenciais para a compreensão da reprodução social desses agricultores familiares.

Anjos, Caldas e Costa (2006) ressaltam que a sucessão na agricultura familiar não é apenas uma questão de transferência de um imóvel em si ou patrimônio de geração para geração, mas também envolve uma passagem de cultura que coordena escolhas e até técnicas que garanta que o sucessor possa reproduzir a situação original. Sendo assim esse processo de sucessão tem como base a tradição de distintas lógicas de cada grupo social, e requer então o entendimento dos diferentes significados em cada contexto social e cultural (CARNEIRO, 2001). Nesse sentido, os membros da família operam dentro de uma lógica organizada em torno de saberes e valores capazes de assegurar a produção e reprodução dos estabelecimentos, através da permanência dos filhos no lugar dos pais (MATTE, SPANEVELLO; AZEVEDO, 2010).

As estratégias de como se dá a sucessão ou a escolha de sucessores, de acordo com a literatura, pode variar de acordo com a região estudada e a época. Por exemplo, até o começo da década de 1960 no Sul do país, a última-genitura ou o minorato era a tendência dominante no processo de sucessão, ou seja, o filho mais jovem de uma família de prole normalmente

numerosa era também o último a casar. Com isso, havia uma tendência que a constituição de uma nova família, por parte deste coincidia com o cessamento de atividade por parte dos pais, assim em troca de receber a terra, o sucessor arcava com a incumbência de assumir o cuidado dos pais até o fim de seus dias, marcando assim, o rito de transição no universo da exploração familiar (ANJOS; CALDAS, 2009). Porém segundo os mesmos autores essa forma de sucessão foi abandonada devido ao desejo de muitos jovens de não reproduzirem o papel de seus pais. Lamarche (1992) mostra o caso da região do Cariri-CE em que a sucessão e reprodução familiar das menores explorações, dificilmente é realizada sem recorrer a estratégias de cooperação mútua (ou seja, a permanência de todos os herdeiros na propriedade sem a divisão da mesma) ou a pluriatividade, quando as circunstâncias permitem, melhorando dessa forma o rendimento que se situa, muitas vezes, no limite da subsistência.

A grande maioria dos agricultores brasileiros proprietários, no entanto, já tem um sucessor e, aqueles que ainda não o designaram, têm possibilidades de fazê-lo, no momento oportuno, entre seus herdeiros. O modo predominante de transmissão de heranças no Brasil consiste no reconhecimento do direito de todos os herdeiros e na realização de uma partilha igualitária de bens. Entretanto, não há no país um mecanismo legal que permite a transferência progressiva da propriedade do pai, enquanto é vivo, aos filhos ou que facilite aos filhos assumir a responsabilidade progressiva da gestão da exploração familiar, como se verifica no Canadá e na França. Assim, o princípio de igualdade pelos produtores traduz-se, na prática, por uma série de arranjos que visam contornar os problemas concretos resultantes da dimensão da família e com vistas à reprodução da exploração (LAMARCHE, 1992).

Carneiro (2001) resume as estratégias de sucessão de duas maneiras: primeiramente no sentido de conduzir à divisão do patrimônio familiar, tornando assim inviável a manutenção da unidade de produção; e a segunda maneira pode atuar no sentido de favorecer a integridade do patrimônio. Na prática, contudo, a escolha de um sucessor ou da forma como será distribuída a terra entre os herdeiros nem sempre é algo estático e perfeitamente de comum acordo no seio da unidade familiar (ANJOS; CALDAS, 2009). Para estes autores, a realidade apresenta modalidades extremamente diversificadas de controle da terra, envolvendo, entre outras formas, a cessão temporária, o regime de usufruto e a troca de bens, por meio das quais as famílias encontram saídas para enfrentar o que se conhece como “crise de sucessão” na produção familiar, invariavelmente em desacordo com os procedimentos previstos no código civil (ANJOS; CALDAS, 2009).

O que define como crise das estratégias de sucessão é expresso na dificuldade de manutenção de um dos filhos no lote ou na unidade doméstica. A individualização dos membros das famílias, principalmente dos filhos tem colocado a questão de permanecer no lugar como uma opção, não mais como algo imposto pelo pai. Por outro lado a permanência de filhos adultos na unidade significaria a sua crise ou enfraquecimento, pela impossibilidade deste constituir uma nova unidade doméstica. Resultado disto é que grande parte das famílias não tem filhos na unidade doméstica, o que inviabiliza muitas atividades produtivas e aumenta a probabilidade de este lote, patrimônio familiar, ser entregue a terceiros (DESCONSI, 2007).

Entretanto a imposição do pai para que o filho permaneça também não é um caminho interessante, já que quando se escolhe uma forma de transmissão de herança ou quem será o sucessor principal da atividade é interessante considerar o quanto cada indivíduo (pertencente à família) perderá obedecendo às decisões familiares e também quantificar as perdas ou frustrações dos interesses coletivos em decorrência dos projetos individuais. É desta maneira que situações como a partilha dos bens, a escolha do sucessor e a escolha do cônjuge podem esconder dramas individuais que não podem ser reduzidos à lógica do sistema, ao tempo que afetam a estrutura dos laços afetivos entre membros da família (CARNEIRO, 2001). Com isso, muitas vezes a saída da unidade agrícola pode estar ligada a questões muito mais profundas do que somente o desinteresse pela atividade ou influências externas na vida do sucessor.

Observa-se que os dilemas vividos pela agricultura familiar no presente e suas perspectivas no futuro têm uma relação evidente com a questão geracional, o que motivou diversos pesquisadores a tratar da sucessão na agricultura familiar a partir do estudo dos jovens rurais (CARNEIRO, 1998; CASTRO 2005; MENEZES, MALAGODI; MARQUES, 2008; SPANEVELLO, 2005).

De acordo com Campolim (2005), a manutenção dos jovens no campo é fator que contribui de forma importante para a reprodução social das unidades familiares, pois são os filhos os responsáveis em dar continuidade às atividades agropecuárias da família, daí a necessidade de analisar o processo de sucessão na agricultura familiar também na perspectiva do jovem.

### 3.2 O PAPEL DETERMINANTE DO JOVEM RURAL NA SUCESSÃO HEREDITÁRIA

Burton e Wakford (2005) afirmam que o processo sucessório é baseado no ciclo de vida da família e alterna de acordo com os diferentes estágios: a) o estágio inicial refere-se ao período em que as crianças dedicam seu tempo aos estudos e iniciam os trabalhos na propriedade sob a supervisão dos pais; b) o segundo é quando se intensifica a participação das crianças no trabalho; c) o terceiro, quando passam a ter mais responsabilidades em termos de técnicas e métodos de produção, aumentando sua participação dentro da família; d) o quarto e último é quando o pai se retira da administração da propriedade e transfere totalmente o patrimônio para a geração seguinte.

Observa-se, portanto, que a sucessão entre agricultores familiares inicia-se desde muito cedo. Menezes, Malagodi e Marques (2008), em uma pesquisa realizada em assentamentos da Paraíba, verificaram que os filhos adolescentes já incorporam hábitos de agricultor, sendo capazes de realizar qualquer atividade agrícola no lote. Também Mendonça; Ribeiro e Galizoni (2008) constataram esta incorporação precoce do *habitus* de agricultor por parte dos jovens do alto Jequitinhonha (MG):

Esses (as) agricultores (as) familiares se iniciaram bem jovens no aprendizado do trabalho na terra junto à família [...]. Esses ensinamentos começam com as crianças observando diariamente o trabalho dos pais. Realizam pequenas tarefas e, à medida que vão crescendo, o trabalho vai se intensificando até dominarem todas as atividades desenvolvidas na unidade familiar (MENDONÇA; RIBEIRO; GALIZONI, 2008, p. 9).

No entanto o fato de a inserção do jovem iniciar-se desde muito cedo, na adolescência ou até infância, a determinação desses como possíveis sucessores ocorre tardiamente. Assim considerando também que o jovem atualmente possui um horizonte profissional mais amplo e também as questões fundamentais sobre a unidade de produção são discutidas tardiamente, faz com que a sucessão na agricultura familiar não seja mais como era anteriormente, ou seja, o destino da propriedade era diretamente relacionado com o destino do membro das famílias (AHLERT, 2009). Contudo, o que o autor quer dizer é que, a unidade de produção familiar não é mais a única alternativa de futuro para o jovem rural, ele possui atualmente mais opções, assim sendo não mais uma definição pré-determinada para o destino da propriedade.

Trabalhos sobre o assunto elucidam alguns modelos de sucessão, por exemplo, Silvestro (2001) mostra ao estudar o oeste de Santa Catarina que ao invés de permanecer o

filho caçula (o que era comum na região até a década de 1960, assim como foi relatado no item anterior), atualmente as famílias adotam um padrão em que permanece na atividade o filho com menor aptidão para o estudo e supostamente mais adaptado ao trabalho agrícola. Porém essa forma de sucessão pode levar a problemas na condução das unidades familiares, já que devido a exigências do mercado em relação a condução dos aspectos técnicos e gerências da propriedade. Atualmente, vem surgindo na mesma região estudada um novo modelo sucessório, o qual o sucesso escolhido é aquele filho que se capacitou por meio de cursos técnicos de nível médio ou superior e retorna à propriedade para dirigir o negócio da família (COSTA; FIÚZA; DIOLA, 2007). Na verdade, esse último caso relatado apesar de ser visto como o “ideal”, não retrata a maioria dos casos de sucessão que ocorre na agricultura familiar brasileira.

Muitos autores veem a educação como uma forma de escape dos jovens rurais, ou seja, um fator que pode atrapalhar a sucessão da agricultura familiar. Para Portela (1999) os jovens muitas vezes veem a escola como uma forma de sair da realidade rural, isso porque, a educação está vinculada com maiores chances de se estabelecer na cidade, já que nesses locais são exigidas uma maior capacitação. E ainda o autor relaciona não só essa saída a questão profissional, mas também ao pretexto de se aproximar-se mais ao estilo de vida urbano, além de lazer e diversão. Segundo Menezes; Malagodi e Marques (2008) em um assentamento paraibano para parte dos jovens a ato de ir a escola implica apenas a uma maneira de sair do assentamento e não de se capacitar para se aperfeiçoar na profissão de agricultores.

No entanto autores como Campolim (2005), vê a educação desses jovens de uma maneira mais otimista, para ele há como o estudo contribuir para a garantia e sucessão rural, porém isso deve ser repensado associando a formação adquirida por meio empíricos recebidos pelos pais (no trabalho da terra) e a formação formal advindo de espaços educativos.

O que ocorre na realidade é que o jovem rural, assim como todos jovens buscam o reconhecimento social da sua identidade, e se esse jovem é inserido em uma sociedade que não o respeitam, ou pelo menos não o faz em relação a sua origem, isso pode ser um dos motivos que ocasione a crise da reprodução de uma nova geração de agricultores; assim enquanto a família busca perpetuar essa identidade, o jovem busca se diferenciar dela. Enfim para que ocorra a sucessão e a reprodução da atividade produtiva é necessário que o próprio agricultor acredite que seu estilo de vida seja reproduzido e que incentive os seus filhos a realiza-lo (SPANVELLO, 2005).

Na prática o que ocorre é que os agricultores familiares possuem opiniões ambíguas sobre a reprodução de sua profissão pelos seus filhos e a permanência desses na propriedade. Wedig et al. (2007) perceberam em sua pesquisa, que os agricultores têm vontade de que seus filhos permaneçam na propriedade, porém não veem o local como promissor para o futuro dos filhos. Eles acreditam que a área rural mesmo sendo menos rentável é mais segura, pois estes estão menos sujeitos a passar por dificuldades se comparado com o meio urbano. Autores como Carneiro (1998) e Castro (2005) constataram esse tipo de ambiguidade do discurso dos produtores e dos filhos em seus trabalhos, ou seja, que os pais se queixam da saída dos jovens em geral ou que, mesmo residindo com a família, não se interessam pelas atividades agropecuárias, ao serem questionados sobre o que desejam para os seus filhos, mencionam o estudo para que consigam um emprego (ou abrir um negócio) fora da agricultura. De forma semelhante os filhos pretendem ter acesso às facilidades e às carreiras urbanas, mantendo os laços com a família e com os valores locais.

No entanto, deve-se ter significado da migração dos jovens e também da pluriatividade não possui somente um caráter negativo, Pereira (2006) ao analisar o caso dos jovens rurais da região de Araraquara concluiu que essa migração para a cidade não significa necessariamente uma quebra definitiva com os valores morais e relações entre os jovens e seus familiares que permaneceram no campo; ou ainda o total abandono desses jovens para com as atividades agropecuárias em seus locais de origem.

Assim sendo, o processo de formação de novas gerações é um dos fatores principais que contribui para a existência da unidade familiar, porém para que ocorra esse processo, deve ser identificado o que esse provável sucessor pensa sobre a propriedade. Aguiar et al. (2010) ao pesquisar jovens das comunidades na região Transamazônica, constataram que 50% deles não têm vontade de continuar na agricultura, mas se ganhassem a herança nenhum dos entrevistados venderia a propriedade. Ocorreu, porém, uma diferença quanto ao gênero: entre as mulheres, somente 14,3 % das entrevistadas pretendiam continuar na agricultura, 42,9% falaram que, se recebessem a herança dos pais, venderiam e iriam morar na cidade e 42,9% não venderiam, mas não continuariam na agricultura e contratariam algum trabalhador para residir no estabelecimento agrícola e conduzir as atividades.

Em estudos realizados por Ahlert (2009) com jovens, ao avaliar o interesse dos mesmos em assumir a propriedade dos pais e o futuro profissional que desejavam, observou-se que a maioria quer efetivamente permanecer ativa em uma propriedade rural, de forma

integral ou parcial, no entanto, mesmo querendo ser agricultor, 22,6% não desejam assumir a propriedade dos seus pais.

Esses dados revelam indícios sobre o destino de alguns desses atores, Mendonça, Ribeiro e Galizoni (2008) analisando o destino de jovens do Alto de Jequitinhonha, MG, mostraram duas maneiras de sucessão: alguns tornaram-se sucessores(as) de seus pais, ou seja, herdaram a casa e o terreno dos pais e continuavam exercendo as mesmas atividades dos mesmos; e outros buscaram uma outra forma de reproduzir as condições que tinham na propriedade dos pais, tornaram-se agricultores familiares em outros municípios, ou seja, reproduziram a condição de agricultores(as) familiares em outros locais casando-se com herdeiros(as) ou por meio de compra da terra.

#### **4 ESPERANÇA NA AGRICULTURA FAMILIAR E A VOLTA AO CAMPO: NOVAS REALIDADES**

O êxodo rural é um fenômeno de grande importância econômica, social e histórica no Brasil, Gonçalves (2001) considera que o esvaziamento do campo embora tenha sofrido certa desaceleração nas últimas décadas, permanece intenso e contínuo, sendo ainda, de longe, o maior movimento espacial da população brasileira. Este autor comenta que o Censo Demográfico de 2000 revelou que mais de 137,6 milhões de habitantes residiam na zona urbana, o que equivalia 81,22% do total da população brasileira. De acordo com o Censo Populacional do IBGE, na década de 1960, 13 milhões de pessoas trocaram o campo pela cidade; nos dez anos seguintes, esse número se elevou para 15,5 milhões. Gonçalves (2001) mostra que desde 1970, quando a população rural passou a ser minoritária, até o ano 2000, mais de 40 milhões de brasileiros já haviam migrado do campo para a zona urbana.

Com esse grande impacto na população brasileira, esse fenômeno passou a ser visto como fonte dos problemas de concentração e de aglomeração nas cidades. O contínuo e desordenado fluxo migratório, intensificou o ritmo de favelização (AGUIAR, 1993), em consequência desse processo as cidades passaram a apresentar problemas de infraestrutura, níveis de pobreza críticos, doenças, poluição, proliferação de guetos e violência urbana (DOWBOR, 1993; SACHS, 1993).

Alguns autores, principalmente nos últimos anos, perceberam também um movimento contrário de retorno ao campo. Desconsi (2007) mostrou que, de acordo com dados do IBGE, os movimentos de saída da agricultura vêm diminuindo há algum tempo, pois havia 31,6 milhões de pessoas no meio rural em 1996 e passou a 32,6 milhões em 1999. Estes dados apontam para uma inversão de tendências anteriores, indicando ou um crescimento gradativo da população rural frente à estagnação do êxodo, ou um retorno e repovoamento deste espaço. Abramovay (2000) também registra esse *novo* movimento do final dos anos 1990 como sendo uma migração de retorno em direção a pequenos municípios, como o crescimento da população rural em diversas regiões do país e ainda acrescenta que é um erro considerar o êxodo com uma conotação ao desenvolvimento, já que um quarto da população economicamente ativa nos países desenvolvidos reside em áreas rurais.

Mais recentemente foi notado que essa tendência ainda prevalece nos anos 2000. De acordo com os dados divulgados pelo Censo Agropecuário de 2006, aumentou em mais de 400 mil o número de estabelecimentos familiares (FRANÇA et al., 2006), porém

considerando que a população urbana continua sendo bem superior a rural, segundo o Censo de 2010, a população urbana era de 160.925.804 pessoas e a rural de apenas 29.829.995 (representando, respectivamente, 84,36% e 15,64% da população brasileira).

Outro fenômeno importante e pouco estudado é tem ocorrido uma grande renovação na direção dos estabelecimentos familiares. No Brasil mais de 1,5 milhões (35% do total) dos agricultores familiares tem entre um e dez anos de gestão do estabelecimento, sendo que metade deles iniciou a gestão entre um e cinco anos apenas. No Estado de São Paulo são pouco mais de 60 mil (40% do total do Estado) e na Microrregião Geográfica de Jales totalizam 6.449 agricultores (39,6% do total da microrregião). Percebe-se que esse novo movimento, de retorno de pessoas ao campo e/ou de mudança dos responsáveis pelas propriedades familiares, vem se tornando um processo relevante no cenário agrário brasileiro.

Esse aumento pode ter como causa o crescimento de investimento em políticas públicas no setor agrícola familiar e consequentemente uma visão promissora da agricultura familiar aos olhos da população rural e urbana. Nas duas últimas décadas, benefícios como o incremento e maior facilidade de acesso ao crédito rural a agricultores familiares, a garantia na comercialização e os assentamentos rurais são políticas que podem estar contribuindo para algumas mudanças no cenário. No entanto, outras políticas como os incentivos aos biocombustíveis e ao agronegócio dirigido à exportação, contraditoriamente, têm causado exclusão de agricultores familiares em várias regiões.

Em relação ao crédito rural, a principal política criada foi o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que surgiu em 1995, em uma época na qual o elevado custo e a escassez de crédito eram apontados como os problemas principais enfrentados pelos agricultores, em particular os familiares (GUANZIROLI, 2007). De acordo com este autor após 10 anos de execução o PRONAF tinha se estendido de forma considerável por todo o território nacional, ampliado o montante financiado, desenvolvido programas especiais para atender diversas categorias, assumido a assistência técnica e reforçado a infraestrutura, tanto dos próprios agricultores como dos municípios em que estes se encontram.

A garantia de comercialização aos agricultores familiares vem sendo tratada por meio de programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). O PAA foi criado em 2003 e é uma política pública desenvolvida para incentivar a agricultura familiar, promover a inclusão social no campo e

garantir alimento às populações em situação de insegurança alimentar, por meio da compra da produção familiar. O governo compra a produção dos produtores e lhes garante preço mais justo e renda, além de reduzir o preço das cestas destinadas aos programas sociais e facilitar o processo de doação de alimentos (SILVA, 2011). O PNAE, mais conhecido como “merenda escolar”, tem sua origem no início da década de 1940, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação ao escolar, porém foi a partir de junho de 2009, com a Lei nº 11.947, que ficou determinado que pelo menos 30% do valor destinado à alimentação escolar brasileira devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar (SILVA, 2011), garantindo aos produtores familiares mais um veículo para escoar sua produção, sem intermediários.

Já em relação à reforma agrária, Menezes (2009) mostra que na oposição entre êxodo rural e fixação no campo, são percebidas duas tendências contraditórias: uma evidente preferência da juventude rural pelas cidades e, por outro lado, políticas de desenvolvimento rural – nelas incluída a reforma agrária – que incentivam o retorno e a manutenção das famílias no campo, como alternativa ao desemprego urbano. As políticas públicas de criação de assentamentos rurais apontam para uma reversão no quadro de migração campo cidade, porém, esta reversão estaria comprometida pelo êxodo dos jovens. Na verdade esse problema mencionado pela autora não é exclusivo de assentamentos rurais, no caso da agricultura familiar tradicional esse fator também é bem evidente, como já foi bem discutido em itens anteriores.

Para evitar o êxodo de jovens é usada a mesma estratégia empregada com a população rural em geral, passando estes a ser foco de políticas públicas. Para a população rural jovem foram criados o Pronera e a Educação no Campo, ambos relacionados à educação e o PRONAF Jovem, direcionado a agricultores familiares entre 16 a 25 anos de idade, sendo essa uma iniciativa do governo para incentivar a permanência do jovem no campo e evitar o êxodo rural (MAIA, 2011).

Contudo percebe-se que apesar existir uma crença arraigada sobre a agricultura familiar, de que a mesma possui poucas chances de sobrevivência no mercado capitalista atual, tanto por questões econômicas como questões sociais e familiares, os dados atuais revelam uma esperança no setor, ou melhor, ainda, uma atividade considerada cada vez mais promissora. Cabe agora, o desafio de buscar cada vez mais soluções (relacionadas a políticas

públicas ou não) para melhorar as condições da agricultura familiar e manter mais pessoas no campo com trabalho e qualidade de vida.

## 5 METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA

A agricultura familiar é definida nesse projeto como uma forma de produção e modo de vida em que o trabalho e a gestão do estabelecimento é predominantemente familiar, incluindo produtores com distintas lógicas produtivas e de reprodução social, e diferentes graus de tecnificação e inserção no mercado (LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 1999).

O eixo teórico-metodológico apoiou-se no conceito de estratégia (BOURDIEU, 1990; 1994) para entender como os produtores organizam a produção, suas relações sociais e os processos sucessórios a partir de critérios complexos e que não podem ser apreendidos apenas por uma análise tecnoeconômica ou legal.

Foram pesquisados produtores pertencentes à Microrregião Geográfica de Jales (classificação do IBGE). A Microrregião Geográfica de Jales possui estrutura fundiária marcada pela forte presença de pequenos estabelecimentos originários do processo de colonização da região (agricultura familiar tradicional). Na maioria das propriedades a principal atividade desenvolvida pelos agricultores é a pecuária leiteira, mas uma parcela significativa dos produtores familiares cultiva áreas com fruticultura (destaque para a uva fina) que assumiram grande importância econômica e social, após a decadência das lavouras de café a partir da segunda metade da década de 1980. A partir da década de 1990 ocorreu também um processo gradativo de diversificação do cultivo de frutas.

A intenção inicial do projeto de pesquisa era realizar um levantamento com uma amostra de 50 produtores que contemplasse os principais sistemas de produção da região e tivesse um tempo de efetiva gestão (plena autonomia) da propriedade entre três e dez anos; tendo base em uma tipificação preliminar feita a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e das informações obtidas junto aos técnicos da extensão rural. Este recorte temporal no início, devia-se a opção de não pesquisar produtores que acabaram de assumir a propriedade (menos de três anos), pois poderiam estar ainda se adaptando à nova condição ou resolvendo questões contingentes da gestão anterior; enquanto dez anos foi considerado um horizonte razoável de tempo para os produtores estarem completamente estabelecidos. No entanto, com o decorrer da aplicação dos questionários foi necessário ajustar essa amplitude temporal, ficando assim na faixa de um a treze anos de autonomia na gestão da propriedade dos produtores pesquisados, em função de dificuldade para compor a amostra. Cabe ressaltar, porém, que essa ampliação não teve prejuízo na credibilidade dos resultados já que foram entrevistados apenas cinco produtores com menos de três anos de propriedade, e esses não

apresentavam problemas significativos de adaptação, após a aquisição da propriedade rural ou ter assumido sua gestão.

Por razões de logística, mas sem prejuízo de buscar abranger os principais sistemas de produção, a pesquisa concentrou-se em alguns municípios, sendo que a escolha destes foi precedida de visita a órgãos de assistência técnica e extensão rural da microrregião (Escritório de Desenvolvimento Rural da Cati de Jales e às prefeituras dos demais municípios), visando verificar quais municípios são mais adequados para a finalidade da pesquisa e que mais caracterizavam o perfil pré-estabelecido na mesma. Também foi muito importante, na indicação de produtores adequados ao perfil da pesquisa, um agrônomo e aluno de pós-graduação da Unesp Ilha Solteira que possui uma empresa de assistência técnica e consultoria em Urânia. Foram pesquisados produtores dos municípios de Marinópolis, Palmeira d'Oeste, São Francisco, Urânia, Santa Fé do Sul, Rubinéia, Aspásia, Jales e Santa Salete, representando assim 41% dos municípios da microrregião.

O número de produtores não foi definido por critério estatístico, portanto não teve a pretensão de representar o conjunto de produtores de cada uma das faixas de tempo de gestão das propriedades na microrregião estudada, mas buscou apreender qualitativamente as características diferenciais desse grupo de produtores familiares e a diversidade de suas estratégias, visando entender como está se processando a constituição de *novas* unidades familiares.

O levantamento realizado por meio de questionários, assim como a metodologia apresentada por Richardson (1985), estruturados com dez questões (Apêndice A), algumas com subitens, visando permitir a caracterização dos produtores e da unidade de produção, em termos socioeconômicos. Foram levantados dados sobre o perfil da família, em termos de idade, escolaridade, ocupação; os tipos de atividades produtivas desenvolvidas; a tecnologia e mão-de-obra empregada, as formas de financiamento e gestão das atividades, as estratégias e formas de organização da produção e da comercialização; políticas públicas que estes produtores têm acessado; e sobre a forma de obtenção da propriedade (sucessão ou aquisição). O questionário pôde ser respondido por um dos responsáveis pelo estabelecimento (homem ou mulher), por ambos ou mesmo com a participação de outros membros da família.

A análise dos resultados foi realizada com base na tabulação dos dados de fonte secundária e da sistematização das informações obtidas por meio da aplicação dos questionários aos produtores rurais pesquisados na Microrregião Geográfica de Jales. Os resultados foram apresentados por meio de tabelas, gráficos e da análise quantitativa e qualitativa do conjunto dos dados levantados. Também se buscou comparar o perfil das famílias, as principais estratégias de produção e reprodução social desses *novos* agricultores familiares; a forma como se deu à transferência sucessória ou aquisição da propriedade, suas perspectivas e dificuldades; assim como sugerir medidas de políticas públicas para atender possíveis especificidades desses agricultores familiares investigados, assim como ações referentes à sucessão na agricultura familiar. O eixo teórico que orientou a interpretação dos dados foi baseado na categoria de análise estratégias de reprodução social.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 6.1 CARACTERIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE JALES-SP

A região de Jales<sup>5</sup> situa-se no extremo noroeste do Estado de São Paulo e é formada por 22 municípios, sendo eles: Aparecida d'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Jales, Marinópolis Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, Três Fronteiras, Urânia e Vitória Brasil (FUNDAÇÃO SEADE, 2010). De acordo com o LUPA 2007/08 (SÃO PAULO, 2008), esses municípios somam aproximadamente 318.831,7 hectares distribuídos em 9.454 unidades de produção agropecuária (UPAs).

Segundo a Fundação SEADE (2010), se comparada a média do Estado, a região estudada apresenta índices de longevidade e escolaridade superiores, porém em questão de riqueza a região encontra-se abaixo da média estadual. A renda *per capita* é de 1,28 salários mínimos<sup>6</sup>, enquanto no Estado a renda é de 1,67 S.M. Porém apesar de se tratar de um valor inferior, não se trata em sua maioria de pobreza extrema, já que o percentual de domicílios com renda *per capita* menor do que  $\frac{1}{4}$  do S.M.<sup>7</sup> é baixo, de 4,47%, representando quase três pontos percentuais a menos que o estado.

Apesar do índice de escolaridade mostrar um bom desempenho da região, a mesma apresenta uma taxa de analfabetismo entre a população com mais de 15 anos de 8,05 %, bem acima da média estadual que é de 4,33 %, porém a média de indivíduos de 18 a 24 anos que possuem o Ensino Médio, é de 69,21 % por outro lado o Estado acumula uma média de 58,68% (FUNDAÇÃO SEADE, 2010).

Em relação à agropecuária, fica evidente a importância que esse setor tem na região de Jales, quando se analisa o percentual de vínculos empregatícios ligados à agropecuária, que é mais que o triplo do que se encontra no Estado. Porém cabe ressaltar que os números apresentados pela Fundação Seade (2010) só considera os empregos registrados não levando

---

<sup>5</sup>A região de Jales mencionada neste trabalho é a Região de Governo já que a mesma da divisão territorial adotada pela Cati, com a denominação de Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR), no censo do LUPA (Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo), o que facilita a comparação dos dados.

<sup>6</sup> Para efeito comparativo de cálculo, foi utilizado o valor do salário mínimo em 2010, ou seja, a época em que foi realizado o levantamento da Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), no caso R\$510,00.

<sup>7</sup> A Fundação SEADE considera pobreza extrema como sendo renda *per capita* menor que  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo.

em conta o trabalho de autônomos dos proprietários de unidades familiares, a qual é uma categoria que prevalece na região. Na economia, a participação da agropecuária segue tendência semelhante, porém se mostrando ainda mais relevante, na região de Jales a agropecuária corresponde a 15,72%, enquanto no Estado é de apenas 1,87% (FUNDAÇÃO SEADE, 2010).

O número total de estabelecimentos rurais na Microrregião Geográfica de Jales é de 8.423 em área total de 341.267 ha, dentre familiares e não familiares. Considerando que para se determinar um estabelecimento como familiar, dentre outros requisitos o mesmo deve possuir até 4 módulos fiscais, e assim um limite de 100 ha nessa microrregião (considerando os módulos fiscais dos municípios), é observado assim uma predominância das pequenas propriedades, já que as mesmas correspondem a 92,6% do total das propriedades rurais (IBGE, 2006). E a maioria das propriedades rurais na Microrregião Geográfica de Jales (60,7%) possui menos de 20 ha, porém corresponde apenas a 13,4% da área total. De acordo com autores como Monbeig (1984) e Sant'Ana (2003), se a compararmos com outras regiões do Estado de São Paulo, trata-se de uma região com menor concentração fundiária, pois o valor da terra mais baixo, na primeira metade do século XX, permitiu que parceiros de café de outras regiões próximas comprassem terras ali e alguns municípios, como Jales teve um processo de loteamento planejado, em que as áreas menores ficavam mais próximas do núcleo urbano.

**Tabela 1 -** Distribuição percentual do número e área dos estabelecimentos rurais (familiares ou não familiares) na Microrregião Geográfica de Jales-SP.

| <b>Faixa de área</b> | <b>Número de estabelecimentos rurais</b> | <b>% Número de estabelecimentos rurais</b> | <b>Somatório de áreas (ha)</b> | <b>% de Área</b> |
|----------------------|------------------------------------------|--------------------------------------------|--------------------------------|------------------|
| Até 20 ha            | 5.111                                    | 60,7                                       | 45.875                         | 13,4             |
| 20,1 - 50 ha         | 1.983                                    | 23,5                                       | 62.200                         | 18,2             |
| 50,1 - 100 ha        | 704                                      | 8,3                                        | 48.953                         | 14,3             |
| 100,1 - 200 ha       | 345                                      | 4,1                                        | 47.084                         | 13,8             |
| 200,1 - 500 ha       | 179                                      | 2,1                                        | 53.791                         | 15,7             |
| > 500 ha             | 80                                       | 1,0                                        | 83.363                         | 24,4             |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2006).

Durante muitas décadas, a principal atividade econômica da região foi a cultura do café. Porém com a sua decadência a partir de 1980, a predominância da produção familiar baseada na pequena propriedade (a parceria era menos importante do que em outras regiões) contribuiu para que opções intensivas em mão-de-obra fossem adotadas e atualmente a região caracteriza-se por grande diversidade em termos produtivos, com destaque para a presença de diversas frutíferas e da pecuária de leite.

Dentre as culturas permanentes, as predominantes nas pequenas propriedades são a cultura da laranja presente em 44,3% das propriedades em uma área de 6.547 ha (representando 73,9 % da área total com culturas permanentes) (IBGE, 2006). Em segundo lugar, o café arábica ainda é presente, cultivado em 24,4% dos estabelecimentos e em uma área de 10,3% do total de áreas com culturas permanentes. A uva também sua importância localizada em 22,3% das propriedades, porém representando somente 7,1% (IBGE, 2006).

Já as culturas temporárias, a que mais se destaca é o milho presente em 45% das propriedades e representando 67,3% da área plantada de lavouras temporárias. Outras produções mais recorrentes são: cana-de-açúcar e mandioca (IBGE, 2006).

## 6.2 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS, DA FAMÍLIA E DO TRABALHO

Os resultados a seguir se referem ao conjunto de 50 agricultores que possuem um perfil pré-determinado, ou seja, tiveram acesso a uma propriedade por meio de compra ou herança ou ao menos passaram a ter autonomia total no trabalho da unidade familiar em uma faixa temporal entre um a treze anos.

Foram pesquisados produtores residentes em nove municípios, lembrando que os mesmos representam 41% do total de municípios dessa microrregião. Nota-se, observando a Tabela 2, que maior parte dos entrevistados é da cidade de Marinópolis (26%), seguidos de Palmeira d'Oeste e São Francisco (14%). Apesar dessas cidades concentrarem mais da metade dos produtores entrevistados, este fato não significa necessariamente que possuem maior quantidade de produtores com o perfil pré-estabelecido; pois como os produtores foram selecionados a partir de indicações de informantes qualificados (responsáveis pelas Casas da Agricultura dos municípios e do Escritório de Desenvolvimento Rural-EDR de Jales, e pelo consultor já referido) e dependeram do conhecimento e do empenho de cada técnico em fornecer o maior número de informações.

**Tabela 2 -** Municípios da Microrregião Geográfica de Jales-SP onde se localizam as propriedades familiares rurais participadoras das pesquisas.

| <b>Localização das propriedades dos entrevistados</b> | <b>Número de entrevistados</b> | <b>% do total</b> |
|-------------------------------------------------------|--------------------------------|-------------------|
| Marinópolis                                           | 13                             | 26                |
| Palmeira d'Oeste                                      | 7                              | 14                |
| São Francisco                                         | 7                              | 14                |
| Urânia                                                | 6                              | 12                |
| Santa Fé do Sul                                       | 6                              | 12                |
| Rubinéia                                              | 4                              | 8                 |
| Aspásia                                               | 3                              | 6                 |
| Jales                                                 | 3                              | 6                 |
| Santa Salete                                          | 1                              | 2                 |

Fonte: Elaboração do próprio autor

Do total de 50 entrevistados, 41 (82%) são do sexo masculino e apenas nove (18%) do sexo feminino, sendo que ainda dessas poucas mulheres agricultoras que foram entrevistadas, apenas duas são realmente líderes da unidade familiar, ou seja, nitidamente respondem pelas decisões tomadas pela família em relação à propriedade. O restante respondeu o questionário porque seus esposos não se encontravam no local no dia em que foi realizada a pesquisa (na maioria das vezes por trabalharem fora da propriedade, tanto em outro sítio ou na cidade). Vale ressaltar que mesmo nos casos das mulheres que não se colocam como responsáveis pelo estabelecimento são elas que trabalham na propriedade na maior parte do tempo devido à ausência do marido e por consequência também participam de forma relevante das decisões tomadas ali.

Apesar do intuito da pesquisa não ser especificamente a questão de gênero no meio rural, comparando as percentagens de homem e mulher nota-se a grande desigualdade entre essas categorias nesse ambiente (o que foi observado em vários pontos ao longo desse trabalho). Este fato também é retratado por diversos autores, como Battestin (2009) que ressalta a existência de uma divisão sexual do trabalho da família e uma forte subordinação de gênero, cabendo à mulher, tanto mãe quanto filha, um papel de invisibilidade. Essa posição ocupada pela mulher muitas vezes pode influenciar no comportamento de jovens no campo.

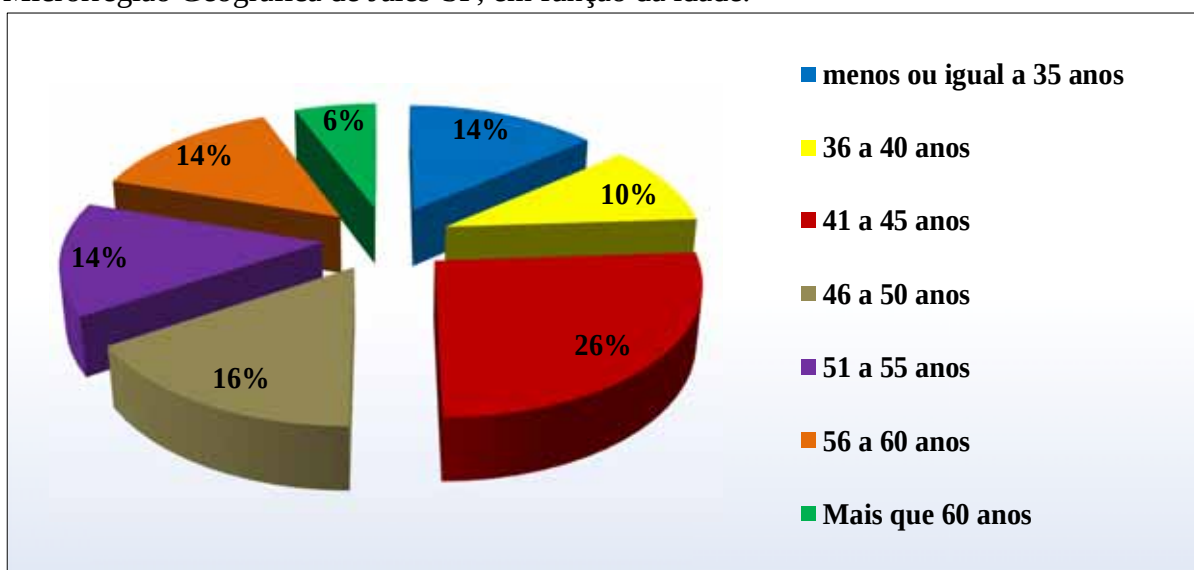
Spanevello (2005) afirma que a preferência familiar por filhos herdeiros, a não valorização do trabalho feminino, reconhecido muitas vezes apenas como ajuda, o maior acesso a educação por parte das mulheres, a condição econômica familiar aliada ao seu aleijamento durante a partilha dos bens, são algumas das condições que tornam o horizonte urbano mais próximo das mulheres. Maia (2011) encontrou números semelhantes aos resultados dessa pesquisa ao entrevistar jovens rurais que estudavam na ETEC de Jales. Na pesquisa a autora constatou que 80% dos meninos realizavam cursos relacionados à área agrícola, enquanto as meninas representavam apenas 20% do total. As meninas preferiam cursos como Informática ou Alimentos, indicando uma tendência, segundo a autora, de falta de motivação para permanência no meio rural.

Petinari, Bergamasco e Tereso (2010) estudando também a Microrregião Geográfica de Jales, constatou uma visão um pouco mais igualitária dessa divisão sexual. Constataram que a divisão de trabalho na propriedade entre os gêneros não existia, todos realizavam as mesmas atividades, com exceção das mais “penosas” (como gradear a terra ou ordenhar) que eram realizadas pelos homens, porém as mulheres não viam restrição em ter que fazê-las. A dupla jornada feminina (trabalho na lavoura e na casa) é vista como muito importante no processo produtivo da propriedade, principalmente com a participação dessas em atividades realizadas até então por homens (PETINARI; BERGAMASCO; TERESO, 2010). Na verdade, na maioria das vezes, o que ocorre é que a mulher participa igualmente (ou até de maneira dupla) do processo produtivo da unidade familiar, porém o reconhecimento não é igual, nos tempos atuais ela ainda possui um papel submisso ao homem na família. Mas esse fator não é exclusivo do ambiente rural.

Em relação à idade dos pesquisados (Figura1), notou-se que cerca de dois terços dos entrevistados possuem menos de 50 anos de idade. A faixa mais representativa é de 41 a 50 anos, com cerca de 42% dos produtores familiares, e a média de idade é de 46 anos. Considerando essa média de idade, conclui-se que esses agricultores familiares herdaram ou compraram a propriedade rural entre 33 e 45 anos de idade em média. Ao analisar esse dado (principalmente o limite final dessa faixa), percebe-se que se a aquisição da propriedade foi por meio de sucessão, a mesma está ocorrendo de uma forma relativamente tardia, já que nessa faixa etária provavelmente o indivíduo já constituiu família e possui até possíveis sucessores (filhos já adultos e casados) para um patrimônio que ele mesmo acabou de herdar. Essa situação é identificada também por Ahlert (2009) ao pesquisar a sucessão da agricultura

familiar no Vale do Taquari – RS. Os dados encontrados por ele mostram uma dificuldade que os filhos dos atuais produtores encontram para se tornarem proprietários, devido ao aumento da expectativa de vida do brasileiro. Com isso a sucessão ocorre cada vez mais tarde, o que desestimula os filhos a seguirem a carreira na propriedade rural, pois muitos só passam a herdá-la completamente após completarem 50 anos.

**Figura 1** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função da idade.



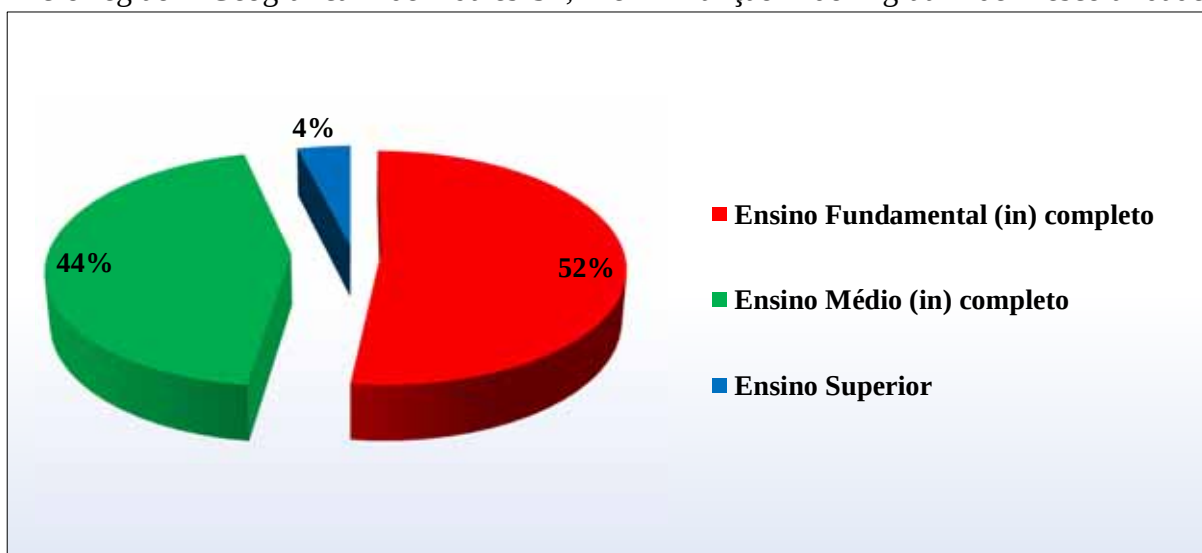
Fonte: Elaboração do próprio autor

Como pode-se observar na Figura 2, a maioria dos entrevistados (52%) possui o Ensino Fundamental (completo ou incompleto), sendo desses produtores 46,2% frequentaram apenas até a 4ª série do Ensino Fundamental. Maia (2011) realizando um estudo com alunas matriculadas na Escola Técnica de Jales, mostrou que os pais dessas meninas – que por sua vez são agricultores familiares na microrregião estudada e possuíam uma média 46,5 anos – haviam estudado apenas 5,3 anos, ou seja, a maioria não ultrapassou o Ensino Fundamental, semelhante ao que foi observado nesse estudo com agricultores de média de idade parecida. Porém nesse mesmo estudo, Maia (2011) notou que os agricultores com maior escolaridade eram aqueles com uma faixa etária menor, indicando que o grau de escolaridade é diretamente ligado à idade. Para Silvestro (2001) a grande maioria das pessoas mais velhas tiveram menores oportunidades de dar continuidade aos estudos, justamente por terem a obrigatoriedade de ajudar nas atividades do campo e à falta de escolas próximas que ofereciam ensino além do antigo primário (até o atual 5º ano).

Entretanto, no universo pesquisado neste trabalho, 44% dos entrevistados declararam possuem o Ensino Médio Completo (Figura 2), um percentual expressivo para o meio rural. A média de idade destes agricultores com o Ensino Médio é de cerca de 46 anos, menor do que a média daquelas que estudaram somente até Ensino Fundamental (cerca de 49 anos), porém não com uma diferença muito expressiva. Provavelmente essa pouca diferença se dá pelo perfil dos agricultores selecionados para pesquisa, pois parte deles possuía uma idade mais avançada, mas já tiveram emprego no ambiente urbano, no qual as ocupações exigem um grau maior de escolaridade.

Observando ainda a Figura 2, apenas 4% (dois produtores) dos entrevistados mencionaram ter concluído o Ensino Superior, sendo um na área agropecuária (Medicina Veterinária), enquanto o outro cursou Matemática. A Fundação Sistema Nacional de Análise de Dados- SEADE (2010) mostra que o índice analfabetismo entre a população com mais de 15 anos na Microrregião Geográfica de Jales é de 8,05%, mas nenhum dos entrevistados mencionou ser analfabeto (a menor escolaridade é de um produtor que estudou até a 2ª série do Ensino Fundamental).

**Figura 2** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função do grau de escolaridade.



Fonte: Elaboração do próprio autor

Foi possível também relacionar o histórico profissional do agricultor com o grau de escolaridade, pois foi levantado se este já tivera alguma profissão além de agricultor. Do total de entrevistados 50% disseram nunca ter exercido nenhuma ocupação que não fosse agrícola, pois apesar de nunca terem sido proprietários efetivos de uma área, já trabalhavam antes em

propriedades dos pais ou de terceiros. A outra metade dos agricultores familiares citou uma grande diversidade de profissões, 17 no total (Tabela 3)<sup>8</sup>, sendo as mais mencionadas: supervisores ou operários em indústrias (10%), funcionário público (8%) e pedreiro (6%).

**Tabela 3 -** Profissões não-agrícolas exercida em algum período da vida do agricultor familiar entrevistado na Microrregião Geográfica de Jales-SP.

| <b>Profissões não-agrícola</b>   | <b>Número de entrevistados</b> | <b>% do total</b> |
|----------------------------------|--------------------------------|-------------------|
| Operário/Supervisor em Indústria | 5                              | 10                |
| Funcionário Público              | 4                              | 8                 |
| Pedreiro                         | 3                              | 6                 |
| Doméstica                        | 2                              | 4                 |
| Comerciante                      | 2                              | 4                 |
| Vendedora                        | 2                              | 4                 |
| Frigorífico                      | 2                              | 4                 |
| Auxiliar de almoxarifado         | 1                              | 2                 |
| Supervisor de faturamento        | 1                              | 2                 |
| Auxiliar Administrativo          | 1                              | 2                 |
| Caminhoneiro                     | 1                              | 2                 |
| Clínica Veterinária              | 1                              | 2                 |
| Chefe de Cozinha                 | 1                              | 2                 |
| Frentista                        | 1                              | 2                 |
| Tratorista                       | 1                              | 2                 |
| Auxiliar de topografia           | 1                              | 2                 |
| Motorista de ônibus              | 1                              | 2                 |

Fonte: Elaboração do próprio autor

Dos 25 produtores familiares que já trabalharam em outras profissões, nove citaram que antes de ir para o campo praticavam essas atividades em cidades grandes ou metrópoles pelo Brasil (Campinas e São Paulo) e no exterior (Londres e Tóquio), ou seja, viviam uma

<sup>8</sup> A tabela possui repetições, ou seja, o entrevistado pode ter mencionado mais de uma profissão não-agrícola, já que a pergunta abrangia toda vida do produtor.

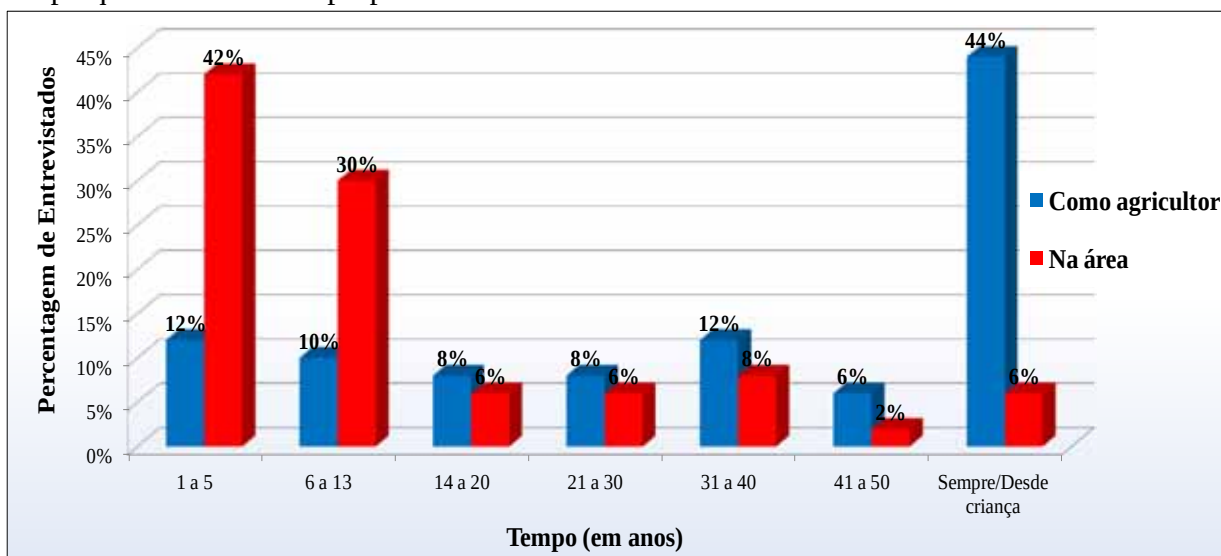
realidade completamente diferente a qual são inseridos atualmente, entretanto todos esses agricultores possuem sua origem na Microrregião Geográfica de Jales e maioria deles morava no meio rural. Indentifica-se nestes casos um movimento contrário ao êxodo rural, o que corrobora com estudos sobre migrações no Brasil que apontam um fluxo de retorno das cidades para as “origens”, ou seja, para os lugares que sofreram grande esvaziamento em períodos anteriores (DESCONSI, 2007).

Em relação ao tempo que trabalham como agricultor, 44% dos informantes (Figura 3) mencionou trabalhar no campo desde quando eram crianças, nesse caso, esses trabalhadores podem ter iniciado a sua vida como agricultores tanto em uma propriedade que já era da família, quanto em propriedades de terceiros. Somando-se essa fatia dos produtores que não especificaram os anos na profissão (seguramente todos são 15 anos ou mais), aos que disseram trabalhar como produtores a mais de 14 anos, são 78% do total, significando que essa grande maioria já tinha tido contato com o meio rural antes de se tornarem proprietários autônomos. Em contrapartida, 72% disseram estar na área atual (época da pesquisa) a menos de 13 anos, o que é coerente com o perfil dos agricultores selecionados, pois compraram a propriedade ou tiveram que mudar o local de moradia após herdar a terra mneste período.

Entre os entrevistados 14 (28%) disseram que já estavam na propriedade a mais tempo, pois são casos em que os mesmos trabalhavam ali na unidade familiar desde crianças, porém só tiveram plena autonomia no trabalho e na propriedade após a divisão da herança ou a desistência do pai (e/ou mãe) de exercer a liderança da atividade. Este grupo recebeu o patrimônio como herança e/ou ganhou autonomia plena numa faixa de 1 a 12 anos atrás, sendo que oito destes 14 entrevistados receberam a proppriedade a mais de cinco anos, porém já trabalhavam ali há 26 anos em média (variando de 17 a 45 anos).

Dez produtores (20%) mostraram possuir o mesmo tempo na área e como agricultor, podendo assim concluir-se que iniciaram a profissão quando adquiriram a propriedade, e ainda a metade deles a adquiriam por meio de compra e a outra metade por meio de herança. Ainda destes dez entrevistados, a maioria (seis entrevistados) possui quatro anos ou menos na atividade e na propriedade, o restante já estão há mais de dez anos na área.

**Figura 3** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função do tempo que trabalham na área rural e do tempo que estão na atual propriedade.



Fonte: Elaboração do próprio autor.

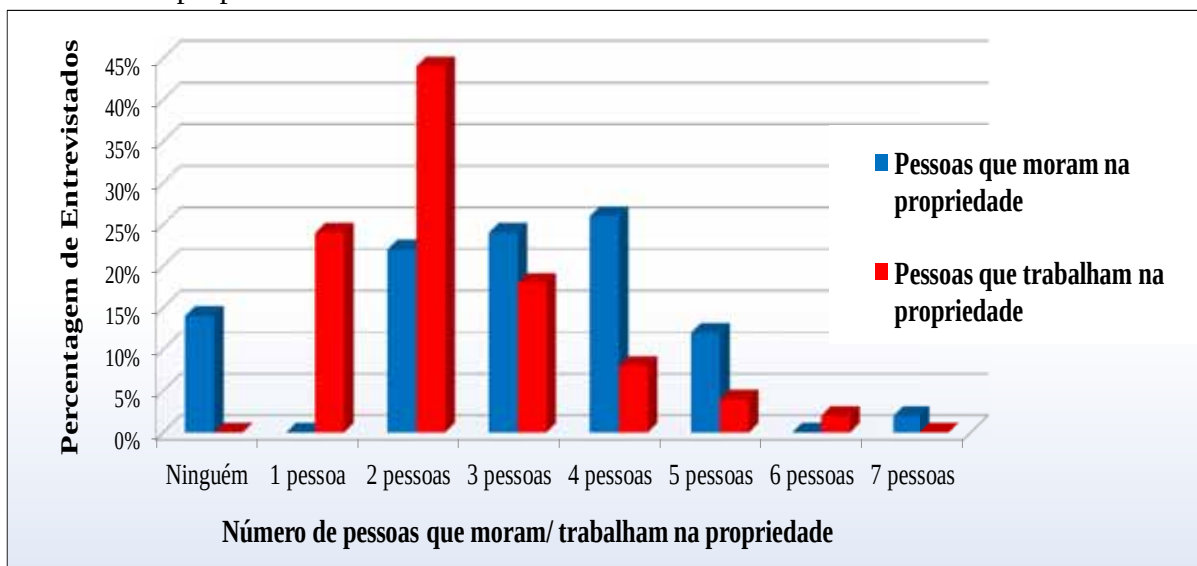
Com a Figura 4 observa-se que em 72% das propriedades familiares moram entre duas e quatro pessoas, sendo mais frequente quatro membros (26% dos casos), e em 86% dos casos trabalham na área de um a três membros da família, sendo que em 44% dos estabelecimentos há duas pessoas da família trabalhando. Pode-se observar ainda que sete entrevistados disseram não morar na propriedade, sendo que alguns moram na propriedade dos pais e trabalham no sítio que compraram, ou ainda moram na cidade e trabalham na propriedade.

Com os dados representados na Figura 4, notou-se que no trabalho da propriedade não há participação de todos os membros da família. Devido a esse fator foi questionado quem eram os membros da família que efetivamente participavam do trabalho na propriedade. Com os resultados constatou que todos os entrevistados, tanto os homens quanto as mulheres, participavam do trabalho. O membro que tem maior participação no trabalho rural, depois do próprio entrevistado, são os cônjuges com participação em 66% dos casos (destes 72% são representados pelas mulheres, pois a maioria dos entrevistados foram os homens).

De forma geral há uma menor participação das mulheres na produção agropecuária da propriedade. Os demais membros que também participam, com certo destaque, do trabalho nas propriedades são os filhos (32%) e os irmãos dos entrevistados (14%). Apenas 8% das filhas trabalham na propriedade, 2% das irmãs e 2% das cunhadas. O fator acima é transmitido também para os cônjuges dos filhos dos entrevistados, cinco dos entrevistados citaram a figura da nora no trabalho na propriedade, indicando a presença do filho do sexo

masculino também no trabalho familiar, enquanto a figura do genro não é mencionada, pois não há presença da filha casada na unidade familiar, envolvida com o trabalho na mesma.

**Figura 4** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função do número de pessoas família que moram e trabalham na propriedade.



Fonte: Elaboração do próprio autor.

A pouca participação das filhas é constatada em vários trabalhos que tratam da questão do gênero. Moura (1978) em seu estudo mostrou que a divisão sexual do trabalho dentro dessa unidade produtiva é realizada da seguinte forma: as mulheres (mães e filhas) ficam responsáveis pelos trabalhos realizados em casa que são considerados complementares aos da roça. Os trabalhos de produção agrícola por sua vez, considerados pesados e importantes (na questão econômica e de *status*) demais para serem realizados pelas mulheres, são feitos pelos homens da casa. Muitas vezes essa falta de contato com o trabalho rural gera um distanciamento da filha para com a realidade daquela unidade, gerando um desinteresse pelo setor agrícola. A consequência desse fator é que há uma tendência de redução de pessoas do sexo feminino na população rural, e essa saída da mulher da família e da comunidade possibilita-lhe ascender socialmente, o que, na maior parte das vezes, acontece a partir do investimento em educação, da inserção no mercado de trabalho urbano e/ou do casamento com homens provenientes do meio urbano (GAVIRIA; MENASCHE, 2006).

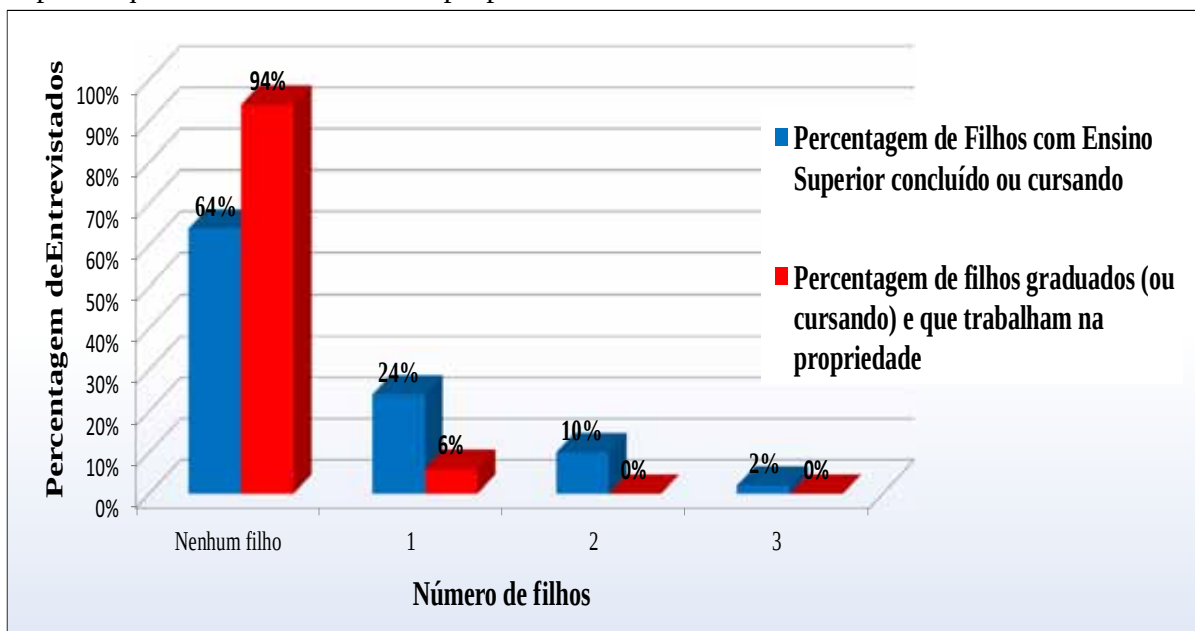
A fim de conhecer a relação que existe entre um maior grau de escolaridade dos filhos com a permanência desses no trabalho do campo, foi questionado ao agricultor se o mesmo

possuía filhos com ensino superior (ou ao menos cursando) e quantos desses participavam do trabalho na unidade produtiva. Dos 50 entrevistados, 32 (64%) não possui nenhum filho com Ensino Superior, enquanto 18 (36%) produtores tem pelo menos um filho com Ensino Superior ou cursando, destes, 61% dos filhos são graduados e os demais ainda estão cursando (Figura 5).

Quando se relaciona a graduação dos filhos com a participação desses no trabalho, observa-se um percentual bem menor, pois apenas 6% do total de famílias entrevistadas possui filhos que estudaram até o curso superior e participam da atividade de produção do local, ou seja, 83% das famílias que possuem filhos que concluíram ou estão cursando faculdade não trabalham na propriedade. Embora em alguns casos, em que o curso está em andamento, possa ser uma situação momentânea (devido à distância do local de estudo), na grande maioria dos casos estes filhos não permanecem na propriedade.

Por meio dos dados mostrados acima, pode-se observar um comportamento muito comum entre os jovens filhos de agricultores familiares, normalmente estes não conciliam o investimento em educação com a permanência na propriedade rural. Melhor dizendo, aqueles que permanecem no trabalho rural, na maioria das vezes não são aqueles que fazem um curso superior. De modo geral esses jovens que saem da propriedade para estudar não vêm a unidade produtiva como algo economicamente promissor, enquanto o jovem que continua com o trabalho na unidade familiar, ou não tem oportunidade de continuar os estudos ou não vê o curso superior como algo que realmente acrescentaria no seu trabalho na propriedade. Silvestro (2001) relaciona esse fator de capacitação com a sucessão da agricultura familiar, identificando dois modelos: ou fica na propriedade o filho com menor capacitação e educação formal porque avalia que não tem chances no mercado externo devido a deficiência de escolaridade; ou permanece o filho com capacitação e alta escolaridade, mas que normalmente encontra dificuldades para implantar diretrizes dentro da propriedade. Porém Costa, Fiúza e Diola (2007), dizem que recentemente no extremo oeste catarinense apareceu um outro modelo de sucessão, sendo esse com filhos que associam os dois vieses: o da vocação e o da educação/capacitação, ou seja, os pais estariam passando a selecionar o filho com ambas características para permanecer no trabalho da propriedade. Esse seria um cenário ideal, pois a conciliação da capacitação com o gosto pelo trabalho no meio rural pode trazer várias vantagens para o incremento da produção e da renda da família, porém esta situação não corresponde a maioria dos casos de sucessão da agricultura familiar brasileira.

**Figura 5** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função de possuir filhos que estudaram até o Ensino Superior que trabalham ou não na propriedade.



Fonte: Elaboração do próprio autor.

Em relação a renda não-agrícola, foi observado que 62% dos entrevistados possuem algum tipo de renda não advinda do campo<sup>9</sup>. A maior parte da renda não agrícola dessas famílias (38%) é proveniente de trabalho, sendo que o funcionalismo público<sup>10</sup> é o mais citado entre eles com 12% dos casos. Petinari, Bergamasco e Tereso (2010) ao estudar o município de Marinópolis observaram o mesmo resultado, que a atividade não agrícola mais frequente exercida pelos membros das famílias era o funcionalismo público, mais precisamente o trabalho na prefeitura.

Ainda analisando a Tabela 4, o segundo tipo de renda mais citado foi a aposentadoria presente em 24% das famílias, um percentual relativamente baixo se comparado com os resultados encontrados por outros autores ao pesquisar agricultores familiares. Godoy et al. (2010), ao estudar o município de Santa Rosa-RS, constataram que 50% das propriedades visitadas tem parte da renda originária de aposentadoria. O provável motivo por ter se

<sup>9</sup> A tabela possui repetições, ou seja, mais de um entrevistado pode ter citado mais de um tipo de renda não-agrícola.

<sup>10</sup> Na categoria Funcionalismo Público, foi englobado funções como: motorista, no setor da saúde, secretária e auxiliar administrativo, porém todos eles relacionados ao setor público, seja ele municipal ou estadual.

encontrado poucos produtores aposentados pode ter se dado pelo fato de os mesmos terem uma faixa etária média inferior ao permitido se aposentar normalmente.

Outros tipos de rendas apareceram com menor frequência: duas famílias disseram possuir bolsa proveniente de políticas públicas (sendo que uma delas acumula recursos vindos da Renda Cidadão e Bolsa Família); duas famílias declararam ter renda de aluguéis de imóveis e outras duas possuem pensão alimentícia (Tabela 4).

**Tabela 4 -** Número e percentual de tipos de rendas não-agrícolas advindas da família dos agricultores pesquisados na Microrregião Geográfica de Jales –SP.

| <b>Renda não-agrícola</b>                      | <b>Número de famílias</b> | <b>% do total</b> |
|------------------------------------------------|---------------------------|-------------------|
| Aposentadoria                                  | 12                        | 24                |
| Funcionalismo Público                          | 6                         | 12                |
| Educação (professor, inspetor de alunos e etc) | 3                         | 6                 |
| Bolsa Família/Renda cidadão                    | 2                         | 4                 |
| Aluguel de imóveis                             | 2                         | 4                 |
| Frete (caminhoneiro)                           | 2                         | 4                 |
| Construção Civil (Pedreiro)                    | 2                         | 4                 |
| Pensão Alimentícia                             | 2                         | 4                 |
| Acessórios automobilísticos                    | 1                         | 2                 |
| Empregada Doméstica                            | 1                         | 2                 |
| Feirante                                       | 1                         | 2                 |
| Frentista                                      | 1                         | 2                 |
| Polícia Mirim                                  | 1                         | 2                 |
| Repositor de Loja                              | 1                         | 2                 |

Fonte: Elaboração do próprio autor

Esses resultados indicam que a maioria das famílias pesquisadas são pluriativas, se assemelhando aos resultados de outras pesquisas sobre agricultores familiares. Para Petinari, Bergamasco e Tereso (2010) a agricultura familiar pluriativa tem um caráter multidimensional, em que a renda das atividades não-agrícolas “complementa” a renda agrícola, possibilitando que as famílias permaneçam no campo, mantendo e/ou capitalizando suas propriedades de modo a torná-las competitivas, dentro de novo formato de produção agrícola. Assim sendo o trabalho externo que a família pode vir a exercer não indica uma

degradação da atividade agrícola familiar, ao contrário, significam estratégias utilizadas pelos grupos para a reprodução da família e da propriedade (WANDERLEY, 1999).

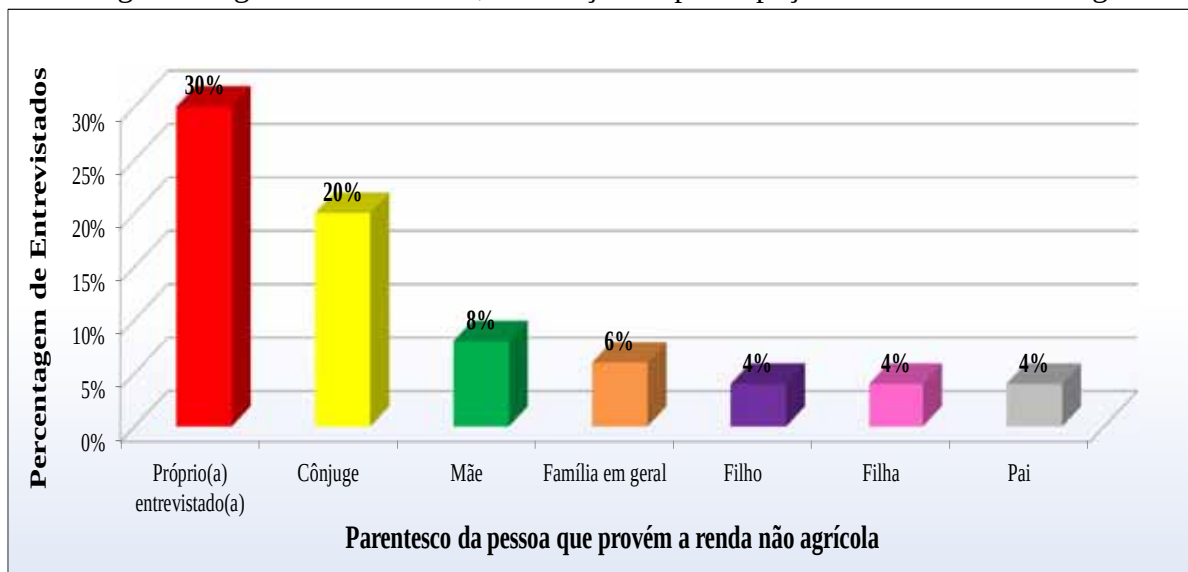
Conforme observa-se na Figura 6<sup>11</sup>, a maior parte da renda não-agrícola (30%) provém do próprio entrevistado. Ao comparar esse resultado com o encontrado por Petinari; Bergamasco e Tereso (2010), em seu estudo na mesma região, percebe-se que no presente trabalho um maior percentual de produtores são pluriativos; isso porque aqueles autores constataram que em Marinópolis apenas 25% dos entrevistados exerciam algum tipo de pluriatividade (80% dos que exerciam a atividade era para complemento da renda familiar e 20% como a principal fonte de renda familiar) e em Santa Albertina o percentual era menor ainda (apenas 15%).

A Figura 6 também mostra que o segundo membro mais freqüente em termos de trabalho pluriativo é o cônjuge do entrevistado, representando 20% dos casos (10 entrevistados). Cabe ressaltar que desses dez cônjuges, oito são esposas. Ao somar as porcentagens que representam as mães e as filhas dos entrevistados, as mulheres pluriativas correspondem a 28% dos entrevistados. Battestin (2009) menciona esse fato ressaltando que diversas pesquisas destacam que junto com os jovens, as mulheres se destacam entre os membros da família nessas novas atividades não-agrícolas.

---

<sup>11</sup> A Figura 6 possui repetições, ou seja, o entrevistado pode ter mais de uma pessoa na família que possui renda não agrícola, o que é o caso de quatro entrevistados.

**Figura 6** - Distribuição percentual dos membros das famílias pesquisadas, na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função da participação em atividades não agrícolas.



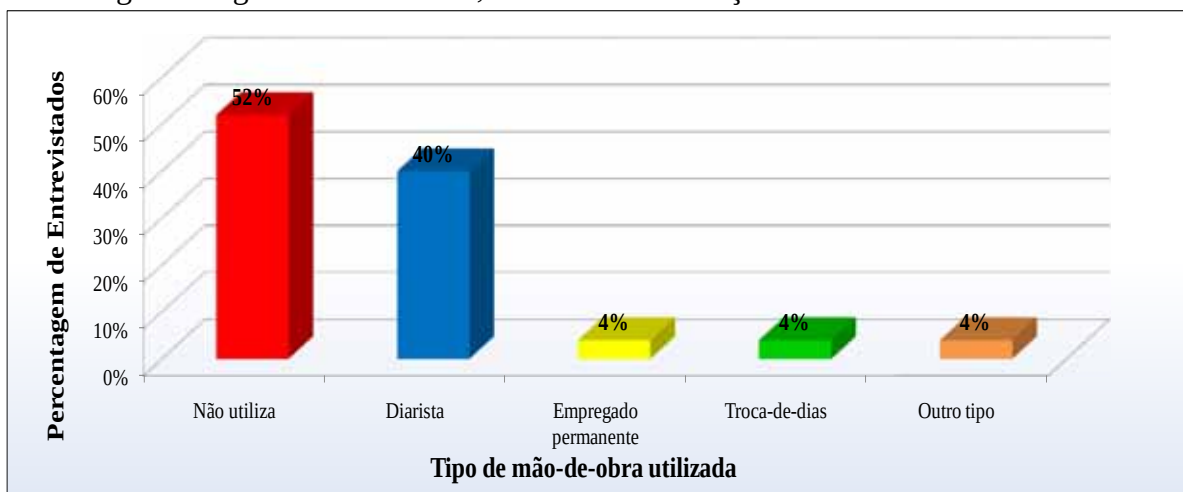
Fonte: Elaboração do próprio autor.

Como pode ser visto na Figura 7, a maioria dos produtores familiares entrevistados (52%) utiliza somente mão-de-obra familiar para realizar as atividades produtivas da propriedade. Porém entre os outros 48% de agricultores que utilizam mão-de-obra de terceiros, 83,3% (40% dos entrevistados) a utiliza de forma esporádica por meio de diaristas. Apenas 4% dos produtores possui empregado permanente.

Os outros tipos de mão-de-obra utilizados referem-se a um caso em que o produtor recorre à ajuda na colheita pelos empregados da empresa frutícola para qual fornece o produto (laranja), e em outro caso em que o entrevistado recorre ao auxílio de irmãos que não pertencem a aquela unidade familiar de produção.

Dois entrevistados mencionaram que utilizam mais de um tipo de mão-de-obra de terceiros: um concilia a ajuda de diaristas com o auxílio de irmãos e outro utiliza diaristas e empregados da frutícola receptora do produto.

**Figura 7** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, de acordo a utilização de mão-de-obra de terceiros.



Fonte: Elaboração do próprio autor.

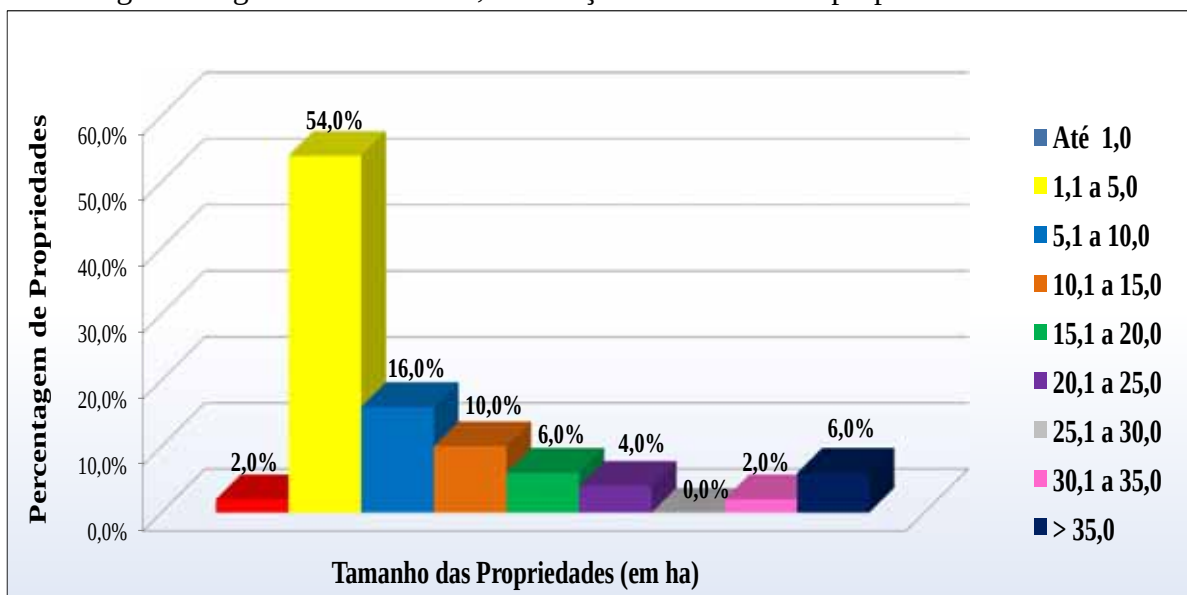
### 6.3 CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE E DA PRODUÇÃO

Em relação à área que produtores entrevistados possuem, pode-se constatar que são muito pequenas, pois a maioria das propriedades (54%) possui entre 1,1 e 5,0 ha (Figura 8) e apesar de o tamanho médio chegar a 10,29 ha, a mediana é apenas de 4,82ha, ou seja, a metade das unidades familiares visitadas possuem área inferior a esse valor. De acordo com os dados do LUPA de 2007/08 (SÃO PAULO, 2008), 63% das UPA (Unidades de Produção Agrícola) no Estado de São Paulo possuem menos que 20ha, enquanto na microrregião, 88% dos estabelecimentos pesquisados tem no máximo 20ha.

Considerando que o tamanho médio do módulo fiscal dos nove municípios nos quais localizam essas propriedades situa-se entre 22 e 30ha (COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL - CATI, 2011), 92% das propriedades pesquisadas possuem menos de um módulo fiscal. Cabe ressaltar que uma das características da unidade de produção familiar é possuir até quatro módulos fiscais (entre 88 e 120ha, no caso desses municípios estudados), portanto, essas famílias dispõem de uma área bem inferior ao limite considerado adequado.

Em relação a arrendamentos de outras áreas, a maioria dos entrevistados disseram não arrendar parte de outra propriedade para produção, porém os 14% que arrendam, o fazem em uma área média de 13,9 ha. Quarenta e seis entrevistados (92%) disseram não arrendar parte de sua propriedade para terceiros, porém os 8% que fazem esse tipo negócio, arrenda uma área média de 5,0 ha para outros produtores.

**Figura 8** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função do tamanho da propriedade.



Fonte: Elaboração do próprio autor.

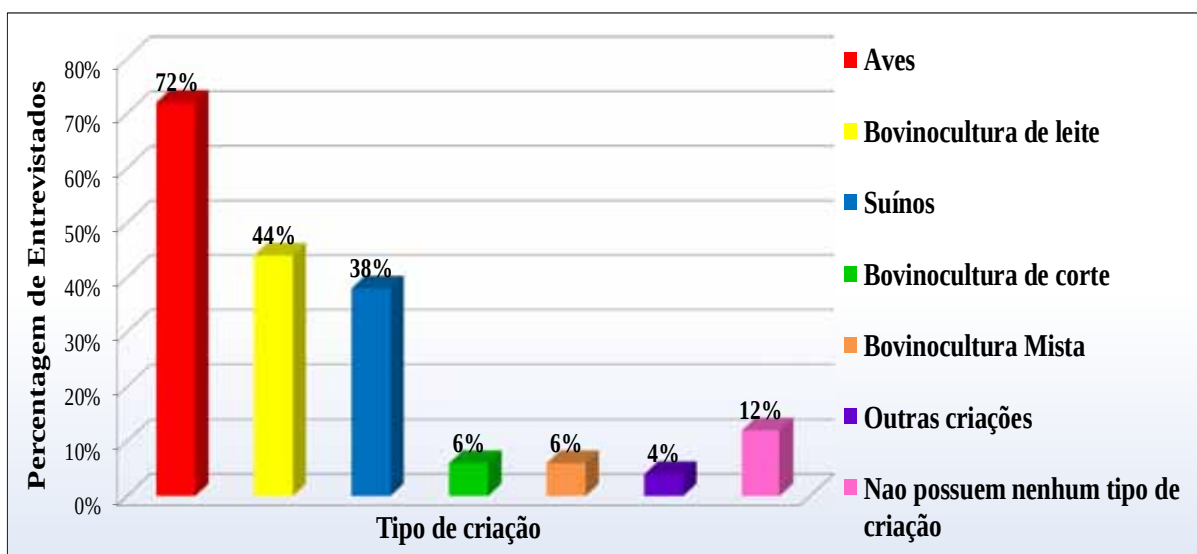
Constatou-se que 88% dos produtores pesquisados possuem algum tipo de criação animal e todos diversificam a produção, conciliando com o cultivo de lavouras. Apenas uma minoria (12%) se dedica exclusivamente a exploração vegetal, a qual será melhor descrita posteriormente.

A criação de aves é a mais explorada nos estabelecimentos pesquisados (72% do total), seguida pela bovinocultura de leite (44%) e suinocultura (38%) (Figura 9). Entre esses 36 entrevistados que dedicam a avicultura, apenas quatro deles comercializam parte da produção (as vendas são realizadas diretamente ao consumidor, principalmente a conhecidos e vizinhos), os demais utilizam os produtos apenas para o autoconsumo familiar. Já no caso da suinocultura, o autoconsumo é o único destino da produção dos suínos, o que denota a grande importância da produção para o consumo próprio entre esses agricultores familiares. Grisa e Schneider (2008) citam em seu estudo sobre autoconsumo em municípios para Rio Grande do Sul que produtos de origem animal direcionados para esse fim correspondem a mais de 49% do produto bruto médio anual em reais dos estabelecimentos. Buainain, Romeiro e Guanziroli (2002) mencionam que o autoconsumo corresponde a cerca de 20% do produto gerado na unidade produtiva. Já Leite (2004) destaca que o autoconsumo possibilita às famílias rurais um padrão de alimentação superior àquele encontrado nas famílias urbanas situadas em níveis de renda similares.

O autoconsumo possui vantagens quase infinitas, pois além de melhorar a renda total das famílias e gerar uma autonomia diante de um contexto social e econômico que circunda as unidades de produção (GAZOLLA, 2004), pode representar uma garantia de qualidade dos produtos consumidos pela família, que sabem a procedência dos alimentos, fato que proporciona uma alimentação mais saudável (CHIMELLO, 2010).

Os produtores pesquisados que citaram outras criações se referiram à criação de equinos e abelhas, lembrando que a apicultura mencionada pelo entrevistado é a principal atividade do mesmo, tendo o produtor duzentas caixas das quais cuida em sociedade com o irmão e produz cerca de 30 kg de mel por colmeia vendendo para o consumidor, comércio verejistas, cooperativa e intermediários.

**Figura 9** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados da Microrregião Geográfica de Jales-SP, de acordo com o tipo de criação que possuem no estabelecimento.



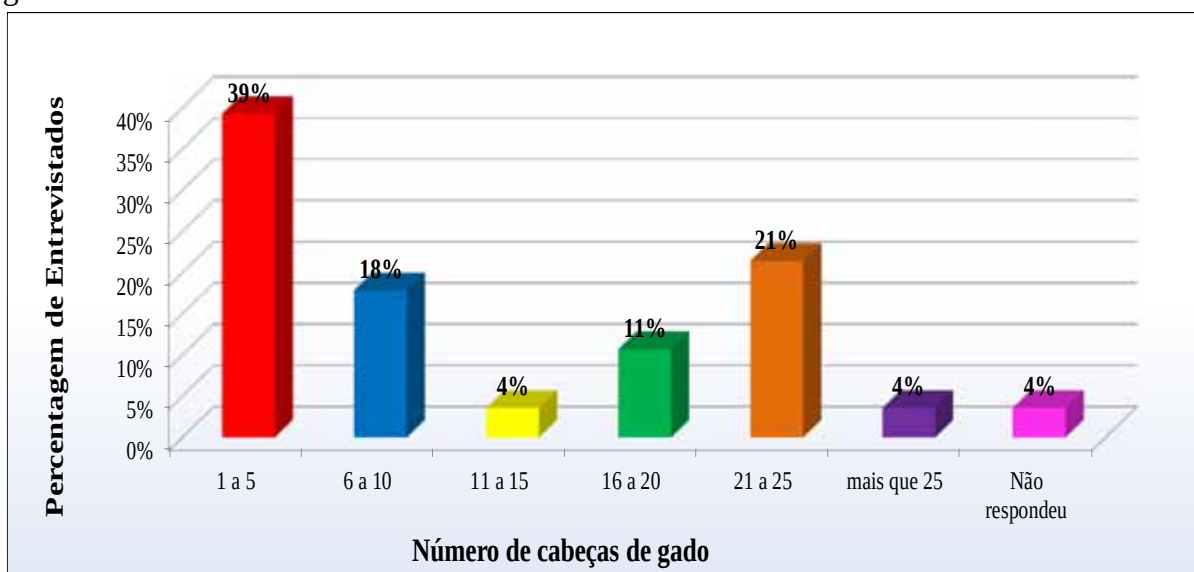
Fonte: Elaboração do próprio autor.

A bovinocultura de leite que ficou em segundo lugar entre as criações, presente em 44% dos estabelecimentos pesquisados, apresenta produção média de 22 litros/dia e a produtividade média por matrizes é de 7 litros/dia, considerando todos produtores que produzem leite. Apenas 11 entrevistados disseram ter vendido bezerros no último ano, com uma média de nove animais. De acordo com os dados encontrados por Clemente e Hespanhol (2008), estudando a produção leiteira na microrregião de Jales, a produção de leite na região é inexpressiva comparando-a com o Estado de São Paulo, pois representa apenas 3,3% da

produção estadual, apesar de possuir 4,18% das vacas ordenhadas do estado. Os autores calcularam que a produtividade por matriz em média na região é de 2,21 litros/dia de leite, menor do que a média estadual de 2,83 litros/dia que também é baixa, e também muito inferior à média observada entre os produtores pesquisados (7 litros/dia).

Do total de produtores pesquisados, entre aqueles que se dedicam a bovinocultura em geral, 39% possuem apenas de uma a cinco cabeças de gado; enquanto 57% possuem até no máximo dez animais (Figura 10). Essa baixa quantidade de animais provavelmente se dá pela pequena área média das propriedades e pela grande diversidade de atividades desenvolvidas, já que, como foi observado anteriormente, todos os criadores de gado possuem também explorações vegetais.

**Figura 10** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados que possui criação bovina na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função do número de cabeças de gado.



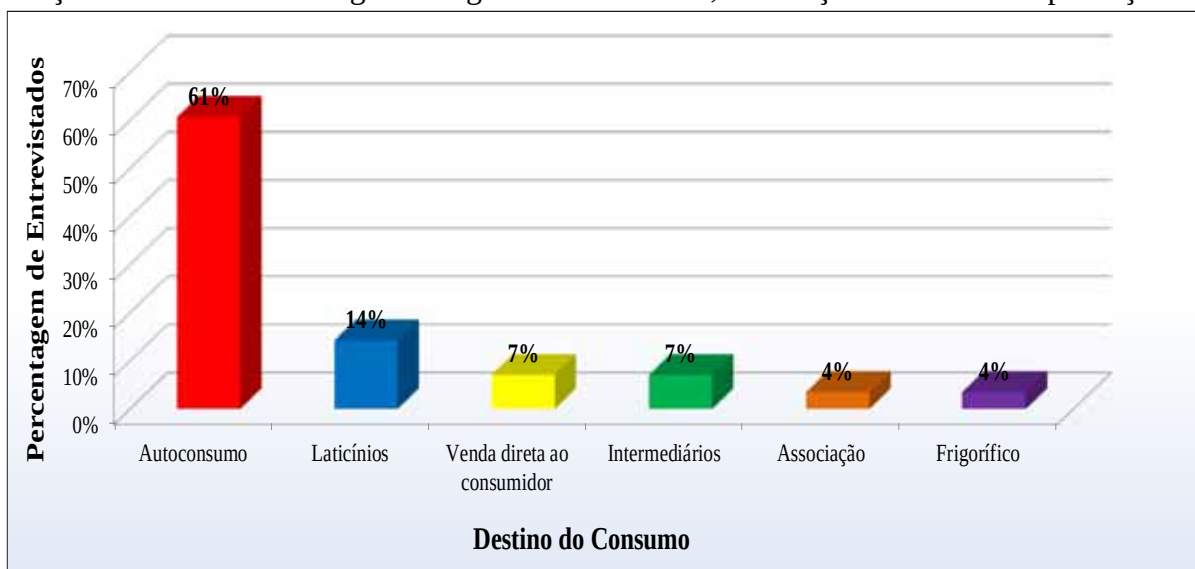
Fonte: Elaboração do próprio autor.

Clemente e Hespanhol (2008) verificaram, de acordo com os dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – Projeto LUPA, que 55,5% do total de cabeças do rebanho regional são constituídas de bovinos com finalidade mista (carne e leite), ou seja, rebanhos não especializados. Os animais destinados ao corte representam 34,4% do rebanho bovino total e os animais especializados na produção leiteira apenas 10,06%. Entre os criadores pesquisados essa pouca especialização é pouco encontrada, pois de acordo com

as declarações dos produtores, apenas 6% das cabeças de gado são mistas, enquanto 57% são destinadas ao leite, e 37% especializados em corte.

O destino da produção bovina pode ser observado na Figura 11. Pode-se notar que o autoconsumo, assim como nas criações de aves e suínos, é o destino mais recorrente entre os produtores que criam gado (61% dos casos); seguido pela venda a laticínios (14%) e direta ao consumidor (7%) e a intermediários (7%). Apenas um entrevistado declarou recorrer a dois tipos de destinos, a venda para intermediários e diretamente ao consumidor.

**Figura 11** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados que possuem criação bovina na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função do destino da produção.



Fonte: Elaboração do próprio autor.

Como foi mencionado anteriormente, todos entrevistados realizam o cultivo de culturas de importância econômica, sendo que 12% se dedicam exclusivamente a agricultura.

A cultura presente com maior frequência (60% do total) entre os produtores pesquisados é a laranja (Figura 12)<sup>12</sup>, seguida pelas uvas finas (50%), pastagem (22%) e limão (22%). De acordo com o LUPA de 2007/08 (SÃO PAULO, 2008), a laranja é a frutífera mais presente entre as unidades produtivas no EDR de Jales<sup>13</sup>, atingindo 24% do total de UPAs, só

<sup>12</sup> Na figura 12, o termo “hortaliças” se refere ao cultivo de: Alface, couve, almeirão, rúcula, salsinha e cebolinha

<sup>13</sup> **EDR de Jales** é composto dos municípios de Aparecida D’Oeste; Aspásia; Dirce Reis Dolcinópolis; Jales; Marinópolis; Mesópolis; Nova Canaã Paulista; Palmeira D’Oeste; Paranapuã; Pontalinda; Rubinéia; Santa Albertina; Santa Clara D’Oeste; Santa Fé do Sul; Santa Rita D’Oeste; Santa Salete; Santana da Ponte Pensa; São

superada pelas culturas destinadas a alimentação animal, como braquiária, colonião e a cana forrageira.

A laranja produzida por esses agricultores apresentou uma produtividade média de 78,86 kg/pé (805, 35 caixas<sup>14</sup>/ha), maior que a produtividade média do estado de São Paulo, que segundo Brasil (2012) chegou a 701,8 caixas/ha na safra 2011/12. Apesar dos produtores terem tido uma boa produção, muitos deles se mostraram insatisfeitos com a cultura, pensando em até suprimi-la de sua propriedade. Isso se deveu aos baixos preços de mercado e à dificuldade na comercialização ocasionada pela crise na citricultura na atual safra. Barbosa (2012) ao estudar a citricultura no estado, justificou que a crise ocorrida nos últimos tempos se deve ao excesso de oferta de suco de laranja no mercado internacional, pois houve uma redução do consumo mundial de suco de laranja que pode ser explicada pela elevação do preço do suco no mercado internacional no período anterior, pela entrada de novos países concorrentes e possíveis mudanças nos hábitos de consumo nos países consumidores.

No caso das uvas finas, a produtividade média encontrada entre os agricultores entrevistados é de 36,3 kg/pé. O cultivo de uvas finas nessa região aumentou no início da década de 1980 com a decadência da cafeicultura e foi um forte aliado para a contenção do êxodo rural decorrente a crise do café (PELINSON, 2000). Porém, segundo Rodrigues (2005) a viticultura tem gradualmente perdido posição para outras explorações, e o motivo para isso, seria a assimetria entre os preços pagos pelo mercado para a uva de mesa e seus respectivos custos de produção e além é claro, de problemas com a comercialização da fruta.

Em seguida foram mencionadas a pastagem com 22%, decorrente a manutenção das explorações animais de alguns produtores, junto com o limão (22%), e a banana, presente em 18% das propriedades pesquisadas.

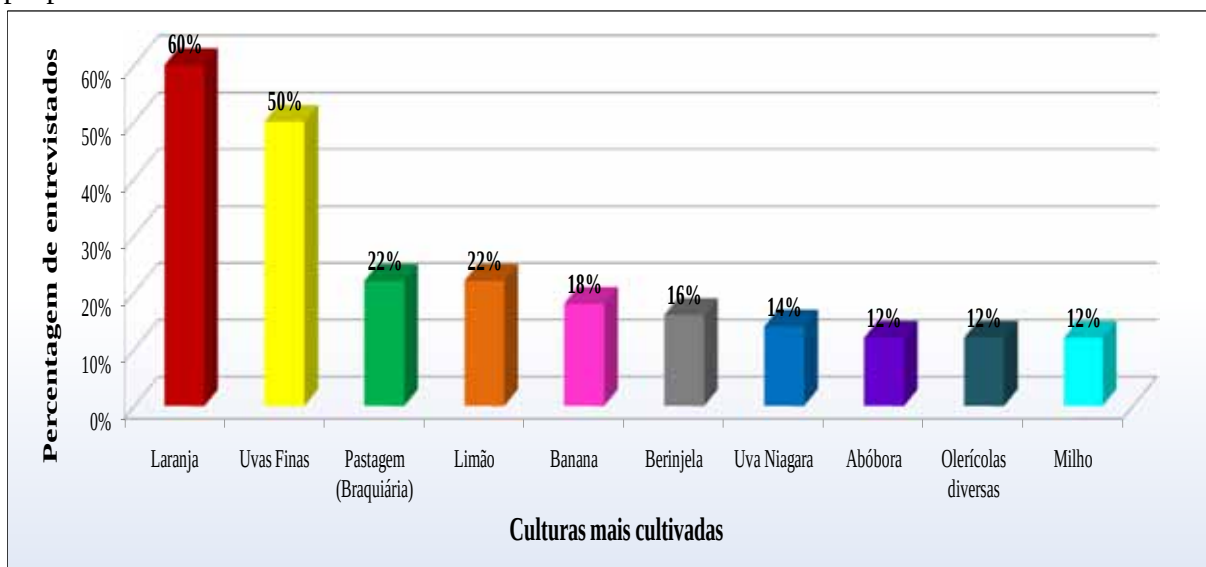
No total, nessa pesquisa, foram mencionadas 32 culturas de importância econômica. Além daquelas descritas que aparecem na Figura 14, são cultivadas, por menor número de produtores: cana-de-açúcar, mandioca, pimentão, vagem, quiabo, tomate, chuchu, jiló, maracujá, melancia, milho-verde, pepino, ponkan, seringueira, batata-doce, café, coco, goiaba, mamão, pinha, tangerina e tomate cereja.

---

Francisco; Três Fronteiras; Urânia; Vitória Brasil (SANT'ANA, 2003). Ou seja, diferencia-se da denominação 'Microrregião Geográfica de Jales' pois considera-se também o município de Populina na sua composição, o que não ocorre com a microrregião.

<sup>14</sup> Considerando a caixa com capacidade de laranja de 40,8 kg.

**Figura 12** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função das culturas mais cultivadas em suas propriedades.



Fonte: Elaboração do próprio autor.

O principal destino dos produtos de exploração vegetal é a entrega a intermediários (ou atravessadores como denominam os produtores), sendo que cerca de 64% dos pesquisados recorrem a esse agente de comercialização (Figura 13). Essa falta de opções de venda da produção pode fazer com que o agricultor fique refém das desvantagens e riscos que a comercialização com intermediários pode oferecer. Costa, Gomes e Tarsitano (2005) argumentam que esse fator, que é frequente na região de Jales, torna os produtores muito vulneráveis e temerosos quanto à possibilidade de defrontarem-se, em suas relações comerciais, com frustrações de receita decorrentes de inadimplência dos agentes compradores (intermediários). Este problema tem ocorrido com frequência em anos de boas safras e excelentes produtividades, mas com preços baixos e menor demanda.

A Figura 13 também mostra o segundo destino da produção mais usado pelos produtores é a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) (16% do total), por meio do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, enquanto 8% vendem para a Prefeitura Municipal com destino a merenda escolar, por meio de do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. O surgimento dessas políticas públicas mudou a situação de muitas famílias agricultoras pelo Brasil. Silva (2011) defende que as políticas públicas voltadas para o setor agrário, em especial para a agricultura familiar têm desempenhado papel importante no

processo produtivo e comercial dos produtos agrícolas. Considera que a implementação do PAA e do PNAE, ao propiciar a compra de parte da produção familiar pela prefeitura local e pelos conselhos das escolas estaduais, possibilita maior estabilidade à atividade agrícola, garante ocupação e renda ao produtor em seu próprio local, incentiva a permanência e a inclusão social no campo e proporciona melhores condições de vida, além da eliminação do grande número de etapas de intermediação presentes no processo de comercialização.

A venda direta ao consumidor (16%), incluindo dois casos em que a comercialização ocorre em feiras, apesar de não serem muito representativos nessa pesquisa, em um estudo realizado também na região de Jales, Modenese et al. (2009) constatou que a comercialização direta ao consumidor e/ou para o comércio varejista realizada pelos agricultores familiares é muito importante para a geração de renda para estas famílias, além de ampliarem suas relações sociais. Cabe destacar que a venda aos mercados institucionais, embora mediada por associações ou cooperativas, também é uma forma de comercialização direta aos consumidores, pois os produtos são repassados diretamente às entidades ou pessoas que irão usá-los.

A categoria “não comercializou” se refere ao caso de dois entrevistados, um que só possui como cultura a pastagem e a cana-de-açúcar para tratar as criações, e um outro que cultiva laranja, porém a produção não pôde ser vendida por falta de compradores, fato bem recorrente atualmente na região de pesquisa, por motivos já mencionados. A categoria “Associações” refere-se às menções sobre a CAMU (Central das Associações do Município de Urânia) e a frutícola citada é a Empresa Citromel do município de Maringá-PR.

Além dos destinos descritos na Figura 13, os entrevistados ainda citaram vender seus produtos para cooperativas (Cooperjales), indústrias e outros produtores, com apenas uma citação em cada categoria.

**Figura 13** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função dos principais destinos da produção vegetal.



Fonte: Elaboração do próprio autor.

Em relação ao uso de insumos agrícolas industrializados, foi verificada a utilização de fertilizantes químicos sintéticos e agrotóxicos.

O uso de adubos químicos é muito frequente entre os produtores pesquisados, apenas 16%, ou seja, 8 entrevistados dentre o universo de 50, disseram não utilizar fertilizantes químicos em algumas culturas, sendo elas: mandioca (quatro entrevistados), cana-de-açúcar (dois), milho (dois), laranja (dois) e banana (um). Normalmente a não utilização de fertilizantes químicos em culturas como milho e cana-de-açúcar se deve a destinação dessas para consumo animal. Em estudos semelhantes sobre o uso de fertilizantes químicos na agricultura familiar foram encontrados menores usos desses insumos. Silva et al. (2009) constataram que dos produtores familiares (tradicionais e assentados) pesquisados, na microrregião de Andradina, 38% não utilizavam fertilizante químico. Souza et al. (2010), pesquisando a mesma Microrregião Geográfica de Jales, mencionou que 27% dos agricultores entrevistados não faziam uso de tal tecnologia. Ambos trabalhos contataram também a mandioca como a cultura em que a utilização de adubos industrializados é menos frequente.

Em vista de que 84% dos entrevistados recorrem ao uso de fertilizantes químicos em todas suas produções vegetais, uma percentagem um pouco menor de produtores utiliza agrotóxicos, cerca de 74% do total pesquisado. A minoria, que não os utiliza em algum tipo cultura (26%), mencionou não aplicá-los nas culturas da banana (cinco entrevistados), mandioca (três), milho (três), cana-de-açúcar (dois), abóbora (um), batata-doce (um), berinjela (um), laranja (um) e limão (um). Os trabalhos de Silva et al. (2009) e Souza et al. (2010)

também encontraram uma menor utilização desta tecnologia, mas com percentuais mais próximos da presente pesquisa, com 62% e 68% de utilização, respectivamente. Essa diferença dos números encontrados em pesquisas da microrregião de Andradina e a de Jales, pode ser motivado pela maior tecnificação dos agricultores da última microrregião; a grande maioria dos produtores familiares de Andradina são assentados que muitas vezes não tiveram acesso e não possuíam recursos para utilizá-los, mas também há casos de uma maior preocupação em relação ao meio ambiente e a busca de processos base ecológica. As diferenças em relação às outras pesquisas realizadas também própria Microrregião Geográfica de Jales pode significar um grau maior de tecnificação (no modelo convencional) destes *novos* agricultores.

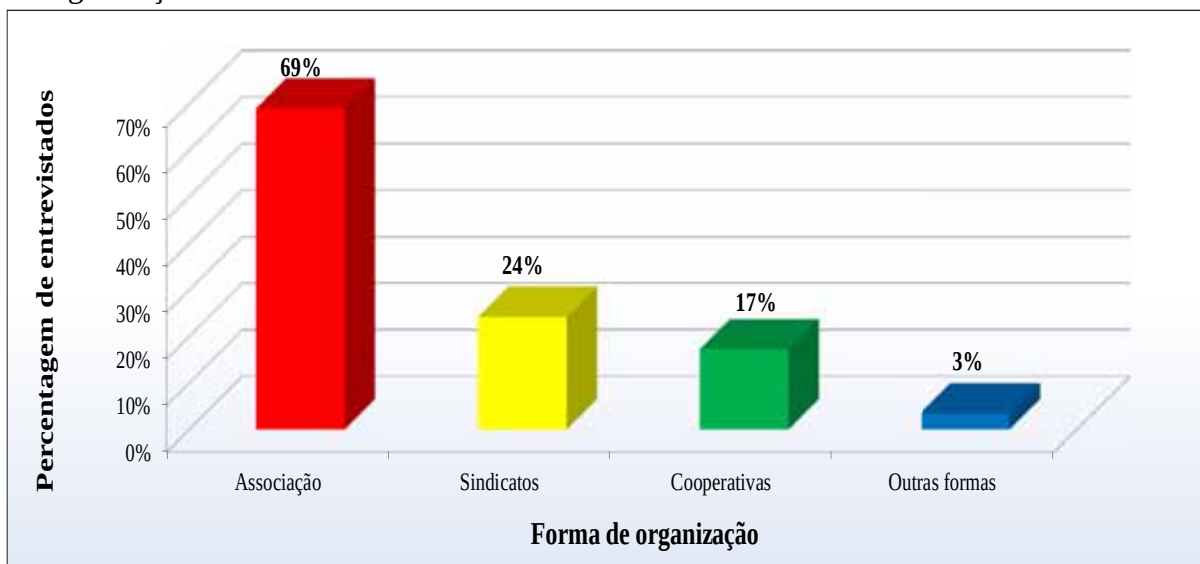
Apesar de o uso de agrotóxicos ser significativo entre os produtores pesquisados, somente em uma das falas dos agricultores observou-se preocupação com o uso excessivo desses produtos, principalmente no caso da viticultura que é a cultura que mais demanda controle fitossanitário. “O problema é ter que mexer com o veneno, na uva usa muito agrotóxico [...]” (AGRICULTOR 36, 41 ANOS, PALMEIRA D’OESTE). Esse entrevistado manifestou essa preocupação, ao responder uma questão sobre dificuldades que enfrentava na propriedade rural.

Em relação à participação em organizações coletivas verificou-se que 58% dos entrevistados participam de algum tipo de entidade (Figura 16). Entre esses 29 entrevistados participantes, observou-se que 69% participam de associações de agricultores em seus municípios. As associações mais mencionadas foram a Associação de Pequenos Produtores de Santa Fé do Sul (seis entrevistados) e Associação de Pequenos Produtores do Alto Bacuri (quatro entrevistados), localizadas respectivamente em Santa Fé do Sul e Rubinéia. Essas associações foram formadas com o intuito de comprar, por meio do Banco da Terra (atual Programa de Nacional de Crédito Fundiário), uma propriedade rural e dividi-la em lotes a fim de contemplar todas as famílias associadas, porém esse processo será melhor descrito posteriormente.

Os sindicatos ficaram em segundo lugar nas citações com 24% dos entrevistados participantes e cooperativas com 17%. A Cooperjales foi citada por dois e a Coopercitrus e a Cooafins por apenas um participante da pesquisa. Um entrevistado que disse participar de um grupo de agricultores ligado a um programa para agricultura familiar do Sebrae (Figura 14).

Quatro entrevistados mencionaram participar em mais de uma forma de organização, sendo que três deles participam de sindicato e cooperativa ou associação.

**Figura 14** - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados, que participam de algum tipo de organização na Microrregião Geográfica de Jales-SP, de acordo com o tipo de organização.

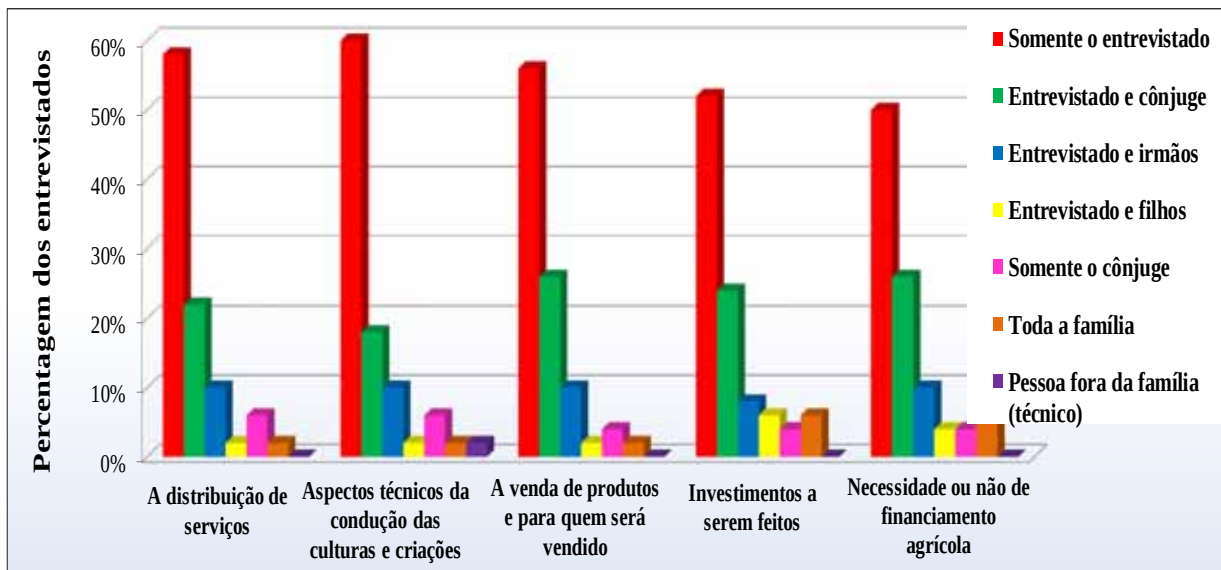


Fonte: Elaboração do próprio autor.

A Figura 15 traz quem são os membros da família que tomam as decisões relacionadas à distribuição de serviços, aos aspectos técnicos da condução das culturas e criações, à venda de produtos e para quem será vendido, aos investimentos que devem ser feitos na propriedade e em relação à necessidade ou não de financiamento agrícola. Nota-se que todas essas decisões são tomadas, em sua maioria, pelo entrevistado sozinho. Entre todos os agricultores pesquisados, apenas uma mulher disse tomar as decisões de maneira solitária, porém cabe ressaltar que essa mesma agricultora decide sozinha apenas questões com efeitos de curto prazo, pois quando se diz respeito a investimentos a serem feitos na unidade produtiva e a necessidade de financiamento, a mesma consulta os filhos para tomar tais decisões. Observa-se que apesar dessa mulher possuir total autonomia na propriedade, sendo assim uma exceção no cenário agrícola brasileiro, quando a decisão diz respeito a resultados de longo prazo e que influenciam diretamente no patrimônio da família, a mesma se preocupa em consultar os outros membros; esse comportamento ocorre também de maneira geral como é visto na Figura 15, pois a percentagem de entrevistados que tomam decisão sozinhos é um pouco menor quando as decisões se referem a investimentos e financiamento.

De maneira geral há pouca participação isolada da mulher nas decisões, na maioria dos casos ela participa de maneira conjunta com seu esposo (variando de 18 a 26%, dependendo do tipo de assunto tratado). Os casos de decisão exclusiva do cônjuge ocorreram quando a pessoa entrevistada era a mulher e, conseqüentemente, o cônjuge era o esposo (Figura 15).

**Figura 15** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função as decisões tomadas pelos membros da família.



Fonte: Elaboração do próprio autor.

A participação dos filhos nas decisões é quase desprezível entre os pesquisados e quando ocorre é em conjunto com seus pais (Figura 15). A baixa influencia dos filhos pode se configurar pela ausência desse na propriedade ou pela pouca idade, mas também, em muitos casos, deve-se à estrutura patriarcal de poder presente entre os agricultores familiares. Maia (2011) ao investigar a participação dos jovens rurais da microrregião em questão nas decisões da propriedade, percebeu que apesar de as respostas deles indicarem alguma presença nas decisões, trata-se mais como uma opinião, ou seja, a influência do patriarca é muito forte e a participação efetiva dos filhos na decisão é pequena ou inexistente, fato que pode influenciar na saída deste indivíduo do meio rural, em busca de independência, autonomia e outras oportunidades.

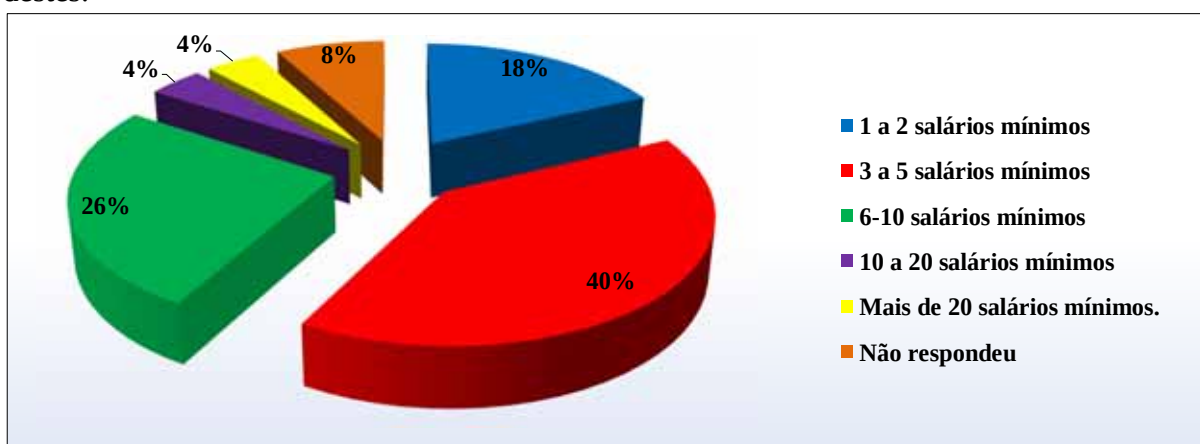
Entre os agricultores pesquisados este padrão predominante de concentração de poder no homem não se diferenciou dos demais agricultores familiares. Porém apesar de poucos entrevistados mencionarem a presença dos filhos na tomada de decisão, a participação destes

nos casos mencionados realmente foi efetiva, ocorrendo uma relação de cumplicidade e parceria e, em alguns casos, já havendo um início de transferência das decisões, como uma preparação para a sucessão.

#### 6.4 RENDA DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS

Como se pode observar na Figura 16, a maior parte dos agricultores familiares possuem uma renda bruta mensal familiar entre três a cinco salários mínimos (representando em base do salário mínimo de 2013, R\$ 2.034,00 a R\$3.390), enquanto pouco mais de um terço (34%) possui renda superior a 5 salários mínimos. De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006, a renda monetária mensal bruta dos agricultores familiares da Microrregião Geográfica de Jales era cerca de R\$ 2.248,74, sendo por sua vez superior ao encontrado no estado de São Paulo, que é de cerca de R\$ 2.126, 90.

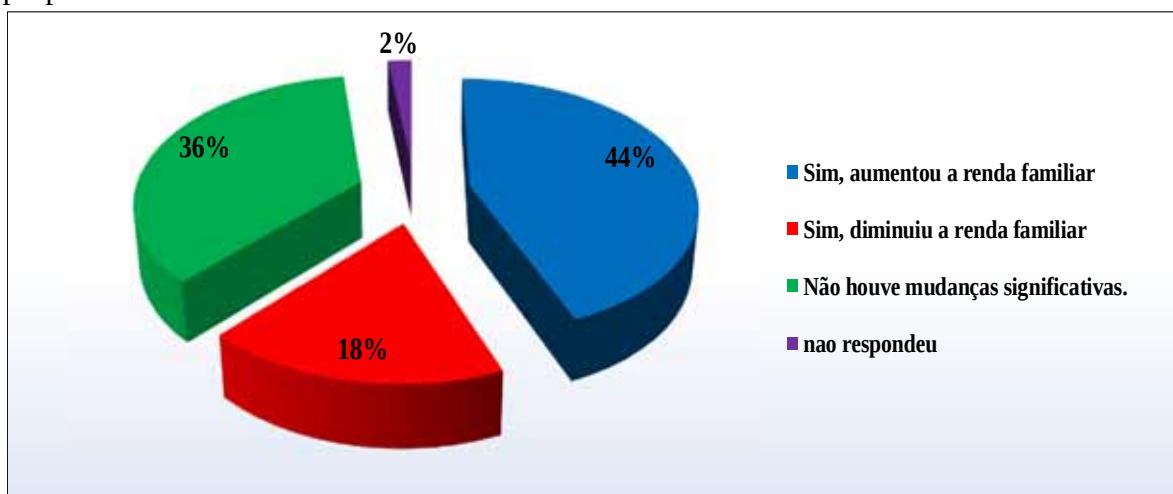
**Figura 16** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função da renda bruta mensal média da família destes.



Fonte: Elaboração do próprio autor.

Quase a metade (44%) dos entrevistados disseram ter ocorrido um aumento de renda após aquisição da propriedade (Figura 17), e alguns relataram os motivos: dois agricultores disseram que o aumento é recente, um deles citou que ocorreu depois da entrada no PNAE; dois produtores disseram que o aumento porque deixaram de pagar renda (um como parceiro e outro como arrendatário do pai), mas outro produtor atribuiu o crescimento da renda ao fato de ter arrendado uma parcela da propriedade.

**Figura 17** - Distribuição percentual de agricultores familiares pesquisados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função de mudanças em sua renda após a aquisição da propriedade.



Fonte: Elaboração do próprio autor.

Consideraram que não houve mudanças significativas após a herança ou compra da propriedade 36% dos agricultores pesquisados. Os motivos que alguns citaram foram: a diminuição do investimento na propriedade recentemente, a mudança de cultura recentemente e um agricultor disse que aumentou suas despesas após assumir a propriedade.

## 6.5 ACESSO DOS AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Em relação a crédito agrícola e pecuário, 50% dos entrevistados não realizaram nenhum tipo de financiamento no último ano antes da pesquisa (2011 ou 2012), e os motivos para não o fazerem estão listados na Tabela 5.

**Tabela 5 -** Motivo pelos quais os agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP, não recorreram ao crédito rural no último ano.

| <b>Motivos de não ter recorrido ao crédito</b> | <b>Nº de entrevistados</b> | <b>% de entrevistados<sup>15</sup></b> |
|------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------------------|
| Não necessitou                                 | 6                          | 24                                     |
| Já possui um financiamento                     | 6                          | 24                                     |
| Insegurança                                    | 4                          | 16                                     |
| Propriedade pequena                            | 2                          | 8                                      |
| Não possui o hábito                            | 2                          | 8                                      |
| Não é proprietário formal do imóvel            | 1                          | 4                                      |
| Tem vontade de fazer                           | 1                          | 4                                      |
| Burocracia                                     | 1                          | 4                                      |
| Emprego fixo o impede                          | 1                          | 4                                      |
| Juros altos                                    | 1                          | 4                                      |

Fonte: Elaboração do próprio autor.

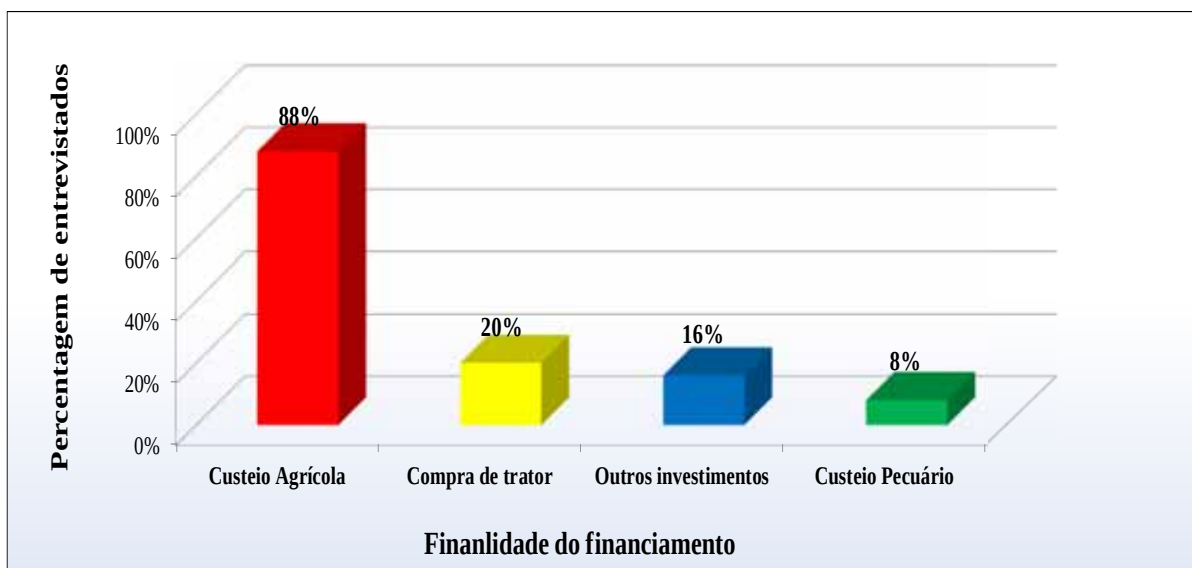
Observa-se que a maior parte dos entrevistados que não trabalha com crédito rural, diz ter essa atitude por não ter precisado até aquele momento (24%) e por já possuir um financiamento (24%), pois, além de demonstrar capacidade de pagamento, em algumas linhas do Pronaf, o agricultor só pode requerer novo crédito se já tiver quitado o empréstimo anterior. Também citaram como motivo para não buscar financiamento a insegurança (16%), o tamanho pequeno da propriedade e o fato de não possuir o hábito (8%) (Tabela 5).

O percentual de agricultores familiares que tomaram algum financiamento no último ano (50% dos entrevistados), de acordo com a finalidade do crédito, está descrito na Figura 18. A maioria dos financiamentos realizados por esses produtores são direcionados ao custeio agrícola (88%) em sua maior parte para a cultura da uva, seguido de investimentos, com destaque para a compra de trator (20%). Dos 25 produtores que realizaram financiamento, 23 utilizaram a linha de crédito do PRONAF, os demais utilizaram o Protrator ou uma outra linha de crédito oferecida pelo Banco do Brasil. Vale ressaltar que um produtor pode ter feito financiamento para mais de uma finalidade (total com repetição).

---

<sup>15</sup> O cálculo da percentagem é em relação ao total de entrevistados que não fez financiamento no último ano.

**Figura 18** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP que realizaram financiamento no último ano, em função da finalidade do crédito\*.



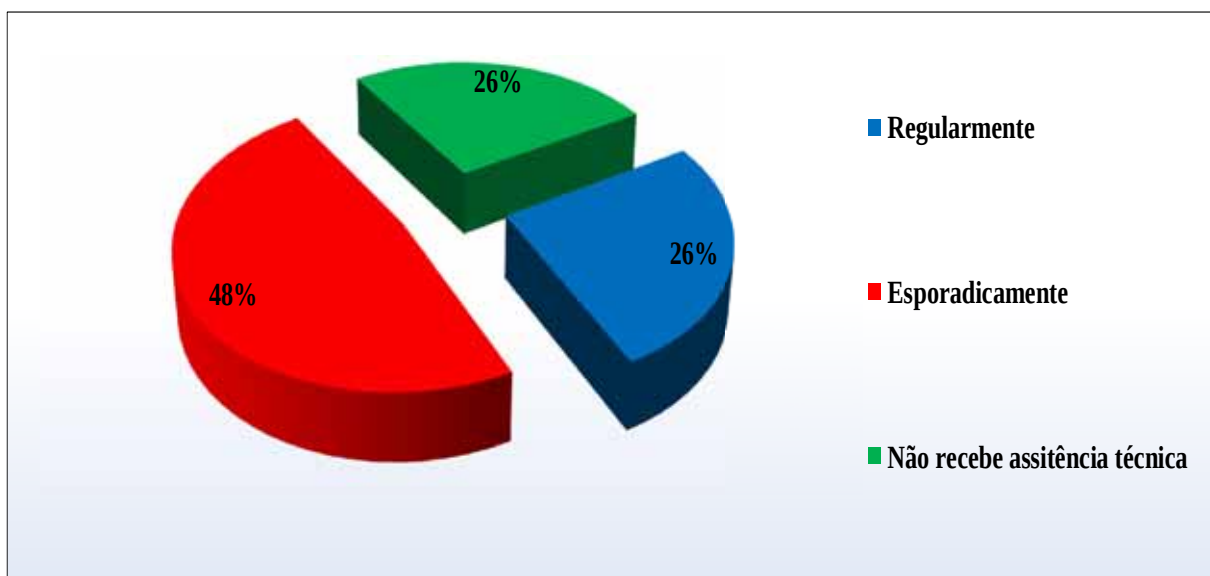
Fonte: Elaboração do próprio autor.

\* Total com repetição.

Os produtores pesquisados recebem assistência técnica em sua maioria, porém a maior parte a recebe esporadicamente (48%) como pode ser observado na Figura 19. Na verdade essa pouca frequência e falta de assistência técnica, relatada por 26% dos produtores, é fonte de muitas reclamações. Ao serem indagados sobre as principais dificuldades encontradas na propriedade, disseram: “Falta de assistência técnica para indicar o que é correto; tem hora que faço por *si mesmo*” (AGRICULTOR 5, 34 ANOS, URÂNIA); “O problema maior é a falta de assistência técnica, falta agrônomo para passar informação” (AGRICULTOR 50, 62 ANOS, SÃO FRANCISCO).

A baixa frequência de assistência técnica principalmente a esse perfil de agricultores que foram pesquisados, pode influenciar fortemente no desenvolvimento econômico da propriedade, já que alguns deles estão há pouco tempo na agricultura e realizavam atividades urbanas no período anterior à aquisição da propriedade, ou seja, possuem pouca experiência no setor. Um extensionista para auxiliá-los na produção seria de extrema importância para maior produtividade da unidade familiar e até, conseqüentemente, aumentar a chance de permanência dessas famílias no ramo agrícola.

**Figura 19** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função da frequência da assistência técnica recebida.



Fonte: Elaboração do próprio autor.

O que ocorre frequentemente é a assistência técnica proveniente de revendas agrícolas. Segundo Abramovay (1998), o destaque paulatino adquirido pela assistência técnica originária de firmas particulares, produtoras de insumos modernos e máquinas, é um elemento que parece conviver numa espécie de divisão de tarefas, com a rede de assistência oficial.

O aspecto que Abramovay (1998) discorre pode ser visto nos resultados representados na Tabela 6: a assistência advinda de revendas agrícolas e da Casa da Agricultura/CATI teve a mesma frequência de citações (56% dos entrevistados que recebem assistência técnica), dividindo o primeiro lugar. Mas este resultado merece algumas considerações: o agricultor que recorre somente a assistência técnica de empresas particulares pode ficar refém de produtos e tecnologias que estas firmas pretendem vender e muitas vezes os investimentos podem ser influenciados pelas recomendações técnicas da tal empresa. Em outros casos as recomendações das empresas esbarram na falta de recursos para investir. Entretanto, muitas vezes o distanciamento da assistência técnica pública e aproximação com a privada, é pela pouca presença de técnicos da primeira nas propriedades; o que geralmente é decorrência do baixo investimento governamental na área de ATER do Estado.

Outras formas de assistência técnica citadas foram a particular por meio de um técnico contratado pelo próprio agricultor (20% dos casos) e a assistência financiada pelo Banco da Terra (16%). Essa última se refere aos casos de agricultores que se reuniram e formaram as duas associações (Associação dos Pequenos Produtores do Alto Bacuri e Associação dos

Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Sul) para realizar a compra de propriedades financiada pelo Banco da Terra, assim os mesmos receberam assistência técnica advinda do mesmo programa de financiamento.

Um produtor referiu-se à assistência técnica do Sebrae e outro de uma empresa na qual entrega sua produção de látex (Heveatec), enquadrados na categoria “outra” na Tabela 6.

**Tabela 6** - Tipos de Assistência Técnica recebida pelos agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP.

| <b>Tipos de Assistência Técnica recebida</b> | <b>Nº de entrevistados</b> | <b>% de entrevistados<sup>16</sup></b> |
|----------------------------------------------|----------------------------|----------------------------------------|
| Revenda de Insumos Agrícolas                 | 14                         | 56                                     |
| Casa da Agricultura/CATI                     | 14                         | 56                                     |
| Particular/Técnico autônomo                  | 5                          | 20                                     |
| Financiada pelo Banco da Terra               | 4                          | 16                                     |
| Cooperativa                                  | 2                          | 8                                      |
| Outra                                        | 2                          | 8                                      |

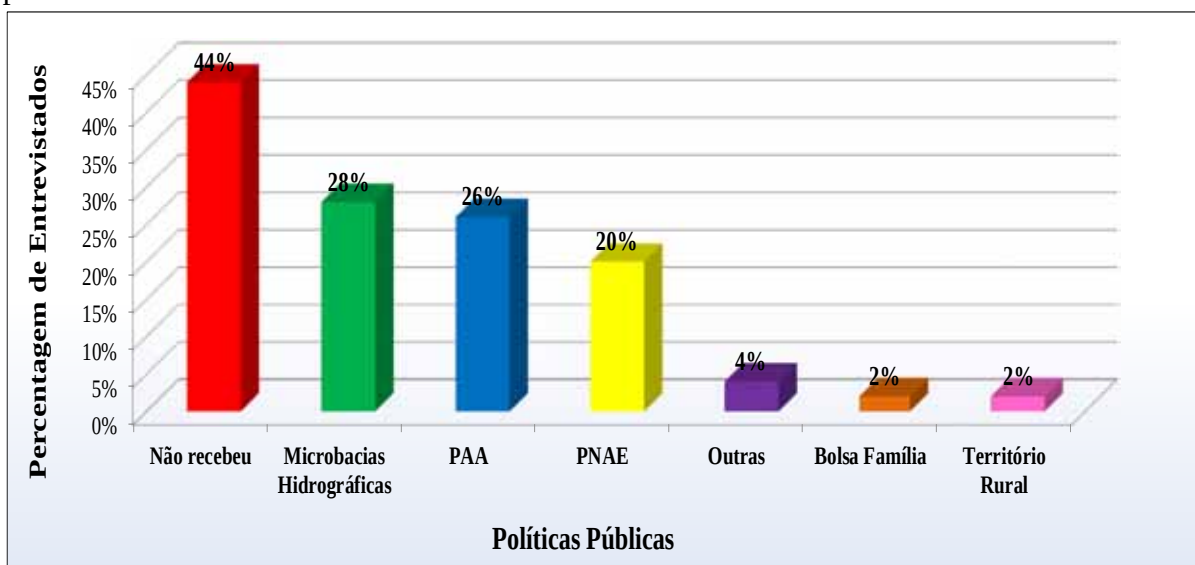
Fonte: Elaboração do próprio autor.

Grande parte dos produtores (44%), ao serem questionados se haviam tido benefícios de alguma política pública, declarou que nunca recebeu benefício governamental. Entre aqueles que recebe ou recebeu, 28% mencionaram benfeitorias provenientes do Programa de Microbacias Hidrográficas, seguida por participações no PAA (26%) e PNAE (20%) (Figura 20). A importância desses dois últimos programas já foi mencionada no item que se referia ao destino da produção vegetal, mas a resposta dos produtores também indica o reconhecimento dos mesmos. No caso quatro entrevistados, estes mencionaram como benefícios participar tanto do PAA, como do PNAE.

---

<sup>16</sup> O cálculo da percentagem é em relação ao total de entrevistados que recebem algum tipo de Assistência Técnica.

**Figura 20** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função ao recebimento de benefícios de políticas públicas.



Fonte: Elaboração do próprio autor.

## 6.6 FORMA DE ACESSO À TERRA

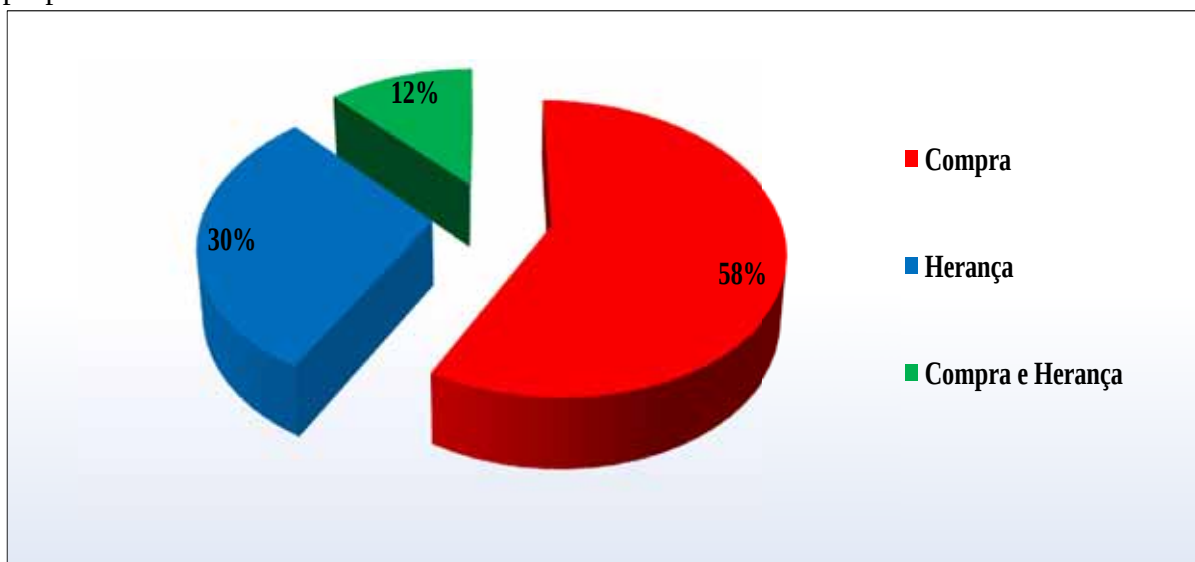
No questionário, o tema sobre a forma de sucessão ou acesso à propriedade possuía quatro opções, não necessariamente excludentes, a partir das quais o produtor respondia várias questões: herança, compra, reforma agrária e outras formas (que poderiam ser especificadas pelo entrevistado) (Apêndice A). Porém nas entrevistas foram mencionadas apenas as duas primeiras categorias, pois até 2012<sup>17</sup> havia apenas um assentamento de reforma agrária na Microrregião Geográfica de Jales, possivelmente porque em parte dos municípios a estrutura fundiária é menos concentrada, o que desestimulou os movimentos sociais a não priorizar sua atuação na região. De acordo com a Lei nº 8.629/1993, artigo 4º, parágrafo único: “São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e a média propriedade rural, desde que o seu proprietário não possua outra propriedade rural” (BRASIL, 1993, p.2).

Os resultados indicaram que a sucessão hereditária não é a forma principal de aquisição da propriedade desses *novos* agricultores. A maioria (58%) adquiriu a propriedade

<sup>17</sup> Em 2012 foram criados três assentamentos rurais, um no município de Pontalinda chamado Projeto de Assentamento Fazenda Ranchão com 47 famílias; e dois em Indiaporã denominados: Projeto de Assentamento Fazenda São Vicente com 104 famílias e Projeto de Assentamento Fazenda Bom Jesus com 53 famílias.

por meio de compra; 30% recebeu por meio de herança e 12% associaram as duas formas de acesso à terra (Figura 21). Anjos e Caldas (2009) ao estudarem a sucessão hereditária em a municípios do Rio Grande do Sul, notou que a forma de aquisição mais frequente é a herança naquela região, mas as compras de propriedade também correspondem a um percentual significativo de 40,8% dos casos. Já Petinari, Bergamasco e Tereso (2010) notaram em seu estudo que as formas de acesso à terra variam bastante entre os municípios da Microrregião Geográfica de Jales, pois em Marinópolis 60% das propriedades pesquisadas eram fruto de herança, em Santa Salete 57,1%, porém Santa Albertina, apenas 34,6% receberam a área por herança, um resultado semelhante ao da presente pesquisa.

**Figura 21** - Distribuição percentual dos agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função da forma de sucessão ou acesso à propriedade.



Fonte: Elaboração do próprio autor.

Entre os 6 agricultores que possuem propriedades provenientes tanto de compra como de herança, 4 deles compraram as propriedades (ou parte delas) dos irmãos e outros herdeiros que não quiseram continuar (ou iniciar) a atividade agrícola. Quando na herança são contemplados mais de um herdeiro, geralmente, o que fica administrando a propriedade compra a parte dos demais, o que não significa, necessariamente, que o herdeiro que vendeu sua parcela deixará a agricultura, pois pode estar adquirindo outra propriedade e mantendo-se como proprietário (SCHWARTZ; SALAMONI, 2009).

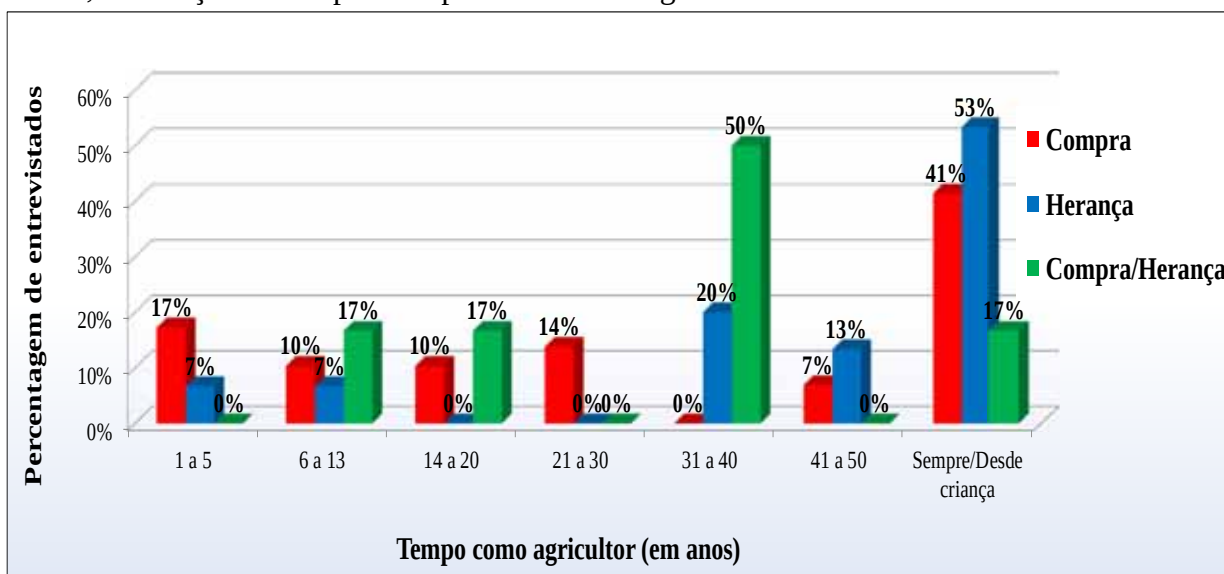
Ao relacionar a forma de aquisição da propriedade com o tempo do entrevistado como agricultor, foi possível obter os dados contidos na Figura 22. Tomando-se como referência o perfil de pré-estabelecido de *novos* agricultores (adquiriram a propriedade ou ganharam a autonomia de gestão da mesma no período de um a 13 anos antes da pesquisa), pode-se perceber que a maioria, independente da forma como tiveram acesso à unidade produtiva, já possuía experiência na atividade agrícola antes de se tornar um proprietário rural (72% daqueles que compraram; 86% dos herdeiros e 84% daqueles que compraram uma parte e herdaram outra).

O comportamento semelhante das categorias (compra; herança; compra e herança) podem ser explicados pelo fato de que a maioria dos *novos* agricultores familiares que compraram uma propriedade, já possuíam contato com o meio rural por trabalharem em outras áreas como parceiros, arrendatários, meeiros e até como funcionários. E no caso dos agricultores que herdaram é mais comum que tenham tido o contato com trabalho agrícola desde muito cedo, por morarem ali e as atividades já fazerem parte de seu cotidiano. É o que constatam também, Silvestro et al. (2001):

[...] os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho – auxiliando a conduzir os animais, acompanhando os pais em algumas tarefas, ajudando na casa – desde muito cedo. Aos poucos vão assumindo atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante a sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento (SILVESTRO et al., 2001, p. 27).

Porém os agricultores que possuem tempo de trabalho como agricultores na faixa de até 13 anos, são a maioria (72,7%) daqueles que a adquiriram por meio de compra, sendo que 45,5% começaram a trabalhar no setor rural há cinco anos ou menos. Enquanto os herdeiros representam apenas 18,1% nessa faixa. Um resultado também já esperado pois é mais comum que os agricultores compradores tenham vindo de outros tipos de atividade, antes de se tornarem proprietários da unidade produtiva, quando comparados com aqueles que herdaram a terra e, de modo geral, já viviam no meio rural.

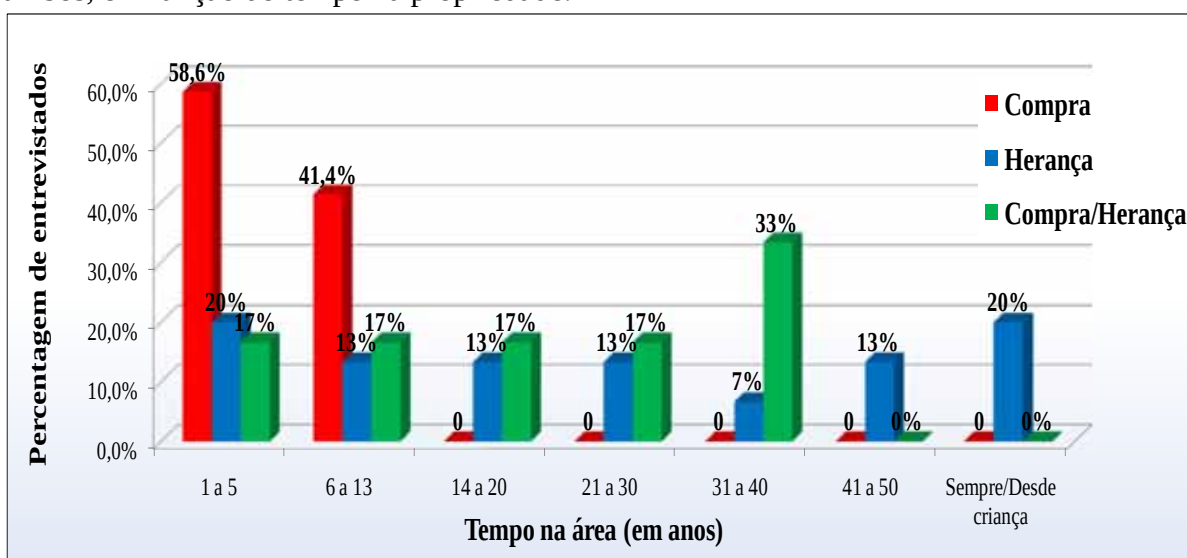
**Figura 22** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP que adquiriram a propriedade por compra, herança ou ambos, em função do tempo de experiência como agricultor.



Fonte: Elaboração do próprio autor.

Quando foi relacionado o tempo na área com a forma de aquisição da propriedade (Figura 23), conforme o esperado, todos os *novos* agricultores que compraram a propriedade estão até 13 anos na área. Portanto nenhum comprou uma a área em que trabalhavam, seja como funcionários, parceiros ou arrendatários. Os herdeiros em sua maioria estão na propriedade a mais tempo do que quando se tornaram proprietários autônomos, porém um terço do total daqueles que herdaram a propriedade está na área há 13 anos ou menos, indicando parte dos herdeiros só passaram a ter contato com meio rural a partir do momento em que a sucessão do patrimônio foi consumada (mas há casos em que apenas mudaram de uma para outra propriedade da família).

**Figura 23** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP que adquiriram a propriedade por compra, herança ou ambos, em função do tempo na propriedade.



Fonte: Elaboração do próprio autor.

## 6.7 ESTRATÉGIAS DE ACESSO À TERRA DOS NOVOS AGRICULTORES FAMILIARES

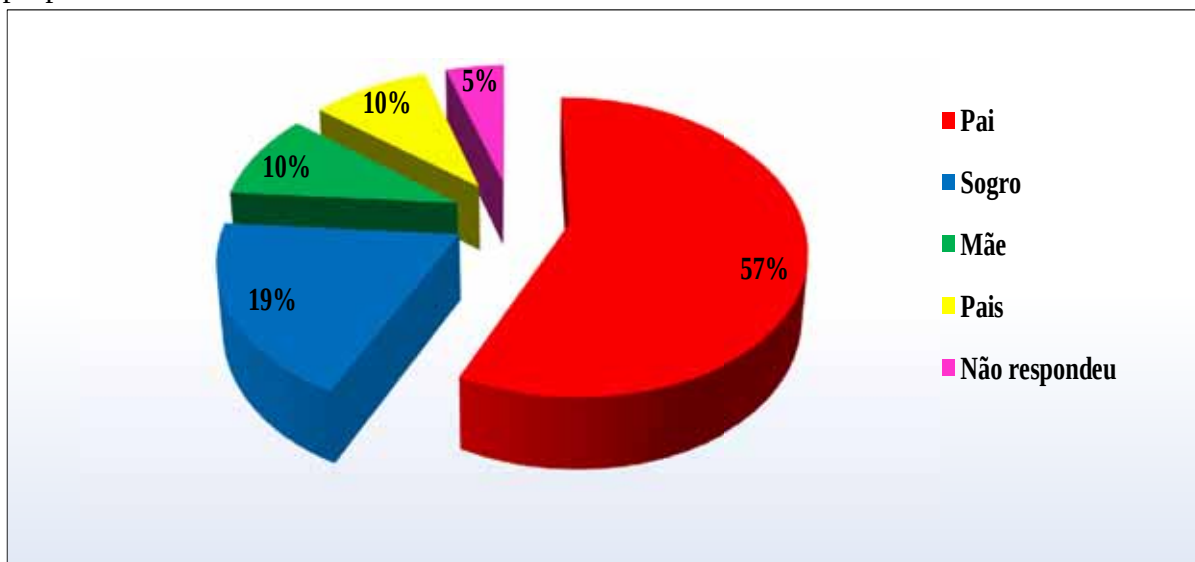
### 6.7.1 Obtenção da terra por meio de sucessão hereditária

Nesse subitem foi considerado os 21 casos de herança relatados na pesquisa, ou seja, tanto os 15 entrevistados que somente herdaram a propriedade como os seis produtores que herdaram uma parte da área que possuem e compraram outra parte.

Em relação à sucessão hereditária desses *novos* agricultores familiares, foi levantada inicialmente a informação sobre quem era o proprietário anterior da área antes de ocorrer a partilha da herança. Os resultados mostram que a maioria das propriedades pesquisadas eram comandadas anteriormente pelo pai do entrevistado (57%), seguidos pelo sogro (19%), pais (referindo-se ao casal) e mãe. Sant'Ana (2003), ao pesquisar produtores familiares de três municípios da região noroeste do Estado de São Paulo, constatou que aproximadamente 60%, dos chefes de famílias recebeu alguma herança na forma de terra dos pais ou, em frequência bem menor, do sogro. Petinari, Bergamasco e Tereso (2010) mostraram que em Santa Albertina apenas 34,6% receberam a propriedade de herança e destes 55,5% declararam ter herdado do pai, enquanto os demais (44,5%) receberam a terra do sogro.

Os dois entrevistados que disseram ter *herdado* das mães, mas na verdade as propriedades ainda pertencem oficialmente às mesmas, porém o usufruto é dos filhos e estes possuem plena autonomia de trabalho e investimento.

**Figura 24** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP que herdaram sua propriedade, em função do proprietário anterior da área.



Fonte: Elaboração do próprio autor.

Entre 21 produtores que herdaram a propriedade, em 15 casos a divisão foi realizada de forma equivalente para todos herdeiros. Petinari, Bergamasco e Tereso (2010) obtiveram resultado semelhante, com a predominância da partição igualitária entre os filhos, mesmo tendo aqueles que ficaram e ajudaram no trabalho diário na propriedade e outros que saíram e foram viver e trabalhar na cidade.

Entretanto, esse tipo de divisão às vezes não é utilizada, sendo que na presente pesquisa seis entrevistados disseram não terem dividido a propriedade de maneira igualitária: três produtores disseram que não tiveram interesse em realizar a partilha, pois trabalham de maneira conjunta; em outro caso, um entrevistado disse que seus irmãos não tiveram interesse na propriedade; um entrevistado (a herdeira foi a esposa) declarou que recebeu 1,2 ha a menos, e por fim outro produtor disse não ter sido feita a partilha oficialmente, mas o mesmo já realiza os trabalhos de forma independente na propriedade.

No Brasil, apesar do Código Civil estabelecer a igualdade de condições entre todos os filhos no que se refere ao direito sobre a herança, as regras culturais modificam a lei de

acordo com os “interesses” de um ator coletivo - a família - que se impõe aos interesses individuais (CARNEIRO, 2001). Esse fator fica evidente quando tomamos por base os casos de produtores que não pretendem realizar a divisão da propriedade, segundo as declarações de dois deles: “Não houve e nem haverá divisão, nós irmãos pretendemos trabalhar juntos. Porque se dividir irá aumentar despesas e diminuir os lucros também” (AGRICULTOR 30, 31 ANOS, JALES); “A chácara é pequena demais e dois irmãos não trabalham ali, pois não precisam e preferiram deixar os três que trabalham” (AGRICULTOR 36, 41 ANOS, PALMEIRA D’OESTE).

Entre os seis entrevistados que dividiram a propriedade de maneira diferente, os motivos citados foram distintos: em um caso, composto por três irmãos, disseram que não houve a partilha porque todos os irmãos moram ainda na propriedade, e optaram por essa forma porque já viviam ali e a casa da mãe se tornou uma área comum para todos irmãos; os outros dois casos são as falas transcritas anteriormente, que justificam a não divisão devido ao aumento das despesas e a redução de lucros; e porque o tamanho da área muito pequeno prejudicaria a produção se fosse dividida. As falas demonstram um tipo de estratégia de trabalho muito similar ao encontrado em algumas regiões do sul do Brasil e também em Minas Gerais: a não divisão efetiva da propriedade e a permanência dos herdeiros que trabalham na mesma, constituindo ali suas famílias, reproduzindo a profissão de agricultor e mantendo o patrimônio intacto para as gerações seguintes. No Alto Jequitinhonha esse regime de terras é chamado de “terra no bolo”, ou seja, são glebas familiares com formas de uso, apropriação e domínio privado e comunitário, mas indivisas no aspecto formal. Este tipo de regime, segundo Galizoni (2000), garante a terra em tamanho e condições ambientais mínimas necessárias à permanência dos lavradores. Para Almeida (1986) a dimensão corporativa da produção em família pode ser escolhida como uma forma de respostas a pressões do mercado, ou melhor, seria uma estratégia para se fortalecer perante problemas econômicos.

Os outros dois entrevistados que não participaram de uma divisão igualitária da propriedade, mencionaram estratégias diferentes: um entrevistado disse que sua esposa ficou com uma área bem menor, pois a parcela já possuía benfeitorias; e outro afirmou que por ele ser o mais velho e os outros irmãos já estarem empregados na cidade, estes preferiram deixá-lo na propriedade e encarregado na produção ali. Essa última estratégia de sucessão é o inverso do que ocorria até os anos 1960, segundo Anjos e Caldas (2009), justo no período

que antecede o processo de modernização da agricultura e das mudanças a ele associadas. Os autores relatam que nessa época era o filho mais jovem de uma família que ficava com a incumbência de cuidar da propriedade e assumir também os cuidados relativos aos pais.

Em relação aos 15 casos em que ocorreu a divisão equivalente da herança, os motivos para escolha dessa forma de partilha estão descritos na Tabela 7. O motivo citado com maior frequência foi a “vontade dos antecessores” (27%). O desejo dos pais ou do provedor anterior, tem sido relatado também em outros trabalhos como um fator importante para a forma que assumirá a sucessão hereditária na agricultura familiar. Carneiro (2001) argumenta que o pai, responsável pela manutenção do grupo familiar, recebe nominalmente um patrimônio e o direito à propriedade que, por sua vez, não é entendido como individual; ao contrário, a cabe-lhe a responsabilidade de zelar por este patrimônio coletivo, cuidando de transmiti-lo à geração subsequente. Além do satisfazer o desejo dos antecessores, as outras respostas mais relevantes foram: “maneira mais justa e correta” e por ser um “acordo entre irmãos”, cada uma citada por 20% dos produtores pesquisados.

**Tabela 7 -** Motivos pelos quais a divisão ocorreu de maneira equivalente, de acordo com os agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP

| <b>Motivos mencionados</b>      | <b>Nº de entrevistados</b> | <b>% de entrevistados<sup>18</sup></b> |
|---------------------------------|----------------------------|----------------------------------------|
| Vontade dos antecessores        | 4                          | 27                                     |
| Maneira mais justa ou correta   | 3                          | 20                                     |
| Acordo entre irmãos             | 3                          | 20                                     |
| Facilidade                      | 2                          | 13                                     |
| Ainda não houve a divisão legal | 1                          | 7                                      |
| Adquirir maior autonomia        | 1                          | 7                                      |
| Não respondeu                   | 1                          | 7                                      |

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Quando questionados sobre a opinião que tinham sobre o processo de partilha ou sucessão escolhido pela família ou provedor, com exceção de dois entrevistados que não responderam a questão, todos os restantes acharam que a forma utilizada foi a maneira mais

<sup>18</sup> O cálculo da percentagem é em relação ao total de entrevistados que adquiriram a propriedade por meio de herança de maneira equivalente.

justa ou correta. Todavia, quando indagados de procederiam da mesma maneira com seus herdeiros, 15 deles disseram que sim, reafirmando que consideravam ser uma maneira justa ou mais fácil de agir, principalmente aqueles que foram submetidos a uma partilha igualitária. Dois deles disseram que não procederiam da mesma maneira, mas não quanto à proporção da área e sim quanto à época da partilha, ou seja, pretendem fazer a divisão com os filhos ainda em vida. Um produtor disse que não possui herdeiros e um outro disse que ainda não pensou no assunto, por enquanto prefere ajudar os seus descendentes de outras maneiras. Um entrevistado não respondeu esta indagação. Segundo Juchem, Boscarin e Céspedes (2008), a questão de sucessão familiar dentro das propriedades, normalmente, não é assunto discutido entre eles, ou seja, os pais deixam livre escolha para os filhos se querem ou não continuar trabalhando na propriedade.

Em média, do total de herdeiros que participaram de uma divisão igualitária, um pouco mais da metade (53%) trabalham e/ou moram na propriedade. Os motivos pelos quais os demais herdeiros deixaram a propriedade e/ou o meio rural estão elencados na Tabela 8.

De acordo com os produtores pesquisados o motivo principal da não permanência dos outros herdeiros na propriedade é que estavam adaptados à vida na área urbana. Do total de entrevistados que dividiram a herança, 55% disseram que seus irmãos não ficaram na propriedade, porque já trabalhavam ou moravam na cidade. Em segundo lugar foram mencionados, a dificuldade da vida no campo e o casamento como impedimento para a permanência na propriedade rural (20% dos casos cada). É necessário ressaltar que o casamento foi citado pelos entrevistados se referindo às herdeiras, na maioria dos casos pelo fato de suas irmãs ter casado com pessoas que não possuíam vínculo com o rural. Para Favareto (2007) é muito comum que as filhas passem a habitar núcleos urbanos relativamente próximos, diante da falta de espaço na lógica de transmissão patrimonial no seio da família, em busca de continuar a estudar ou para trabalhar. Neste novo ambiente frequentemente elas acabam contraindo o matrimônio, em geral tendo como parceiros pessoas não mais vinculadas à atividade agrícola. Para Schwartz e Salamoni (2009) de acordo com a realidade de São Lourenço do Sul-RS, a mulher geralmente não herda terras, pois constituirá uma nova família, mesmo quando ocorre à herança, a parte das herdeiras costuma ser repassada para um dos irmãos por meio de compra.

**Tabela 8 -** Motivos pelos quais os demais herdeiros, irmãos dos agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP, deixaram a propriedade.

| <b>Motivos pelos quais os outros herdeiros deixaram a propriedade</b> | <b>Nº de entrevistados</b> | <b>% de entrevistados<sup>19</sup></b> |
|-----------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------------------|
| Trabalham/moram na área urbana                                        | 11                         | 55                                     |
| Casamento                                                             | 4                          | 20                                     |
| Dificuldade da vida no campo                                          | 4                          | 20                                     |
| Mudaram de cidade/região                                              | 3                          | 15                                     |
| Trabalham em outras propriedades rurais                               | 2                          | 10                                     |
| Não tem experiência de trabalho no campo                              | 1                          | 5                                      |
| Fizeram Curso Superior                                                | 1                          | 5                                      |
| Não gostam da área rural                                              | 1                          | 5                                      |
| Os filhos (dos herdeiros) não quiseram                                | 1                          | 5                                      |
| Saiu temporariamente/pretende voltar                                  | 1                          | 5                                      |

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Verificou-se também se esses produtores que herdaram a propriedade já moravam ou trabalhavam na agricultura antes de receber a propriedade rural. Apenas três (14%) agricultores não moravam ou trabalhavam na propriedade antes, pois realizavam atividades urbanas, sendo essas de: assistente administrativo, motorista de ônibus e médico veterinário em clínica de animais domésticos. Quanto aos motivos para ter mudado de atividade tanto foram a busca da tranquilidade do campo, como a avaliação de que a agricultura é bom investimento: “Quisemos sair da rotina corrida de São Paulo” (AGRICULTORA 23, 41 ANOS, MARINÓPOLIS, EX ASSISTENTE ADMINISTRATIVA); “Oportunidade, porque vejo um futuro na agricultura” (AGRICULTOR 30, 31 ANOS, JALES, MÉDICO VETERINÁRIO).

Em relação à satisfação, os três entrevistados tiveram respostas distintas. Um deles disse que após a mudança da capital para o interior notou muitas mudanças em sua vida, principalmente no aspecto econômico. Outro disse que ainda não houve mudanças de renda, porém está muito satisfeito com a nova atividade. E o último afirmou não ver mudança após

---

<sup>19</sup> O cálculo da percentagem é em relação ao total de entrevistados que adquiriram a propriedade por meio de herança de maneira equivalente.

ter herdado a propriedade, pois já estava na área rural há 6 anos antes de herdá-la (total de 13 anos na agricultura).

Dos 18 herdeiros que já moravam ou trabalhavam na agricultura antes de herdar a propriedade, três disseram que realizavam essa atividade em outra propriedade, em sua maioria como empregado e outros três não responderam. E em relação a mudanças na vida após conseguir a autonomia na propriedade (Tabela 9), a maioria se dividiu em duas categorias, sendo que 29% disseram que após a herança aumentou sua autonomia e independência: “Mudou, pois agora sei o que é meu e posso fazer o que quero, assim é melhor (antes tinha os outros irmãos)” (AGRICULTOR 4, 46 ANOS, SANTA SALETE); “Melhorou porque posso mandar e fazer o que quero, além de melhorar a situação financeira” (AGRICULTORA 06, 38 ANOS, ASPÁSIA); “Mais independência, antes dependia da decisão do pai” (AGRICULTOR 27, 46 ANOS, MARINÓPOLIS).

**Tabela 9 -** Possíveis mudanças na vida após adquirir a propriedade como herança, entre os agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP.

| <b>Mudanças mencionadas</b>   | <b>Nº de entrevistados</b> | <b>% de entrevistados<sup>20</sup></b> |
|-------------------------------|----------------------------|----------------------------------------|
| Maior autonomia/independência | 6                          | 29                                     |
| Não houve mudanças            | 6                          | 29                                     |
| Melhorou financeiramente      | 3                          | 14                                     |
| Aumentou a produção           | 2                          | 10                                     |
| Aumentou o trabalho           | 1                          | 5                                      |
| Não respondeu                 | 4                          | 19                                     |

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Outros 29% dos produtores pesquisados declararam não ter percebido mudanças significativas em sua vida após a herança (Figura 9), porém com as falas de alguns produtores pode-se notar que os motivos de não ter percebido mudanças variam desde pouca diferença das técnicas utilizadas anteriormente, perdas na produção com doença e a pré-existência de independência quase completa.

---

<sup>20</sup> O cálculo da percentagem é em relação ao total de entrevistados que adquiriram a propriedade por meio de herança.

### 6.7.2 Obtenção da terra por meio de compra

Neste caso foram considerados os 35 produtores que relataram ter comprado um imóvel rural, tanto os 29 entrevistados que somente compraram a propriedade, como os seis produtores que herdaram uma parte e compraram outra parte das terras que possuem.

A forma como ocorreu a compra dessas propriedades foram descritas na Tabela 10. Nota-se que a forma mais recorrente, abrangendo 34% dos casos, envolveu a utilização de recursos advindos de trabalho realizado no meio rural, tanto como parceiro ou meeiro. A segunda forma mais frequente (dez produtores) relatada foi a compra por meio de associação que obteve benefícios junto ao Banco da Terra (atual Programa Nacional de Crédito Fundiário). Refere-se as duas associações que existem nos municípios de Rubinéia e Santa Fé do Sul, denominadas, respectivamente, Associação de Pequenos Produtores do Alto Bacuri e Associação de Pequenos Produtores de Santa Fé do Sul. Neste Programa o governo adquire uma fazenda ou parte dessa e financia a compra de uma pequena área de terra, desde que os demandantes estejam vinculados a grupos de pessoas (associações) e tenham trabalhado na agricultura anteriormente ou sejam filhos de agricultores.

**Tabela 10 -** A forma que ocorreu a compra da propriedade de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP

| <b>Forma de aquisição da propriedade</b>     | <b>Nº de entrevistados</b> | <b>% de entrevistados<sup>21</sup></b> |
|----------------------------------------------|----------------------------|----------------------------------------|
| Recursos de trabalho rural (parceiro/meeiro) | 12                         | 34                                     |
| Associação por meio do Banco da Terra        | 10                         | 29                                     |
| Recursos/Aposentadoria de trabalho urbano    | 8                          | 23                                     |
| Outros herdeiros lhe venderam suas partes    | 5                          | 14                                     |
| Venda de bens urbanos para compra            | 3                          | 9                                      |
| Venda de outro bem rural                     | 1                          | 3                                      |
| Troca com imóveis urbanos                    | 1                          | 3                                      |

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Com esta finalidade de adquirir um pedaço de terra, juntaram-se de início 48 produtores para comprar uma propriedade por meio do Banco da Terra, porém como não

<sup>21</sup> O cálculo da percentagem é em relação ao total de entrevistados que adquiriram a propriedade por meio de compra.

havia uma propriedade grande o suficiente na região para tantos lotes, decidiram então subdividir-se em 22 produtores, formando-se a Associação de Pequenos Produtores de Santa Fé do Sul e 26 produtores da outra Associação (Associação dos Pequenos Produtores do Alto Bacuri); e em seguida compraram duas propriedades. Atualmente há menos produtores em ambas associações.

Em relação ao total que compraram a propriedade, 20% não realizava a atividade agrícola anteriormente (lembrando que é uma percentagem superior aos entrevistados que herdaram a propriedade, resultado já notado nas referências da Figura 22), eram urbanos, e o remanescente tinha sua atividade principal na cidade, porém prestava alguns serviços em algumas propriedades rurais: “Trabalhava antes como tratorista na prefeitura e trabalhava na folga em outros sítios”(AGRICULTOR 45, 50 ANOS, SÃO FRANCISCO).

Constatou-se que as profissões desses oito entrevistados que realizavam atividades não-agrícolas eram bem diversas: operário ou encarregado em indústrias, chefe de cozinha, motorista de ônibus e metalúrgico. Dois deles exercem ou exerciam profissões na área urbana, mas que possui ligação com o rural, sendo um é técnico agropecuária de uma Casa da Agricultura (órgão que desenvolve trabalho de assistência técnica e extensão rural) e outro tratorista da prefeitura que trabalhava parte do tempo no meio rural. Também foram encontrados dois produtores que passaram um tempo no exterior exercendo atividades não-agrícolas.

O motivo principal que levou essas pessoas a comprarem um imóvel rural, foi principalmente o sonho em ter sua própria terra ou negócio (26% dos casos), porém a vontade de parar de trabalhar como empregado apareceu também com um percentual significativo (21%) (Tabela 11). Pode-se inferir que as duas razões estão altamente ligadas, muitas vezes esse produtor sonha em ter sua propriedade por querer parar de trabalhar como empregado, seja em outra propriedade rural, seja em algum emprego urbano e, nos casos de saída para o exterior, foi com o objetivo de conseguir o recurso necessário para a compra: “Porque eu já vivia da agricultura e já era sonho, fui criado na roça e não sei fazer outra coisa” (AGRICULTOR 26, 50 ANOS, MARINÓPOLIS); “Era um sonho ter um pedacinho de terra, trabalhar no que é nosso!” (AGRICULTOR 35, 41 ANOS, PALMEIRA D’OESTE); “Sempre trabalhei na área rural, comecei como empregado do meu pai, com isso quis comprar uma para ser dono” (AGRICULTOR 47, 51 ANOS, SÃO FRANCISCO); “Porque não preciso trabalhar para os outros, me sinto melhor” (AGRICULTOR 10, 51 ANOS, URÂNIA).

**Tabela 11 -** Motivos que levaram a compra da propriedade de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP

| <b>Motivos que levaram a compra da propriedade</b> | <b>Nº de entrevistados</b> | <b>% de entrevistados<sup>22</sup></b> |
|----------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------------------|
| Sonho em ter sua própria terra ou seu negócio      | 9                          | 26                                     |
| Parar de trabalhar como empregado                  | 7                          | 21                                     |
| Prefere o rural ao urbano                          | 6                          | 18                                     |
| Já trabalhava na área rural                        | 5                          | 15                                     |
| Aumentar sua renda/área                            | 4                          | 12                                     |
| Falta de emprego urbano                            | 2                          | 6                                      |
| Tranquilidade da área rural                        | 2                          | 6                                      |
| Filhos gostam da área rural                        | 1                          | 3                                      |
| Idade avançada                                     | 1                          | 3                                      |
| Promessa que fez ao pai                            | 1                          | 3                                      |
| Falta de estudo                                    | 1                          | 3                                      |
| Para não ficar ocioso após aposentadoria           | 1                          | 3                                      |

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Em relação às mudanças na vida dos entrevistados após a compra da propriedade, do total de 35 produtores que são caracterizados por esse perfil, apenas cinco disseram que não notaram nenhuma mudança significativa em sua vida depois da aquisição. A análise das mudanças, numeradas pelos 30 entrevistados restantes, indicou que 26 foram de caráter positivo e apenas quatro apontaram mudanças que podem ser interpretadas como negativas. As mudanças positivas mais mencionadas foram a melhoria financeira (23%) e a maior liberdade e autonomia (21%), seguida outras duas respostas interligadas a esta última questão, “a maior tranquilidade no trabalho” (14%) e a condição de que “deixou de trabalhar de empregado” (9%). Pode-se perceber que a maioria dos entrevistados possui uma visão otimista em relação a vida e o trabalho no meio rural e que os objetivos que almejavam quando compraram (principalmente o sonho de ter sua propriedade e parar de trabalhar como empregado) foram, em grande parte, alcançados (Tabela 12).

<sup>22</sup> O cálculo da percentagem é em relação ao total de entrevistados que adquiriram a propriedade por meio de compra.

Porém, como já citado, nem todos os produtores pesquisados declararam ter tido uma melhoria em sua vida. As mudanças negativas mais mencionadas foram o aumento da carga de trabalho (9%) e o aumento de despesas (consequentemente, a diminuição de lucros), com 9% e 3% respectivamente (Tabela 12).

**Tabela 12 -** Principais mudanças na vida dos agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP, após a compra da propriedade.

| <b>Principais mudanças na vida após a compra da propriedade</b> | <b>Nº de entrevistados</b> | <b>% de entrevistados<sup>23</sup></b> |
|-----------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------------------|
| Melhorou financeiramente                                        | 8                          | 23                                     |
| Maior autonomia/liberdade                                       | 6                          | 17                                     |
| Maior tranquilidade no trabalho                                 | 5                          | 14                                     |
| Deixou de trabalhar como empregado                              | 3                          | 9                                      |
| Passou a trabalhar mais                                         | 3                          | 9                                      |
| Adquiriu sua casa própria                                       | 2                          | 6                                      |
| Gosta mais da área rural                                        | 2                          | 6                                      |
| Aumentou despesas/diminuiu renda                                | 1                          | 3                                      |
| Abriu mais sua mente                                            | 1                          | 3                                      |

Fonte: Elaboração do próprio autor.

## 6.8 OPINIÃO DOS NOVOS AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE O MEIO RURAL, A PROPRIEDADE E A AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com a Tabela 13, os entrevistados gostam ou acham bom morar na área rural (28%), em alguns casos acrescidos de motivos também listados na mesma tabela como: consideram a zona rural um local mais sossegado e tranquilo para se viver (21%) ou o avaliam melhor que o meio urbano (18%). Vários agricultores demonstraram bastante afinidade com o modo de vida no campo e alguns destacaram que atualmente pode ser combinada com o acesso a bens que antes eram restritos à cidade: “Ótimo! Já morei na cidade, porém não trocaria de lugar. (É melhor) Para tudo, as frutas consomem aqui, outras

<sup>23</sup> O cálculo da percentagem é em relação ao total de entrevistados que adquiriram a propriedade por meio de compra.

coisas comprem na cidade. Custos mais baixos, de energia, água... Propriedade perto da cidade” (AGRICULTORA 1, 43 ANOS, JALES); "Ih! Eu gosto hein! Morei alguns meses na cidade, mas não gostei" (AGRICULTOR 7, 46 ANOS, URÂNIA); “Acho bom, pois morar na área rural hoje em dia tem o mesmo conforto que na cidade, tem luz, telefone... e ainda tem o sossego” (AGRICULTOR 8, 58 ANOS, RUBINÉIA); “Gosto, a noite escuta os pernilongos e de dia o canário cantar, sou acostumado com a terra” (AGRICULTOR 29, 54 ANOS, SANTA FÉ DO SUL).

**Tabela 13 -** Opinião dos agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP sobre morar na área rural, após a compra da propriedade.

| <b>Opinião sobre morar na área rural</b> | <b>Nº de entrevistados</b> | <b>% total de entrevistados</b> |
|------------------------------------------|----------------------------|---------------------------------|
| Acha bom/gosta                           | 14                         | 28                              |
| Mais sossegado/tranquilo                 | 11                         | 22                              |
| Prefere o rural ao urbano                | 9                          | 18                              |
| Considera ótimo                          | 6                          | 12                              |
| Maior liberdade                          | 4                          | 8                               |
| Menos despesas/custos mais baixos        | 1                          | 2                               |
| Mesmo conforto que o urbano              | 1                          | 2                               |
| Mais viável/próximo ao trabalho          | 1                          | 2                               |
| Perto da natureza                        | 1                          | 2                               |
| Não respondeu (não moram na área rural)  | 5                          | 10                              |

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Com os depoimentos pode-se perceber que esses agricultores possuem uma forte ligação com o campo, pois (à exceção de cinco entrevistados que não responderam a questão) atribuíram somente aspectos positivos ao meio rural como moradia. Estas avaliações são coerentes com os resultados apresentados anteriormente, ou seja, a maioria desses produtores rurais trabalham e/ou moram na área desde muito jovens, fortalecendo esse vínculo com o passar dos anos.

Os cinco agricultores que não responderam a questão, não fizeram pois moram no meio urbano e somente trabalham na propriedade rural (Tabela 13).

Referindo-se agora ao trabalho na propriedade, a maioria de 72% disse gostar ou achar bom o trabalho na propriedade rural, sendo que os motivos para essa afinidade (ou não) estão discriminados na Tabela 14.

A maioria desses entrevistados apresentaram avaliações que indicam satisfação para com o trabalho, sendo que o aspecto mais destacado foi o trabalho livre (14%), ou seja, isento de ordens, padrões, obediência a familiares ou horários: “É bom, fazer o que tem que fazer para sobreviver. Posso parar a hora que quiser, não tem turno de trabalho...” (AGRICULTOR 15, 42 ANOS, PALMEIRA D’OESTE); “Bom, porque é sossegado, trabalho do jeito que eu quero, não preciso cumprir horário” (AGRICULTOR 50, 62 ANOS, SÃO FRANCISCO).

No entanto, 24% dos entrevistados apresentaram avaliações negativas sobre o trabalho na área rural: 14% acham o trabalho difícil ou pesado; 8% consideram um trabalho pouco valorizado, 4% disseram que o trabalho poderia ser melhor, mas alguns deles ponderaram dizendo que gostam da atividade mesmo com seus ônus: “É difícil, não tem sábado, não tem domingo e nem dia santo!” (AGRICULTOR 35, 41 ANOS, PALMEIRA D’OESTE); “Gosto de cuidar dos bichos e do pomar, mas é pesado o trabalho” (AGRICULTOR 23, 41 ANOS, MARINÓPOLIS); “Gosto do que faço, mas não é valorizado” (AGRICULTOR 3, 43 ANOS, ASPÁSIA); “Se o preço (dos produtos agrícolas) fosse melhor, seria ótimo o trabalho na propriedade” (AGRICULTOR 13, 41 ANOS, URÂNIA).

Os depoimentos acima demonstram a penosidade e a falta de valorização do trabalho rural, mas o que esses e muitos outros agricultores opinam pelo Brasil, não está muito distante com o que ocorre na realidade. Geralmente, apesar da incorporação de tecnologias modernas e da profissionalização que incidiu sobre certos ramos produtivos, agricultura segue sendo vista como atividade que não goza do reconhecimento esperado por parte da sociedade, para a qual é invariavelmente tida como ocupação desenvolvida por trabalhadores desqualificados e com escasso nível de instrução e escolaridade (ANJOS; CALDAS, 2009).

**Tabela 14 -** Avaliação do trabalho realizado pelos agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP.

| <b>Avaliação do trabalho que realiza na propriedade</b> | <b>Nº de entrevistados</b> | <b>% de entrevistados</b> |
|---------------------------------------------------------|----------------------------|---------------------------|
| Acha bom/gosta do trabalho                              | 36                         | 72                        |
| Trabalho difícil/pesado                                 | 7                          | 14                        |
| Trabalho livre (sem horário fixo ou patrão)             | 7                          | 14                        |
| Pouco valorizado                                        | 4                          | 8                         |
| Gratificante                                            | 4                          | 8                         |
| Pouco pesado                                            | 3                          | 6                         |
| Depende para o sustento da família                      | 3                          | 6                         |
| Poderia ser melhor                                      | 2                          | 4                         |
| Sente-se motivado a crescer                             | 1                          | 2                         |
| Acha esse trabalho importante                           | 1                          | 2                         |
| Acostumou com o trabalho                                | 1                          | 2                         |

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Na visão de 90% desses *novos* agricultores houve mudanças significativas na propriedade comparando com a situação em que a mesma se encontrava quando a obteve (Tabela 15). Essas melhorias foram principalmente em relação à formação e reforma de culturas (44%), construção de benfeitorias (28%), melhorias na organização geral da propriedade (18%) e infraestrutura ligada à produção, como irrigação, poço profundo, cercas, curral e etc. (16%).

Do total de 50 entrevistados, somente quatro (8%) disseram que não houve mudanças significativas na propriedade depois da aquisição. Um entrevistado relatou até um relativo retrocesso produtivo, isso devido à mudança da principal cultura da propriedade, que antes era café e estava muito bem na época e hoje é laranja que já teve momentos melhores, porém hoje está desvalorizada (com preços baixos de comercialização): “Está quase igual, só que antes era café que tinha valor; hoje está com laranja, já esteve bem mas está ruim no momento” (AGRICULTOR 17, 55 ANOS, MARINÓPOLIS).

**Tabela 15 -** Mudanças realizadas nas propriedades agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP, após a aquisição ou autonomia da mesma.

| <b>Mudanças realizadas pelos produtores após assumir a propriedade</b> | <b>Nº de entrevistados</b> | <b>% total de entrevistados</b> |
|------------------------------------------------------------------------|----------------------------|---------------------------------|
| Formação/reforma de cultura                                            | 22                         | 44                              |
| Construção de benfeitorias                                             | 14                         | 28                              |
| Melhorias e organização no geral                                       | 9                          | 18                              |
| Infraestrutura de produção (irrigação, poço, cercas, curral, etc.)     | 8                          | 16                              |
| Aumentou a produtividade                                               | 2                          | 4                               |
| Aumentou a qualidade dos produtos                                      | 1                          | 2                               |
| Melhorou o solo com insumos                                            | 1                          | 2                               |
| Mellhorou a comercialização                                            | 1                          | 2                               |
| Melhorou devida sua autonomia                                          | 1                          | 2                               |

Fonte: Elaboração do próprio autor.

As principais dificuldades encontradas no trabalho ou vida na propriedade, segundo os entrevistados, são a desvalorização dos produtos agrícolas, expressa pelos preços baixos de comercialização (30%); o alto custo de produção, devido ao preço alto dos insumos e da energia (22%) e falta de recursos financeiros (18%) (Tabela 16).

Nota-se com esse resultado que a maioria dos produtores pesquisados reconhecem os problemas econômicos na propriedade como os mais importantes. A lógica desses agricultores não é equivocada já que a falta de recursos para investir aliada a pouca valorização do produto final, diminuem o poder competitivo no mercado e as condições de vida da família, influenciando diretamente na reprodução social do modo de vida desses produtores, podendo levar à saída dos mesmos ou de seus possíveis sucessores da propriedade. De acordo com Almeida (1986), essas dificuldades econômicas refletem em respostas de ciclo curto primeiramente, a família pode intensificar o trabalho ou reduzir o consumo, o que afetará na qualidade de vida da mesma; porém se não cessado os entraves, esses poderão conduzir a repostas de ciclo geracional, ou seja, procura de oportunidades fora da propriedade ou a não presença de sucessores.

Cabe ressaltar que 20% dos entrevistados não notaram dificuldade nenhuma na vida ou no trabalho na propriedade, porém alguns mencionaram que essa ausência de problemas é uma condição atual, pois já passaram muitos problemas logo que assumiram a propriedade:

“Não vejo dificuldade, só quando comecei que era difícil, mas não vi isso como uma dificuldade” (AGRICULTOR 30, 31 ANOS, JALES); “Hoje não tem dificuldade, mas antes passou muita, dificuldade financeira, melhorou depois de conseguir vender na feira” (AGRICULTORA 28, 49 ANOS, SANTA FÉ DO SUL).

**Tabela 16 -** Dificuldades encontradas por agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP, no trabalho ou na vida na propriedade.

| <b>Dificuldades encontradas no trabalho ou vida na propriedade</b> | <b>Nº de entrevistados</b> | <b>% total de entrevistados</b> |
|--------------------------------------------------------------------|----------------------------|---------------------------------|
| Desvalorização dos produtos agrícolas (preços baixos)              | 15                         | 30                              |
| Alto custo de produção (preço alto dos insumos e energia elétrica) | 11                         | 22                              |
| Não vê dificuldades                                                | 10                         | 20                              |
| Falta de recursos financeiros                                      | 9                          | 18                              |
| Falta de políticas públicas/ leis trabalhistas                     | 5                          | 10                              |
| Comercialização                                                    | 4                          | 8                               |
| Clima/degradação do meio ambiente                                  | 3                          | 6                               |
| Falta de assistência técnica                                       | 3                          | 6                               |
| Falta de mão-de-obra                                               | 2                          | 4                               |
| Calote de intermediários                                           | 2                          | 4                               |
| Infraestrutura rural (estradas, etc.)                              | 2                          | 4                               |
| Realização de tratos culturais                                     | 1                          | 2                               |
| Saúde                                                              | 1                          | 2                               |
| Impostos altos                                                     | 1                          | 2                               |
| Perigo dos agrotóxicos                                             | 1                          | 2                               |
| Idade avançada                                                     | 1                          | 2                               |

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Em relação aos planos para o futuro mencionados pelos *novos* agricultores familiares, cabe destacar que a maioria dos entrevistados vincularam a propriedade em seus planos para o futuro, sendo que os aspectos mais citados foram “continuar trabalhando ou vivendo na propriedade” (24%); “aumentar a produção e a qualidade dos produtos” (24%). Outros planos mencionados foram a melhoria da propriedade (16% ) e a diversificação da produção e

criações (12%) (Tabela 17). Alguns depoimentos dão indicação das estratégias de médio ou longo prazo planejadas pelos agricultores: “O futuro é aqui, penso em mudar as culturas por pastagem, pois é mais prático, mas isso quando eu não tiver mais força de trabalho” (AGRICULTOR 29, 54 ANOS, SANTA FÉ DO SUL); “Pretendo evoluir mais na Merenda Escolar, penso em produzir suco de laranja para vender e fornecer na merenda escolar, com o dinheiro desejo comprar uma casa na cidade para ter o aluguel” (AGRICULTOR 38, 32 ANOS, SANTA FÉ DO SUL).

**Tabela 17 -** Planos para o futuro dos agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales –SP

| <b>Planos para o futuro</b>                      | <b>Nº de entrevistados</b> | <b>% total de entrevistados</b> |
|--------------------------------------------------|----------------------------|---------------------------------|
| Continuar trabalhando/vivendo na propriedade     | 12                         | 24%                             |
| Aumentar a produção/qualidade dos produtos       | 12                         | 24%                             |
| Melhorar a propriedade                           | 8                          | 16%                             |
| Diversificar as culturas/criações na propriedade | 6                          | 12%                             |
| Adquirir imóveis urbanos                         | 4                          | 8%                              |
| Adquirir imóveis rurais                          | 4                          | 8%                              |
| Melhorar a vida                                  | 3                          | 6%                              |
| Investir na educação dos filhos                  | 3                          | 6%                              |
| Manter a propriedade como está                   | 3                          | 6%                              |
| Parar de trabalhar como empregado                | 3                          | 6%                              |
| Aposentar/descansar                              | 3                          | 6%                              |
| Não planejou nada                                | 2                          | 4%                              |
| Alugar ou vender                                 | 2                          | 4%                              |
| Ingressar na política (vereadora)                | 1                          | 2%                              |

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Em relação aos planos mais direcionados à vida pessoal do produtor ou família, os mais citados, também na Tabela 17, foram a aquisição de imóveis urbanos e rurais (com 8% cada), a melhoria de vida (6%) e o investimento na educação de filhos (6%), às vezes combinados com projetos pessoais: “Ser eleita vereadora, construir uma casa para cada filho e

ficar sossegada com eles” (AGRICULTORA 4, 36 ANOS, SANTA SALETE); “Guardar um dinheiro para comprar um terreno na cidade e estudar a menina” (AGRICULTOR 5, 34 ANOS, URÂNIA).

Com esse resultado, fica ainda mais evidente o vínculo que esses *novos* agricultores familiares possuem com a propriedade, pois em sua maioria incluem a unidade produtiva em seu futuro. Apenas alguns entrevistados mencionaram intenção de se desfazer da propriedade na propriedade alugando/vendendo (4%) ou parar de trabalhar e se aposentar (6%).

Os produtores pesquisados também foram questionados sobre quem seriam seus sucessores na propriedade rural (não no sentido da herança propriamente dita, pois nesse caso todos os filhos seriam herdeiros legalmente), referindo-se especificamente ao sucessor do trabalho na propriedade e do modo de vida que esses agricultores seguem ali, em outras palavras, quem reproduziria o seu modo de vida (Apêndice A).

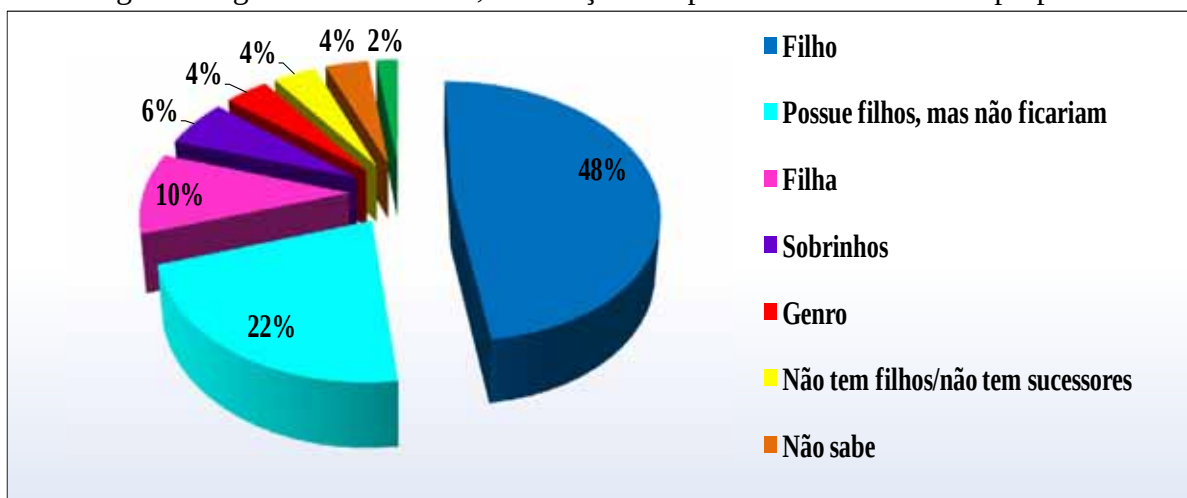
Conforme a Figura 25, do total de 50 entrevistados, 34 produtores indicaram um sucessor (cerca de 68%). Este percentual é superior ao que foi encontrado por Anjos e Caldas (2009) ao pesquisarem municípios do Rio Grande do Sul: naquele trabalho apenas 47,1% dos entrevistados indicaram um sucessor para a propriedade. Esta questão deve ser vista com cautela, pois, como afirma Lamarche (1997), a grande maioria dos agricultores brasileiros proprietários tem um sucessor; os que ainda não o designaram têm possibilidades de fazê-lo, no momento oportuno, entre seus herdeiros.

A grande maioria (70,6%) dos produtores que indicaram um sucessor, o que equivale a 48% do total, mencionam que o filho do sexo masculino será seu possível sucessor. Esse resultado reflete uma tendência que constatada nesta pesquisa e que se repete em muitos outros trabalhos sobre sucessão da agricultura familiar, a maior presença do filho de sexo masculino na continuação do trabalho familiar agrícola na propriedade. Esse resultado também foi apontado nos resultados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2013) mostrando que o padrão de sucessão com viés de gênero permanece, pois as mulheres representam uma minoria (na Microrregião Geográfica de Jales são menos de 10%) entre aqueles indivíduos que assumiram a gestão de uma unidade familiar entre 1995/6 e 2006. Anjos e Caldas (2009) destacam que um traço marcante no universo da agricultura familiar é predomínio masculino na transferência do patrimônio fundiário, raros são os casos em que se encontram mulheres herdeiras da propriedade familiar.

A questão relacionada ao tema de sucessão da propriedade foi aberta (Apêndice A) e por isso foi possível identificar diversos outros aspectos sobre o possível sucessor (além daqueles representados na Figura 25):

- **Dos 34 entrevistados que indicaram um sucessor:** dez deles disseram que os filhos realmente gostam de trabalhar na área rural; um entrevistado disse que a filha gosta da área rural, porém o mesmo mencionou que o interesse dessa era somente como lazer e não trabalhar, ou seja, depois de herdar provavelmente ficaria com a área para visitar e passar os finais de semana; um entrevistado disse que não gostaria que a filha ficasse trabalhando na propriedade devido à dificuldade, mesmo tendo-a indicado como sucessora; três entrevistados indicaram a filha como sucessora, mesmo sabendo que a mesma não gosta da propriedade; um entrevistado indicou o filho como sucessor, mesmo sabendo que o mesmo não gosta do trabalho ali; e um entrevistado disse que o filho ficará na propriedade só se gostar.
- **Dos 11 entrevistados que possuem filhos e não acham que os mesmos ficariam:** um mencionou que a alternativa para a falta de sucessor é o arrendamento da propriedade quando envelhecer; e quatro entrevistados disseram que os filhos não se interessam.
- **Dos 2 entrevistados que disseram não saber quem será seu sucessor:** um disse que os jovens só querem saber de estudar, por isso não sabe quem será o seu sucessor. Nesse caso cabe o que diz Anjos e Caldas (2009) de que a função de agricultor é vista como antagônica a uma formação educacional que ultrapasse os quatro anos do ensino fundamental, ou melhor, reconhece como o ofício daqueles que não gostam de estudar; um entrevistado disse que as pessoas de hoje não querem ficar no sítio, pois, como afirma Favareto (2007), as possibilidades oferecidas pelos núcleos urbanos – acesso a educação, infraestrutura, e até mesmo um mercado matrimonial mais diversificado e promissor – seduzem também rapazes e moças, tornando-se mais difícil voltar às lides do trabalho rural após experimentar certos confortos e excitações.

**Figura 25** - Distribuição percentual de agricultores familiares entrevistados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, em função dos possíveis sucessores da propriedade.



Fonte: Elaboração do próprio autor.

Considerando que esses produtores entraram na atividade agrícola recentemente (independente da forma como se deu o acesso à propriedade), quando perguntados como veem o futuro da agricultura familiar, os agricultores apresentaram à primeira vista respostas discrepantes ao que seria esperado.

As respostas mostraram que 64% dos entrevistados veem um futuro negativo para agricultura familiar, sendo que: a maior parte são mais radicais prevendo o fim da agricultura familiar em alguns anos (40%); enquanto 16% disseram que é difícil continuar; outros disseram que a agricultura precisa de mais incentivos do governo (6%) e por fim 2% sente a agricultura familiar abandonada. Os motivos mencionados para o desastroso futuro da agricultura familiar são, de acordo com os produtores: a falta de incentivos do governo (28%), a discrepância entre os preços dos insumos e dos produtos agrícolas vendidos (14%), falta de interesse dos jovens em permanecerem ou trabalharem no campo (12%), à falta de mão-de-obra (2%) e a falta de diversificação de culturas (2%). Alguns depoimentos ilustram estes aspectos: “Acha que vai acabar no futuro, pois os custos são altos e vende produto a preço baixo, além de os filhos não quererem continuar” (AGRICULTORA 6, 38 ANOS, ASPÁSIA); “A ‘roça’ mudou muito, antes era mais diversificado e hoje só tem cana e laranja. Acha que a uva pode acabar também; é difícil manter. A agricultura vai acabar” (AGRICULTORA 11, 38 ANOS, URÂNIA); “Se não tiver mais apoio vai acabar. Os grandes estão acabando com os pequenos e a indústria define o preço e acaba... Muita gente está desistindo, outros compram e arrendam para a cana” (AGRICULTOR 18, 39 ANOS,

MARINÓPOLIS); “Na minha opinião vai para o fim. Pode andar, não acha mais um jovem no sítio. O governo não dá incentivo, então não fica mais ninguém”(AGRICULTOR 22, 56 ANOS, MARINÓPOLIS). Cabe ressaltar que as respostas negativas podem estar associadas à época em que foi realizada a pesquisa, na qual, a cultura mais produzida por estes produtores (a laranja) apresentava preços de mercado muito baixos e queda na demanda, assim como já foi referido nesse trabalho e justificado de acordo com Barbosa (2012). Notou-se também que “a falta de incentivos do governo”, refere-se principalmente a questão não interferência nos preços dos produtos, pois crédito a grande maioria tem tido acesso com certa facilidade.

Cerca de 32% apresentaram um futuro mais otimista em relação a agricultura familiar: 18% vêem um bom futuro para a agricultura familiar; 8% disseram ter notado uma melhoria; devido ao aumento de incentivos ocorrido atualmente; 4% disseram que tem esperança que melhore no futuro e 2% disse que a agricultura familiar tende a aumentar. Na avaliação dos produtores este futuro promissor e a perspectiva de melhoria se deve: ao melhor investimento do governo em políticas públicas (10%), especialmente o PAA e o PNAE; o aumento de crédito rural; e o aumento da demanda de alimentos no Brasil e no mundo (4%), conforme se observa em algumas declarações dos produtores: “Melhorando, a CONAB está ajudando o desenvolvimento” (AGRICULTOR 8, 58 ANOS, RUBINÉIA); “Ultimamente melhorou com os programas do governo- entrega na Conab pela cooperativa” (AGRICULTOR 14, 43 ANOS, MARINÓPOLIS); “Têm mais incentivos hoje, vê um bom futuro” (AGRICULTOR 2, 45 ANOS, ASPÁSIA); “Tende a aumentar, mas precisa de preços melhores. Existem mais financiamentos para tratores, porém o produto tem que ser valorizado” (AGRICULTOR 3, 43 ANOS, ASPÁSIA).

Os demais (4%) dos entrevistados disseram que vai continuar igual a agricultura familiar, sem pioras ou melhoras.

Assim, analisando as respostas desses produtores diante o futuro da agricultura familiar, pode-se perceber em primeira vista há uma falta de coerência entre o comportamento de se tornarem proprietário recentemente (entre um a 13 anos) de uma unidade produtiva familiar sem terem uma confiança no futuro da agricultura familiar. Provavelmente o que pode ocorrer é que mesmo com poucas esperanças na atividade o produtor possui ainda uma vontade de continuar trabalhando na terra, isso pelos diversos motivos já apresentados aqui nessa pesquisa como: o forte vínculo com o meio rural desde muito pequenos; as poucas oportunidades na área urbana; o fato de ser o *único* tipo de trabalho que sabem fazer; a

valorização da tranquilidade do local, da autonomia do trabalho ou por simplesmente gostarem de trabalhar e viverem ali. Um dos produtores entrevistados apresenta uma fala interessante sobre o que seria uma nova tendência:

(A agricultura familiar) Está passando por maturação, deve haver uma mudança, o futuro está na agricultura. Vai haver uma migração futuramente das pessoas da cidade para o rural, pois o governo está investindo mais com crédito e hoje é muito mais caro morar na vila (AGRICULTOR 45, 50 ANOS, SÃO FRANCISCO).

Essa previsão que poderá ocorrer na visão desse agricultor mostra claramente uma esperança na agricultura familiar, e ainda, esse novo movimento migratório mencionado por ele pode estar sendo concretizado de acordo com os dados publicados pelo Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006), ou seja, um aumento tímido de estabelecimentos familiares de produção. Ainda não se sabe os reais motivos para essa reprodução social das unidades produtivas, mas provavelmente as razões explicitadas pelo entrevistado são plausíveis de acordo com o que se pode observar com os resultados desse trabalho. Não só o crédito rural, mas o aumento de investimentos do governo em outras políticas públicas direcionadas a agricultura familiar podem estar contribuindo para que haja a diminuição do êxodo e o aumento da reprodução social da agricultura familiar (apesar de outros investimentos governamentais na direção contrária, como o incentivo aos biocombustíveis).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe-nos inicialmente retomar a questão principal levantada no título dessa dissertação sobre “quem são os *novos* agricultores familiares?”, mais precisamente tomando como base os agricultores pesquisados na Microrregião Geográfica de Jales-SP, respondendo-a, ao menos parcialmente, com base nos resultados dessa pesquisa.

Ao traçar o perfil dos *novos* agricultores familiares pesquisados da Microrregião Geográfica de Jales, ou seja, aqueles que acessaram ou herdaram uma propriedade nos últimos 13 anos anteriores à pesquisa, verificou-se que são basicamente do sexo masculino, com média de idade de 46 anos, sendo que a maioria apresentava experiência agrícola anterior por ter vivido em algum período da vida na área rural como filho de agricultores ou por ter trabalhado em propriedades de terceiros.

Os resultados da pesquisa mostraram que os *novos* agricultores familiares pesquisados na Microrregião Geográfica de Jales, em sua maioria, não tiveram acesso à propriedade por meio da sucessão hereditária, mas por meio da compra direta de outros produtores ou aquisição via política pública (Programa Nacional de Crédito Fundiário). No entanto, apenas 20% não possuem origem rural, o que indica a predominância de pessoas que estão voltando, ou seja, agricultores que em algum momento já estiveram no campo e por motivos muitas vezes relacionados à questão financeira (a maioria era composta de não proprietários) tiveram que sair da agricultura ou trabalhar como empregados na terra de outros produtores.

Esses *novos* agricultores, em sua maioria, compraram essas propriedades com recursos provenientes de muitos anos de trabalho em atividades agrícolas ou não agrícolas (tanto em cidades pequenas e como em metrópoles brasileiras ou mesmo do exterior), pois tinham o sonho de ter seu pedaço de terra e dessa forma conquistar sua independência e autonomia como produtores rurais. Quase todos trabalham nessas unidades produtivas somente com o auxílio da família (principalmente cônjuge e filhos), mas também recorrem à estratégia cada vez mais comum entre agricultores familiares que é a pluriatividade, enquanto alguns também possuem outras rendas não agrícolas.

Em relação aos agricultores pesquisados, que receberam a propriedade como herança, predominou a partilha igualitária, considerada a maneira correta e satisfatória de dividir os bens, segundo os entrevistados, tanto que pretendem agir da mesma quando ocorrer a sucessão com seus filhos.

Apesar de mais de 70% dos produtores indicarem um possível sucessor da unidade familiar, um percentual significativo (20%), mesmo possuindo filhos, avalia que o mesmo não assumirá a propriedade.

A pouca participação da mulher nas decisões é percebida também nessa pesquisa, porém não se trata de pouca atuação no trabalho da propriedade; como também já foi constatado em vários trabalhos sobre a agricultura familiar. Esta baixa influência nas decisões reflete também no seu futuro na propriedade, pois também esses *novos* agricultores familiares, ao referir-se a um possível sucessor da unidade familiar, indicam que será o filho do sexo masculino. Ou seja, a partilha igualitária dos bens não elimina outros vieses do processo de sucessão.

A avaliação desses *novos* agricultores foi majoritariamente positiva, em relação às mudanças ocorridas após a aquisição da terra ou de ter assumido a gestão autônoma de sua parte na herança. As principais mudanças identificadas foram o aumento da renda, a maior autonomia e a independência para tomar decisões e conduzirem suas vidas e trabalhos.

A maioria, no entanto, considera que a agricultura familiar não terá um futuro promissor se o governo não apoiá-los, especialmente por meio da valorização de seus produtos (preços melhores). Essa insatisfação é ressaltada principalmente por produtores pesquisados que possuem menor acesso às políticas públicas. O fator econômico é de extrema importância para a permanência desse agricultor na unidade produtiva, e o mesmo fator que pode influenciar na tomada de decisão do jovem entre ficar ou sair da propriedade.

Com base nos resultados obtidos no universo pesquisado é possível afirmar que esta nova geração de agricultores familiares guarda muita semelhança com a geração que os precedeu, mesmo porque não só entre os sucessores que receberam a propriedade (ou parte dela) na forma de herança, como entre aqueles que a adquiriram, predominou a origem agrícola. Em muitos casos esta origem no campo é que estimulou o retorno, pois a conquista de um pedaço de terra sempre esteve presente como sonho, finalmente concretizado, e que significa a busca de uma qualidade de vida que não encontraram no meio urbano.

Cabe ressaltar que apesar desses agricultores que estão voltando ou iniciando atividades na agricultura serem de uma faixa etária média, portanto com um tempo de trabalho ainda amplo, o futuro da agricultura familiar está altamente vinculado ao jovem, sendo de extrema importância o incentivo à permanência desses nas unidades familiares.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios a extensão rural. Brasília. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 15, n.1, p.132-152,1998. Disponível em: <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v15/cc15n106.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2013.
- \_\_\_\_\_. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p.1-21, 1999. Disponível em: <<http://www.sda.ce.gov.br/categoria3/agricultura-familiar/Agricultura-familiar.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Desafios impostos pela volta do homem ao campo*. São Paulo: Gazeta Mercantil, 2000. Disponível em: <[www.race.nuca.ie.ufrj.br/journal/a/abramovay2.doc](http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/journal/a/abramovay2.doc)>. Acesso em: 18 abr. 2013.
- ABRAMOVAY, R. et al. *Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998.
- AGUIAR, F. F. et al. *Estratégia de sucessão hereditária na agricultura familiar em duas comunidades da região da Transamazônica*. Altamira: UFPA, 2007. Semana das Ciências Agrárias. Disponível em: <[http://www.sicaufpa.com.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&id=2&Itemid=76](http://www.sicaufpa.com.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=2&Itemid=76)>. Acesso em: 26 ago. 2010.
- AGUIAR, R. C. Crise social e meio ambiente: elementos de uma mesma problemática. In: BURSZTYN, M. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p.115-127.
- AHLERT, L. A sucessão das atividades na agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOBER, 47., 2009, Porto Alegre. *Anais...* Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2009. p. 1 - 17. 1 CD-ROM.
- ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n.1, p. 66-83, 1986.
- ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. *A diversidade da agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 1-300.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V.; COSTA, M. R. C.. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOBER, 44., 2006, Fortaleza. *Anais...* Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006. p. 1 - 21. 1 CD-ROM.
- BARBOSA, G. R. *Tecnologias em combate: tradução e controvérsias na produção de laranja no Estado de São Paulo*. 2012. 174 f. Tese (Doutorado) - Curso de Política Científica e Tecnológica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000882121>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

BATTESTIN, S. *Ser jovem e ser agricultor: a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhas e filhos de agricultores do município de Anchieta-ES*. 2009. 218 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009. Disponível em: <[http://www.tede.ufv.br/tesdesimplificado/tde\\_busca/processaArquivo.php?codArquivo=2278](http://www.tede.ufv.br/tesdesimplificado/tde_busca/processaArquivo.php?codArquivo=2278)>. Acesso em: 14 jun. 2013.

BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. *Stratégies de reproduction et modes de domination. Actes de la Recherche en Scienses Sociales*, Paris, v. 105, n. 105, p. 3-12, 1994.

\_\_\_\_\_. *Le bal des célibataires: crise de la société paysanne en Béarn*. Paris: Seuil, 2002.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. *Acompanhamento da safra brasileira: laranja safra 2011/2012 terceiro levantamento dezembro de 2011*. Brasília, DF: CONAB, 2011 p. 4-10. Disponível em: <[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/11\\_12\\_08\\_11\\_03\\_25\\_08.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/11_12_08_11_03_25_08.pdf)>. Acesso em: 2 ago. 2013.

FRANÇA, C. G. de et al. (Ed.). *Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006*. Brasília: MDA, 2006. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/sites/default/files/cartilha%20ibge%20agricultura%20familiar.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

BRASIL. Lei n. 8629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. *Diário Oficial [da] Presidência da República*, Brasília, DF, 26 fev. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm)>. Acesso em: 3 ago. 2013.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA RURAL, 40., 2002, Passo Fundo. *Anais...* Passo Fundo: Sober, 2002.

BURTON, R.; WALFORD, N. Multiple sucession and land division on family in the South East of England: a counterbalance to agricultural concentration?. *Journal of Rural Studies*, Londres, v. 21, n. 3. p. 335-347, 2005.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. (Texto para discussão, n. 621).

CAMPOLIN, A. I. *Educação rural: um debate necessário*. Corumbá: EMBRAPA/CPAP, 2005. Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=279>>. Acesso em: 24 jan. 2010.

CARMO, M. S. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 45, n.1, p. 1-15, 1998.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T. da.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (Org.) *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 97-117.

\_\_\_\_\_. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8602.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

CASTRO, E. G. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. 2005. 444 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL - CATI. *Microbacias II – acesso ao mercado - anexo 1: informações gerais da agropecuária no Estado de São Paulo*, 2011. São Paulo: CATI, 2011. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/arquivos/Anexo1.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

CHIMELLO, R. Fatores determinantes da produção para autoconsumo na agricultura familiar. *Unoesc & Ciência – Acet*, Joaçaba, v. 1, n. 2, p. 163-174, 2010. Disponível em: <[http://editora.unoesc.edu.br/index.php/acet/article/view/58/pdf\\_75](http://editora.unoesc.edu.br/index.php/acet/article/view/58/pdf_75)>. Acesso em: 7 ago. 2013.

CLEMENTE, E. C.; HESPAÑHOL, A. N. Reestruturação da cadeia produtiva do leite: a especialização do produtor é a solução? In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA, 4., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2008. p. 205 - 225. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%204ENGRUP/trabalhos/clemente\\_e\\_hespanhol.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%204ENGRUP/trabalhos/clemente_e_hespanhol.pdf)>. Acesso em: 1 ago. 2013.

COSTA, A. S.; FIÚZA, A. L.; DIOLA, V. Uma forma alternativa de transição da agricultura familiar e sucessão das propriedades no Extremo Oeste Catarinense. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 2007. p. 1-17.

COSTA, S. M. A.; GOMES, M. L. C.; TARSITANO, M. A. A. Análise das transações na comercialização de uvas finas na Região de Jales/SP, Brasil. In: INTERNATIONAL PENSA CONFERENCE ON AGRI-FOOD CHAIN/NETWORKS ECONOMICS AND MANAGEMENT, 5., 2005. Ribeirão Preto. *Anais...* Ribeirão Preto: FEA/USP, 2005. 1 CD-ROM.

DESCONSI, C. Os caminhos da volta para o meio rural: Um estudo sobre o caso de Esperança do Sul - RS. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 5., 2007, Campinas. *Anais...* Campinas: Cedeplar, 2007. p. 1 - 27. Disponível em:

<[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/st3\\_cam\\_volta\\_meio\\_rur.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/st3_cam_volta_meio_rur.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2013.

DOWBOR, L. Descentralização e meio ambiente. In: BURSZTYN, M. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 103-112.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. C. S (Coor.) *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: FAO/INCRA, 2000. (Projeto UTF/BRA, n. 36).

FAVARETO, A. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Iglu, 2007.

FULLER, A. M.; BRUN, A. Social-economic aspects of pluriactivity in Western Europe. In: *RURAL CHANGE IN EUROPE*, ARKLETON RESEARCH, 2., 1998, Waldkirchen. *Meeting...*, Waldkirchen: Arkleton Trust, 1988. p. 147-167.

FUNDAÇÃO SISTEMA NACIONAL DE ANALISE DE DADOS- SEADE. *Perfil municipal*, 2010. São Paulo: Fundação Seade, 2010. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>> Acesso em: 17 jun. 2013.

GALIZONI, F. M. *A terra construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha*, Minas Gerais. 2000. 98 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GAVIRIA, M. R.; MENASCHE, R. Juventude rural no desenvolvimento territorial: análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação do campo. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 13, n. 1, p.69-82, 2006. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/526.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2011.

GAZOLLA, M. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. 2004. 287 f. Dissertação (Mestrado) – faculdade de ciências econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GODOY, C. M. T. et al. O papel da pluriatividade no fortalecimento da agricultura familiar do município de Santa Rosa/RS. In: CONGRESSO SOBER, 48., 2010, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: Sober, 2010. p. 1 - 20. 1 CD-ROM.

GONÇALVES, A. J. Migrações internas: evoluções e desafios. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p.173-184, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a14.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2013.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n2/04.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2013.

GUILHOTO, J. J. M. et al. A importância da Agricultura Familiar no Brasil e seus estados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., 2007, Recife. *Anais...* Niterói: Anpec- Associação Nacional Dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2007. p. 1 - 19.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. *Fatores determinantes da produção para autoconsumo na agricultura familiar: um estudo comparativo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil\\_2006/Brasil\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf)>. Acesso em: 26 ago. 2010.

JUCHEM, D. M.; BOSCARIN, P.; CÉSPEDES, E. A. H. Principais Problemas Enfrentados na Hora da Sucessão na Propriedade Rural: evidências empíricas. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO FEA-USP, 8., 2005, São Paulo. *Anais....* São Paulo: USP, 2005. p. 1 - 13. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/8semead/resultado/trabalhosPDF/92.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2013.

LAMARCHE, H. (Coord). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Trad. Social Revista de Sociologia, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 7-15, 1992.

\_\_\_\_\_. (Coord.) *A agricultura familiar: uma realidade multiforme*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

LEITE, S. P. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia Brasileña. In: BELIK, W. *Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 123-181.

MAIA, A. H. *Vivências e projetos das jovens rurais: um olhar sob sua condição da mulher na agricultura familiar e a relação com suas estratégias*. 2011. 71 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2011.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; AZEVEDO, L. F. de. A reprodução social na agricultura familiar: a saída dos filhos e o encaminhamento do patrimônio entre agricultores sem sucessores. In: CONGRESSO SOBER, 48., 2010, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: Sober, 2010. p. 1-15. 1 CD-ROM.

MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, Á. E. M.; GALIZONI, F. M.. Sucessão na agricultura familiar: estudo de caso sobre o destino dos jovens do alto Jequitinhonha, MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008. p. 1 - 20. 1 CD-ROM.

MENEZES, I. G. Educação escolar e identidade cultural de jovens rurais: uma proposta de pesquisa. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS CULTURAIS, IDENTIDADES E RELAÇÕES INTERÉTNICAS, 1., 2009, São Cristóvão. *Anais...* Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2009. p. 1 - 13. Disponível em:

<[http://www.pos.ufs.br/antropologia/seciri/down/GT\\_06/Isabela\\_Goncalves\\_de\\_Menezes.pdf](http://www.pos.ufs.br/antropologia/seciri/down/GT_06/Isabela_Goncalves_de_Menezes.pdf)>. Acesso em: 24 jan. 2010.

MENEZES, M.; MALAGODI, E. A.; MARQUES, F. R. de S. Juventude e educação em assentamentos do Brejo Paraibano. In: FERRANTE, V.L.B.; WHITAKER, D. (Org.). *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos das políticas de assentamentos rurais*. São Paulo: NEAD/MDA, 2008. p. 131-150.

MODENESE, V. S. et al. Caracterização dos agricultores familiares que comercializam diretamente sua produção, na região de Jales-SP. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESP, 21., 2009, São José do Rio Preto. *Anais...* São José do Rio Preto: Unesp, 2009. p. 4977 - 4980. Disponível em: <[http://prope.unesp.br/xxi\\_cic/27\\_35255553859.pdf](http://prope.unesp.br/xxi_cic/27_35255553859.pdf)>. Acesso em: 3 ago. 2013.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOURA, M. M. *Os herdeiros da Terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo: Hucitec, 1978.

PELINSON, G. J. B. Importância da viticultura na região noroeste do estado de São Paulo. In: BOLIANI, A. C.; CORRÊA, L. S. (Coord.). *Culturas de uvas de mesa: do plantio à comercialização*. Piracicaba: ALGRAFI, 2000. p. 21-34.

PEREIRA, J. C. A. Jovens rurais e agricultura familiar: desafios para modernidade. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 1., 2006, Niterói. *Anais...* Niterói: Rede de Estudos Rurais, 2006. 1 CD-ROM.

PETINARI, R. A.; BERGAMASCO, S. P. P.; TERESO, M. J. A. Estratégias de reprodução social de agricultores da região de Jales – SP. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. *Anais...* Porto de Galinhas: Alasru, 2010. p. 1-20. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT3-RICARDO-ALESSANDRO.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

PORTELA, J. O meio rural em Portugal: entre o ontem e o amanhã. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, v. 39, n. 1-2, p. 45-65, 1999.

RICHARDSON, R. J. et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.

RODRIGUES, A. P. B. *A relevância da fruticultura na agricultura familiar do município de Jales-SP*. 2005. 75 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2005.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SANT'ANA, A. L. *Raízes na terra: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP)*. 2003. 246 f. Tese (Doutorado em

Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. *Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008*. São Paulo: SAA, 2008.

SCHNEIDER, S. et al. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2013.

SCHWARTZ, L. H.; SALAMONI, G. Organização e reprodução social da agricultura familiar entre descendentes de imigrantes pomeranos no município de São Lourenço do Sul, RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2009. p. 1 - 23. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Schwartz\\_LH.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Schwartz_LH.pdf)>. Acesso em: 9 abr. 2013.

SILVA, K. R. D. *Análise da comercialização e do impacto do PAA e PNAE na condição de vida das famílias agricultoras de bananeiras, na Paraíba*. 2011. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Departamento de Economia, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <[http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/analise\\_da\\_comercializaaao\\_e\\_do\\_impacto\\_do\\_paa\\_e\\_pnae\\_na\\_condiaao\\_de\\_vida\\_das\\_famalias\\_agricultoras\\_de\\_bananeiras\\_na\\_paraaba\\_1343924527.pdf](http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/analise_da_comercializaaao_e_do_impacto_do_paa_e_pnae_na_condiaao_de_vida_das_famalias_agricultoras_de_bananeiras_na_paraaba_1343924527.pdf)>. Acesso em: 5 ago. 2013.

SILVA, F. C. et al. Práticas agrícolas alternativas empregadas pelos agricultores familiares da microrregião de Andradina (SP) e a sua correlação com sistemas agroecológicos. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Santa Rosa, v. 4, n.2, p. 3901-3904, 2009. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/cad/article/view/4942/3624>>. Acesso em 3 ago. 2013.

SILVESTRO, M. L. et al. *Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis. Epagri, 2001. 102p.

SOUZA, G. S. et al. A influência do uso de fertilizantes químicos sintéticos e de agrotóxicos em relação à decisão de compra do consumidor: o caso dos agricultores familiares que comercializam a produção em feiras de Ilha Solteira (SP). *Cadernos de Agroecologia*, Santa Rosa, v. 6, n. 2, p. 1-5, 2010. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/cad/article/view/12532/7740>>. Acesso em 3 ago. 2013.

SPANEVELLO, R. M. Jovens rurais, identidade social e reprodução geracional. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto - São Paulo. *Anais...* Ribeirão Preto: [s. n.], 2005. 1 CD-ROM.

TEDESCO, J. C. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.) *Agricultura familiar: realidade e perspectivas*. 3. ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. p. 21-55.

WEDIG, J. C.; WIZNIEWSKY, J. G.; RAMBO, A. G. A juventude rural e a sucessão hereditária em um assentamento de reforma agrária. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. *Anais...*. Londrina: Sober, 2007. p. 1 - 11. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/790.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2010.

## APÊNDICE A – Questionário aplicado aos *novos* agricultores de Jales-SP

### UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP ILHA SOLTEIRA DEPTO DE FITOTENIA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS E SÓCIO-ECONOMIA

**PESQUISA:** “*Quem são os “novos” agricultores familiares? A reprodução e a formação de novas unidades familiares na Microrregião Geográfica de Jales-SP*”

Nº do questionário: \_\_\_\_\_ Data do levantamento: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### 1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome do(a) produtor(a): \_\_\_\_\_

1.2 Endereço: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

1.3 Idade: \_\_\_\_\_ anos 1.4 Escolaridade: \_\_\_\_\_

1.5 Há quanto tempo trabalha como agricultor(a)? \_\_\_\_\_ anos E nessa área? \_\_\_\_\_ anos

1.6 Quais os tipos de trabalho (profissões) que já exerceu, além de produtor(a) rural?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### 2. DADOS DA FAMÍLIA E DA MÃO DE OBRA

2.1 Qual o número de pessoas da família que moram na propriedade? \_\_\_\_\_

2.2 Quais as pessoas da família trabalham na propriedade? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2.3 Número de filhos com ensino superior: total \_\_\_\_\_ Trabalhando \_\_\_\_\_ na propriedade: \_\_\_\_\_

2.4. Há pessoas da família que possuem rendas não-agrícolas (proveniente de trabalho, aposentadoria, aluguéis, etc.)? Não ( ) ( ) Sim, especificar quem e tipo de renda: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2.5 Utiliza mão-de-obra de terceiros para ajudar no serviço da propriedade/lote?

Não ( ) Sim ( ): ( ) empregado permanente ( ) diaristas

( ) troca-de-dias ( ) outro tipo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### 3. DADOS DO ESTABELECIMENTO

3.1 Total de áreas próprias: \_\_\_\_\_ ha

- 3.2 Total de áreas arrendadas: \_\_\_\_\_ ha
- 3.3 Total de área arrendada para terceiros: \_\_\_\_\_ ha
- 3.4 Caracterização das principais explorações do estabelecimento
- 3.4.1 Bovinocultura ( ) Leite ( ) Corte ( ) Mista
- 3.4.1.1 Total de cabeças do rebanho: \_\_\_\_\_
- 3.4.1.2 Produção média de leite: \_\_\_\_\_ litros/dia
- 3.4.1.3 Produtividade média das matrizes: \_\_\_\_\_ litros/dia
- 3.4.1.4 Número de animais comercializados (último ano): \_\_\_\_\_ cabeças
- 3.4.1.5 Destino da Produção: \_\_\_\_\_

3.4.2 Outras criações: \_\_\_\_\_

| Espécie       | Destino da Produção |                                                                                |
|---------------|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------|
|               | Auto-consumo        | Comercialização<br>(especificar para quem e a quantidade se for significativa) |
| <b>Aves</b>   |                     |                                                                                |
| <b>Suínos</b> |                     |                                                                                |
|               |                     |                                                                                |
|               |                     |                                                                                |

3.4.3. Exploração vegetal

| Culturas e forrageiras | Área ou nº de pés | Produção | Utiliza              |            | Destino da Produção |                                            |
|------------------------|-------------------|----------|----------------------|------------|---------------------|--------------------------------------------|
|                        |                   |          | Fertilizante químico | Agrotóxico | Auto-consumo        | Comercialização<br>(especificar para quem) |
|                        |                   |          |                      |            |                     |                                            |
|                        |                   |          |                      |            |                     |                                            |
|                        |                   |          |                      |            |                     |                                            |
|                        |                   |          |                      |            |                     |                                            |
|                        |                   |          |                      |            |                     |                                            |
|                        |                   |          |                      |            |                     |                                            |
|                        |                   |          |                      |            |                     |                                            |

3.5 Participa de: ( ) cooperativas ( ) sindicatos ( ) associações ( ) outro tipo de organização

Nome da organização: \_\_\_\_\_

3.6 Em relação à propriedade quem participa das decisões sobre:

- A distribuição dos serviços: \_\_\_\_\_

- Aspectos técnicos da condução das culturas e criações: \_\_\_\_\_

- A venda dos produtos e para quem será vendido: \_\_\_\_\_

- Investimentos devem ser feitos: \_\_\_\_\_

- Necessidade ou não de financiamento agrícola: \_\_\_\_\_

#### 4. ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

##### 4.1 Crédito Agrícola e/ou pecuário

4.1.1 Fez financiamento neste último ano? ( ) sim não ( ) Motivo:

---

4.1.2. (Em caso afirmativo) Utilizou o crédito para qual finalidade?

---

4.1.3. Qual a linha de crédito? ( ) Pronaf ( ) Outra:

---

4.2 Recebe assistência técnica? ( ) Não

( ) Sim: ( ) regularmente ( ) esporadicamente. Empresa:

---

4.3 Nos últimos anos, participou e/ou recebeu benefícios das seguintes políticas públicas?

( ) Microbacias hidrográficas ( ) Território rural

( ) PAA ( ) PNAE ( ) Outra:

---

#### 5. INFORMAÇÕES SOBRE A FORMA DE SUCESSÃO OU AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE

5.1. Qual foi a forma de obtenção da propriedade?

( ) Herança (*caso seja essa opção, ir ao item 6*)

( ) Compra (*caso seja essa a opção, ir ao item 7*)

( ) Reforma Agrária (*caso seja essa a opção, ir ao item 8*)

( ) Outras formas. Quais? \_\_\_\_\_ (*caso seja essa a opção, ir ao item 9*)

#### 6. OBTENÇÃO POR MEIO DE SUCESSÃO HEREDITÁRIA

6.1. Antes de você, quem era o principal proprietário da área? \_\_\_\_\_.

6.2. Como ocorreu a divisão da(s) propriedade(s)?

( ) De forma equivalente (igual) para todos herdeiros

( ) De outra forma. Descrever como foi realizada:

---



---

6.3 Quais foram os motivos da divisão ter sido desta maneira?

---



---

6.4 Qual a sua opinião sobre o processo de partilha/sucessão utilizado?

---



---

6.5. Pretende fazer da mesma forma com seus futuros herdeiros ( ) Sim ( ) Não. Por quê?

---



---

6.6 Do total de herdeiros (irmãos, cunhados) quantos ainda moram e/ou trabalham na propriedade herdada ou em outra propriedade adquirida? \_\_\_\_\_

6.7 (Caso parte não esteja mais na propriedade/profissão) Em sua opinião, porque parte dos herdeiros deixaram a propriedade/trabalho como agricultor familiar?

---



---

6.8. Antes de herdar a propriedade, já morava na área rural e trabalhava na agricultura? ( )Sim ( )Não.

6.8.1. *Em caso positivo:*

6.8.1.1. Morava e trabalhava: ( ) na mesma propriedade ( ) em outra.

6.8.1.2. O que acha que mudou em sua vida após ter herdado definitivamente a propriedade?

---



---

6.8.2. *Em caso negativo:*

6.8.2.1. Qual tipo de atividade realizava anteriormente?

---



---

6.8.2.2. O que o(a) levou a mudar de atividade e assumir o trabalho na propriedade?

---



---

6.8.2.3. Ocorreu alguma mudança em sua vida após assumir, de forma independente (autônoma), a propriedade?

---



---

(Continuar no item 10)

## 7. OBTENÇÃO POR MEIO DE COMPRA

7.1. Como ocorreu a compra dessa propriedade?

---



---

7.2. Antes de adquirir essa propriedade, já morava e trabalhava na agricultura? ( )Sim ( )Não, qual era sua atividade?

---



---

7.3. O que o levou a comprar uma propriedade rural e passar a trabalhar como agricultor(a)?

---



---

7.4. Ocorreu alguma mudança em sua vida após a aquisição da propriedade?

---



---

(Continuar no item 10)

## 8. OBTENÇÃO POR MEIO DE REFORMA AGRÁRIA

8.1. Antes de adquirir essa propriedade, já morava e trabalhava na agricultura? ( )Sim ( )Não.

Em caso negativo, qual era sua atividade?\_\_\_\_\_.

8.2. O que o(a) levou a participar do processo de reforma agrária?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

8.3. Por quanto tempo permaneceu em acampamento até conseguir o lote?\_\_\_\_\_

8.4. Ocorreu alguma mudança em sua vida após a conquista da terra?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

*(Continuar no item 10)*

## **9. OBTENÇÃO POR MEIO DE OUTRAS FORMAS**

9.1. Qual foi a forma que ocorreu a obtenção dessa propriedade?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

9.2. O que o levou a assumir o trabalho na propriedade?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

9.3. Antes de adquirir essa propriedade, já morava e trabalhava na agricultura? ( )Sim ( )Não.

Em caso negativo, qual era sua atividade?\_\_\_\_\_.

9.4. Ocorreu alguma mudança em sua vida após a aquisição da propriedade?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

*(Continuar no item 10)*

## **10. OPINIÃO SOBRE O MEIO RURAL, PROPRIEDADE E AGRICULTURA FAMILIAR**

10.1. O que você acha de morar na área rural/propriedade?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

10.2. Qual é a sua avaliação do trabalho que realiza na propriedade?\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

10.3. Como avalia a propriedade atualmente, comparando com a situação de quando a obteve?

---

---

10.4. Quais as principais dificuldades encontradas no trabalho e/ou na vida na propriedade?

---

---

10.5. Quais são seus planos para no futuro em relação à propriedade e a vida?

---

10.6. Quem você pensa que será seu possível sucessor na propriedade?

---

---

10.7. Como você vê, de forma geral, o futuro da agricultura familiar?

---

---

---

## 11. RENDA DA FAMÍLIA ENTREVISTADA

11.1. Quanto você considera ser, em média, a renda bruta mensal de sua família? (apenas aqueles que moram com a família ou contribuem regularmente com a renda familiar)

- ( ) Menos de 1 salário mínimo (menos de R\$645,00)  
( ) De 1 a 2 salários mínimos (entre R\$645,00 e R\$1.290,00)  
( ) De 3 a 5 salários mínimos (entre R\$1.291,00 e R\$3.225,00)  
( ) De 6 a 10 salários mínimos (entre R\$3.226,00 e R\$6.450,00)  
( ) De 10 a 20 salários mínimos (entre R\$6.451 e R\$12.900,00)  
( ) Mais de 20 salários mínimos (mais de R\$12.900,00)

11.2. Houve mudança em sua renda após ter assumido a propriedade?

- ( ) Sim, aumentou a renda familiar  
( ) Sim, diminuiu a renda familiar  
( ) Não, não houve alterações significativas na renda familiar.

## 12. OBSERVAÇÕES:

---

---

